UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA USP – FEUSP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CULTURA, FILOSOFIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

CÉSAR HENRIQUE DE MORAES

Educar, recrear e assistir em Jundiaí:
Uma história do Parque Infantil Prefeito Manoel Aníbal Marcondes (1964-1985)

São Paulo
2022

CÉSAR HENRIQUE DE MORAES

Educar, recrear e assistir em Jundiaí:
Uma história do Parque Infantil Prefeito Manoel Aníbal Marcondes (1964-1985)

Dissertação apresentada à faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para a obtenção do Título de Mestre em educação

Área de concentração: Cultura, Filosofia e História da Educação

Linha de Pesquisa: História da Educação e Historiografia

Orientadora: Profª Drª Maurilane de Souza Biccas

São Paulo
2022

MORAES, C. H. de. Educar, recrear e Assistir em Jundiaí: Uma história do Parque Infantil Prefeito Manoel Aníbal Marcondes (1964-1985). 2022. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2022.

Dissertação apresentada à faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para a obtenção do Título de Mestre em educação

Área de concentração: Cultura, Filosofia e História da Educação

Linha de Pesquisa: História da Educação e Historiografia

Orientadora: Profª Drª Maurilane de Souza Biccas

Aprovada em : / /

Banca examinadora:

Orientadora: Profª Drª Maurilane de Souza Biccas
Instituição: Universidade de São Paulo

Profª Drª Isabel de Oliveira e Silva
Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais

Profª Drª Renata Esmi Laureano
Instituição: Prefeitura Municipal de Campinas

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação da Publicação
Ficha elaborada pelo Sistema de Geração Automática a partir de dados fornecidos pelo(a) autor(a)
Bibliotecária da FE/USP: Nicolly Soares Leite - CRB-8/8204

MM827e

MORAES, César Henrique de
Educar, recrear e assistir em Jundiaí: - Uma história do Parque Infantil Prefeito Manoel Aníbal Marcondes(1964-1985) / César Henrique de MORAES; orientadora Maurilane de Souza BICCAS. -- São Paulo, 2022.
162 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Cultura, Filosofia e História da Educação) -- Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2022.

1. Parque Infantil. 2. Jundiaí. 3. Ditadura Militar. I. BICCAS, Maurilane de Souza, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

São tantas pessoas e tantos agradecimentos, mas, vou tentar resumir tudo em poucas linhas.

Durante minha vida escolar no ensino regular, sempre tive dificuldades no entendimento de conteúdos e no relacionamento com meus colegas de turma, de modo que ao me formar no Ensino Médio em 2006 tinha sonhos que estavam longe de serem realizados.

Em 2007 já estava satisfeito ao ingressar em um curso de licenciatura em uma universidade privada: Enfim, seria professor de História.

Na longa trajetória até a apresentação deste trabalho, muita coisa se passou.

Por isso agradeço ao meu pai, Oswaldo Rosa de Moraes Júnior e minha mãe Maria de Fátima Henrique de Moraes que em 2010 investiram o seu curto dinheiro em uma inscrição para o vestibular e por me acompanharem em todos os processos seletivos para o ingresso no mestrado.

Lembro que naquela época, mal tínhamos dinheiro para pagar a conta de luz, mas, a esperança que vocês sempre depositaram em meu futuro ainda é meu maior alicerce.

Agradeço à minha esposa Karinne Kellany Pontes Moraes, por me dar todo o suporte para que eu pudesse me dedicar à realização deste trabalho.

Aos meus filhos Agatha Vitória Pontes Moraes, Dante Antônio Pontes Mores e Catharina Maria Pontes Moraes, por me incentivarem a persistir com seus olhos cheios de energia e por me apresentarem quem sou. Sem vocês nunca saberia, tudo permaneceria cinza, confuso.

Agradeço à professora Maurilane de Souza Biccas por me acolher em um momento de grande incerteza e me acalmar.

Agradeço aos professores que passaram por minha vida e contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional, meus projetos não seriam possíveis sem seu trabalho diário.

Por fim, agradeço a Deus por me colocar nos mesmos lugares de pessoas tão virtuosas.

DEDICATÓRIA

Para todos aqueles que contribuíram para este trabalho.
Para todos aqueles que concorreram comigo para ingresso no programa de pós-graduação e ainda não tiveram a mesma sorte;
Continuem tentando.
Para todos que têm sonhos;

RESUMO

MORAES, César. H. de. **Educar, recrear e Assistir em Jundiaí: Uma história do Parque Infantil Prefeito Manoel Aníbal Marcondes (1964-1985).** 2022. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2022.

Esta dissertação tem por objetivo conhecer e analisar as práticas educativas do Parque Infantil Prefeito Manoel Aníbal Marcondes, criado na cidade de Jundiaí em 1946 e inspirado nos parques infantis da cidade de São Paulo. Localizado na Praça da Bandeira e criado na década de 1940, onde o lema institucional "Educar, Recrear e Assistir" norteava o brincar da criança, como os dos seus antecessores. A partir desse slogan é possível aferir que os Parques Infantis foram instituições modelares surgidas da necessidade de se criar um espaço no qual o brincar e a higiene infantil fossem coordenados e verificados por professores e/ou instrutores. A alimentação era fornecida pela municipalidade e a assistência médica oferecida por profissionais da área da saúde, com o objetivo de colocar as crianças em um espaço sadio e afastando-as das ruas de aprendizagens perniciosas a formação moral, no entanto, não havia uma preocupação de antecipar a escolarização formal. No recorte temporal definido para essa pesquisa, no período da ditadura militar (1964-1985), o lema "Educar, Recrear e Assistir" ganhou novos contornos, sob os auspícios da Lei 5.692/71 e de outras políticas públicas que ocorreram mudanças no projeto educacional do Parque Infantil jundiaiense. Na década de 1970, desprovido de aporte financeiro e de políticas públicas adequadas para a criança, a gestão do Parque Infantil Prefeito Manoel Aníbal Marcondes manteve as práticas de brincadeiras e jogos adaptando-os para os planejamentos de uma pré-escola, incluindo paulatinamente a alfabetização em idade pré-escolar. Retomando o panorama histórico e contextualizando o desenvolvimento econômico, político e social da cidade de Jundiaí, este trabalho analisou as transformações ocorridas no Parque Infantil, de uma uma proposta que se almejava educar, mas, sem ter como meta antecipar à escolarização, para uma pré-escola que passou a alfabetizar na idade pré-escolar.

Palavras - Chave: Parque Infantil; Ditadura Militar; práticas educativas; educação da infância;

ABSTRACT

MORAES, C.H.de. **Educate, recreate and assist in Jundiaí: The history of Parque Infantil Prefeito Manoel Aníbal Marcondes (1964-1985).** 2022. Dissertation (Master in Education). Faculty of Education, University of São Paulo, 2022

This dissertation aims to know and analyze the educational practices of Parque Infantil Prefeito Manoel Aníbal Marcondes, created in the city of Jundiaí in 1946 and inspired by the playgrounds in the city of São Paulo. Located in Praça da Bandeira created in the 1940s, where the institutional motto Educar, Recrear e Assistir guided children's play, like those of its predecessors. Based on this slogan, it is possible to infer that the Children's Parks were model institutions arising from the need to create a space in which children's play and hygiene were coordinated and verified by teachers and/or instructors. Food was provided by the municipality and medical assistance was offered by health professionals, with the objective of placing children in a healthy space and keeping them away from the streets of harmful learning and moral formation, however, there was no concern to anticipate formal schooling. In the time frame defined for this research, in the period of the military dictatorship (1964-1985), the motto Educar, Recrear e Assistir gained new contours, under the auspices of Law 5692/71 and other public policies that changed the educational project of the Jundiaiense Children's Park. In the 1970s, lacking financial support and public policies suitable for children, the management of Parque Infantil Prefeito Manoel Aníbal Marcondes maintained the practices of games and games, adapting them to the planning of a preschool, gradually including literacy in preschool age. Resuming the historical panorama and contextualizing the economic, political and social development of the city of Jundiaí, this work analyzed the transformations that took place in Parque Infantil, from a proposal that aimed to educate, but without having as a goal to anticipate schooling, to a pre-school. school that started to teach literacy at preschool age.

Keywords: Playground; Military dictatorship; educational practices; childhood education;

Lista de Mapas

Mapa 1 - Municípios do Estado de São Paulo com Parque Infantil 1950 Pg. 16
Mapa 2 - Cidade de Jundiaí Pg. 34
Mapa 3 - Localização aproximada dos Parques Infantis e Escolas-Parque do município de Jundiaí, inaugurados entre as décadas de 1940 e 1970 Pg. 37

Lista de Fotografias

Foto 1 - 1ª turma em apresentação em 1959 Pg. 29

Foto 2 - Praça da Bandeira Pg.48

Foto 3 - Praça da Bandeira e do Parque Infantil Prefeito Manoel Aníbal Marcondes (1950) Pg.48

Foto 4 - Parque Infantil Prefeito Manoel Aníbal Marcondes na data de sua inauguração Pg.49

Foto 5 - Escola Municipal Prefeito Manoel Aníbal Marcondes Pg.52

Foto 6 - Supervisora Judith Almeida Curado Pg.71

Foto 7 - Curso intensivo de recreação Infantil D.E.F.E – 1958 Pg.78

Foto 8 : Hora da merenda Pg.82

Foto 9 : Festa Junina de 1968 Pg.137

Foto 10: Festa Junina de 1968 Pg.137

Lista de Quadros

Quadro 1 – Números de crianças de 4 anos a 6 anos em Jundiaí durante a década de 1970 Pg. 72

Quadro 2 - Unidades de trabalho Pg.88

Quadro 3 – Memorizações e falas : “côros falados, monólogos e diálogos, poesias, cantos“ Pg.99

Quadro 4 - Quadro Resumo dos conteúdos presentes na pasta de Preleções Pg.108

Quadro 5 – Síntese das Preleções presentes nas pastas mensais Pg.115

Quadro 6 - Danças Pedagógicas (Rodas) do mês de Março Pg. 130

Quadro 7 - Coreografias próprias e do DEF-SP Pg. 133

Quadro 8 - Jogos para a primeira turma do “Parque Infantil Prefeito Aníbal Marcondes” Pg.140

Lista de Figuras

Figura 1 - Evolução do perímetro urbano. Pg.36

Figura 2 - Preleção "Fabrico da Uvas Passas" Pg.111

Figura 3 – Preleção - recorte e seleção da revista Sesinho Pg.111

Figura 4 – Aulas do Tonico Pg.113

Figura 5 e 6 - Lenda Vitória Régia.A história em quadrinhos em preto e branco narra a lenda da vitória régia. Pg.114

Figura 7 - Modelo para pintura e desenho mimeografado referente ao 7 de setembro Pg.122

Figura 8 – Evolução com brincadeiras Pg.135

LISTA DE SIGLAS

D.E.A.S - Departamento de Educação e Assistência Social;

D.E.A.G - Departamento de Educação e Assuntos Gerais;

S.E.C.E.T- Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Turismo;

S.M.E - Secretaria Municipal De Educação;

DEF-SP -Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo;

D.E.F.E. - Departamento de Educação Física e Esporte do Estado de São Paulo

UNICEF/ UNESCO

Sumário

Introdução **1**4

Capítulo I: Jundiaí e as políticas para a educação da criança de 0 a 6 anos **3**5

1.1 A cidade de Jundiaí e sua rede de atendimento para a criança 35

1.2 Políticas Públicas e as Leis de Diretrizes e Bases da Educação em 1961 e a 5692/1971 para o Brasil e para Jundiaí 39

Capítulo II – O Parque Infantil Prefeito Manoel Aníbal Marcondes **4**7

2.1 Uma história da criação do Parque Infantil Prefeito Manoel Aníbal Marcondes 47

2.2 O Parque Infantil Prefeito Municipal Prefeito Manoel Aníbal Marcondes antes e depois de 1964. 50

2.3. O projeto de educação e assistência do Parque Infantil Prefeito Manoel Aníbal Marcondes 54

2.3.1. Os projetos políticos pedagógicos: Os projetos de creches e o projeto de Parque Infantil para a cidade de Jundiaí. 54

2.4. Judith Almeida Curado Arruda: Supervisora e Diretora do Parque Infantil 69

2.5. As crianças, as famílias do P.I.P.M.A.M e a percepção das professoras sobre o público atendido 72

2.6. As professoras do P.I.P.M.A.M 75

Capítulo III – As práticas pedagógicas: assistir, educar e recrear (1964-1977) **8**4

3.1 – As atividades desenvolvidas 84

3.2. Unidades de trabalho 86

3.3 Explorando a oralidade e a memorização: O Coro Falado, Monólogos e Diálogos, Poesias, Cantos e Preleções 93

3.4 Modelos de desenho: O modelo como referência para criar 121

3.5 A dança como modelo comportamental: Danças folclóricas e danças pedagógicas 123

3.6. Os jogos do Parque Infantil a serviço da higiene do corpo e da mente 138

3.6.1 Jogos motores: Movimento do corpo em prol da moral e do futuro 143

3.6.2 O jogo sensorial e a educação do corpo 145

3.6.3 Jogos sociais, o brincar e o aprender com o outro como meio para a socialização; 147

3.7 Educar, recrear e assistir: O atendimento assistencial nos planejamentos pedagógicos do Parque Infantil Prefeito Manoel Aníbal Marcondes entre os anos de 1964 e 1977 149

Considerações Finais 158

Referencias Bibliográficas 162

Introdução

Os Parques Infantis foram instituições originalmente fundadas na cidade de São Paulo, na gestão do prefeito Fábio Prado e criadas com o propósito de educar, assistir e recrear os filhos de operários empobrecidos na década de 1930.

A iniciativa de inaugurar Parques Infantis expandiu-se para cidades do interior do Estado de São Paulo, dentre as quais está Jundiaí que teve seu primeiro Parque Infantil criado em 1943 e inaugurado em 1946.

Esta dissertação de mestrado tem por tema analisar a história do Parque Infantil Prefeito Manoel Aníbal Marcondes (P.I.P.M.A.M)[1], que foi o primeiro entre os sete Parques Infantis implantados na cidade de Jundiaí, foi também a primeira instituição pública de atendimento voltada às crianças de 4 anos a 12 anos do município. Nos primeiros anos de sua criação sua gestão foi orientada pelo Departamento de Educação Física e Esportes de São Paulo, responsável pelo quadro de professoras e auxiliares. Na década de 1950, a administração foi transferida para a prefeitura municipal.

Situado na região central de Jundiaí, na Praça da Bandeira, o P.I.P.M.A.M contava com um amplo espaço reservado para o livre brincar, para o cuidado da saúde e para práticas educativas. Funcionou de 1946 a 1975 no mesmo endereço, após esta data foi transferido para outro prédio, no lugar foi construída a estação rodoviária.

Podemos dividir a história do Parque Infantil em dois momentos, antes e depois da década de 1964, quando foi deflagrado o golpe pelos militares, o que impactou as propostas de atendimento e educação das crianças. O foco dessa investigação é exatamente sobre este período, uma vez que vários parques infantis já foram tomados como tema de análise, mas, a grande maioria das pesquisas realizadas abordaram o período da criação e os primeiros anos de funcionamento.

Foi neste período que a primeira instituição pública para a criança pequena do município de Jundiaí teve seu projeto educacional alterado, teve seu nome alterado, passando a ser denominada Escola de Pré e Ensino Básico Municipal Prefeito Manoel Aníbal Marcondes, enfim com a Lei 4.592/71 a pré-escola passou a ser uma estratégia para a antecipação da alfabetização como uma forma de melhorar os índices de repetência e de evasão escolar.

[1] Utilizaremos no decorrer desta dissertação a denominação “Parque Infantil Prefeito Manoel Aníbal Marcondes” e a sigla “P.I.P.M.A.M”, pois pode facilitar a leitura do texto.

Acerca da nova denominação do Parque Infantil para Escola de Pré e Ensino Básico Municipal, Didonet (2001, p.15) propõe que a adoção de um prenome pode apresentar indícios que nos auxiliam a identificar as características pedagógicas e até mesmo a concepção de infância da mesma.

Com o objetivo de aprofundar a temática da educação das crianças no contexto da ditadura militar, a história do P.I.P.M.A.M foi examinada por meio das mudanças institucionais, impactadas pelas políticas públicas nacionais e estaduais que incidiram no município de Jundiaí. O modelo de pré-primário voltado à antecipação da alfabetização redesenhou o projeto político pedagógico.

As perguntas que nortearam essa investigação foram as seguintes: 1) Quais foram as motivações para a criação do Parque Infantil na cidade de Jundiaí?; 2) Quais foram as políticas de atendimento voltadas para as crianças de 2 a 12 anos?; 3) Qual era a diferença do projeto do Parque Infantil em relação às outras modalidades de atendimento à criança?; 4) Que mudanças ocorreram no Projeto do Parque Infantil Manoel Aníbal Marcondes antes e depois de 1964?; 5) Quais foram as mudanças e transformações ocorridas nas práticas pedagógicas no período da ditadura militar?; 6) Quais princípios sustentaram as práticas do projeto de educar, recrear e assistir na origem e no período da ditadura militar?

Os Parques Infantis surgiram na década de 1930, fruto de debates entre intelectuais, gestores, arquitetos etc., compondo um conjunto de ações implementadas por meio de uma política cultural, que teve à frente Mário de Andrade e uma importante equipe, na perspectiva de modernizar a cidade de São Paulo passou por inúmeras transformações desde a virada do Século XIX, no entanto, a educação pouco acompanhou estas mudanças. O período de 1935 a 1938, foi o ápice desta política, quando pesquisas e inquéritos foram produzidos, bibliotecas, parques infantis foram inaugurados.

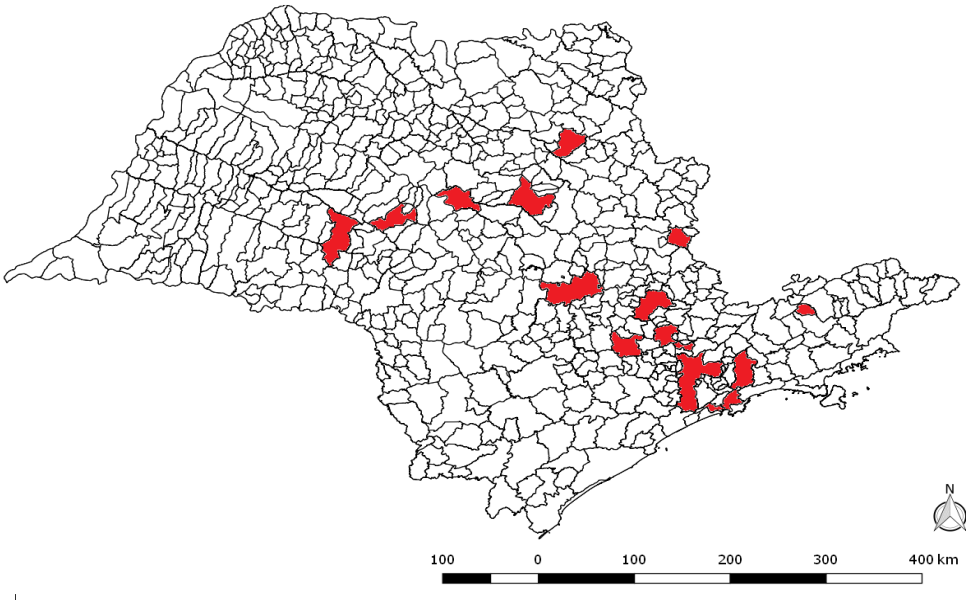
Para Mário de Andrade o grande desafio era educar uma cidade, para isto a cultura deveria privilegiar o folclore brasileiro como um patrimônio. Para os modernistas a ruptura com a tradição, pelo menos aquela que não favorecia: a educação, a saúde, para os que não estavam na escola, para os que não tinham acesso aos bens culturais produzidos e socializados pela sociedade.

Os parques infantis tinham como público-alvo os filhos dos trabalhadores e dos operários, Assim, os pais poderiam trabalhar tranquilamente, sabendo que as crianças estariam sendo assistidas com atividades de esportes, música, recreação, alimentação e assistência de saúde. Era um espaço complementar à educação formal, as crianças não eram classificadas por

idade. A proposta era ser um espaço para brincar, dançar, tomar sol e nadar. Espaço para o desenvolvimento de atividades artísticas, como desenhar e pintar. Nesse sentido, as crianças poderiam expressar a cultura infantil e a adquirida na família de origem. O folclore e a cultura popular brasileira sustentavam as práticas empreendidas. A valorização do que era nacional era a tônica do período, portanto, factível de ser trabalhada em espaços infantis públicos, direcionado às classes populares, que residiam em bairros operários.

Ferreira (2016, p.51) descreve um panorama no qual, na decáda de 1940, o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo concatenou 19 projetos para criação de Parques Infantis por todo o Estado de São Paulo, no entanto, devido a questões de ordem financeira estabelecidos por cada município, até o final da década de 1950 apenas as cidades de Araraquara, Santos, Marília, Pinhal, Campinas, Jundiaí, Ibitinga, Pirajuí, Piracicaba, Itu, Mogi das Cruzes, Tremembé, São Vicente, Franco da Rocha e Ribeirão Preto efetivaram seus respectivos projetos e inauguraram Parques Infantis.

Mapa 1: Municípios do Estado de São Paulo. Destaque para os municípios com a inauguração de pelo menos 1 Parque Infantil até a década de 1950.



Fonte: Mapa elaborado a partir das contribuições de Ferreira (2016, p.51). Cidades em destaque: Araraquara, Santos, Marília, Pinhal, Campinas, Jundiaí, Ibitinga, Pirajuí, Piracicaba, Itu, Mogi das Cruzes, Tremembé, São Vicente, Franco da Rocha e Ribeirão Preto.

Nas últimas décadas muitos pesquisadores do mundo como Philippe Ariès (1981)[2], Kuhlmann e Fernandes (2004) e outros, têm produzido estudos sobre a criança e a infância. Algo em comum tem sido revelado, as duas acepções têm emergido como categorias históricas, constituídas a partir de relações sociais.

Philippe Ariès (1981) retratou a história da infância em um período em que não existia uma preocupação em relação à memória histórica, pois o sentimento de infância tal qual conhecemos hoje ainda não existia. Utilizou uma fonte heterodoxa, a arte, demonstrando que a infância era uma categoria autônoma. Na arte do século XVIII, o retrato de família mostrava estes sujeitos, antes inexistentes, fazendo parte do mundo familiar.

Para Ariès o que vai dar lugar ao sentimento moderno de infância é a escola. Ou seja, com o sentimento de infância, a criança passa a ser sujeito escolar. De acordo com o autor, na sociedade medieval o sentimento da infância não existia. Mas:

> não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. Por essa razão, assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes (Ariès, 1981, p. 156).

A preocupação com a educação das crianças foi se instalando na sociedade e transformando-a. A família passou de ser uma instituição de direito privado para a transmissão dos bens e do nome, assumindo uma função moral e espiritual, formando os corpos e as almas.

De acordo com Ariès (1981, p. 277), o cuidado dispensado às crianças passou a inspirar novos sentimentos, uma afetividade que a iconografia do século XVII demonstrou reiteradamente o sentimento moderno de família. A escola passou a ser o lugar da aprendizagem, uma escola transformada, instrumento de disciplina rígida, resguardada pela justiça e pela política. A escola teve um grande desenvolvimento no Século XVII, como uma preocupação nova dos pais com a educação das crianças. Foi a família e a escola que retiraram a criança da sociedade dos adultos. A escola passou a significar o espaço daqueles que podiam ter uma infância, num regime disciplinar rigoroso, que nos séculos XVIII e XIX derivou na clausura total em instituições como o internato.

[2] O livro História Social da Criança e da Família, de Philippe Ariès, publicado originalmente em 1960, traduzido no Brasil em 1981, foi produzido a partir de amplo corpo documental que abarcava iconografia religiosa e leiga, vestimentas, diários, efígies funerárias, jogos e brinquedos, apesar de discussões e críticas suscitadas, alguns que consideram as fontes utilizadas reduzidas, continua sendo um clássico.

Para Priore (1999), as crianças do Brasil Colônia e Império, podiam ou não, ter e viver infâncias de acordo com o lugar político e social das suas famílias. Para a autora (1999), os carinhos, as paparicações[3] eram destinadas tanto às crianças pequenas brancas e negras, escravizadas e libertas, que compartilhavam espaços da intimidade familiar. Estas eram vistas *"(...)engatinhando nas camarinhas de suas senhoras, recebendo de comer na boca, ao pé da mesa"* (1999, p. 96).

Entretanto, ao tomarmos a análise teórica produzida por Fonseca (2002), sobre a Lei do Ventre Livre, promulgada em 28 de setembro de 1871, em que todas as crianças nascidas a partir daquela data deveriam ter o direito à liberdade, a realidade era outra. A partir da produção historiográfica sobre a educação e a escravidão, percebe-se que as crianças escravas em qualquer tempo e espaço, viviam em um mundo em que lhes era negado o direito de adquirir conhecimentos e consequentemente serem reconhecidas neste contexto.

O limite que separava os laços de parentesco do cotidiano público e privado era explícito. No mundo privado, as crianças quando nasciam sendo filhos de negros livres ou escravos, passavam a socializar com os senhores, pois o contato era diário. As atividades que demandavam conhecimentos e habilidades para o trabalho eram assumidas pelas crianças escravas, assim a sua presença poderia ser suportável, uma vez que o preconceito, a submissão, o domínio e divisão de classe permaneciam, "o senhor (dominador) e o escravo (dominado)" (FONSECA, 2002, p. 139). A vida de trabalho das crianças negras começava cedo e era muito dura, mesmo quando viviam no seio familiar dos senhores.

Moura, Viana e Loyola (1990) afirmam que no Brasil do final do século XIX ao final do século XX, a noção de infância passa por grandes transformações, da indignidade presente na escravidão, às vagarosas mudanças nas leis que culminaram no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Moura (2002) aponta que na cidade de São Paulo, no início do século XX, a mesma sociedade que incorporava elementos *"líricos e sagrados"* ao idealizar a infância aceitava o trabalho infantil. Dos acidentes de trabalho aos maus-tratos, o desrespeito à infância das crianças pobres materializou-se de muitos modos. Até o fim da década de 1920, as políticas

[3] O primeiro sentimento da infância – caracterizado pela paparicação – surgiu no meio familiar, na companhia das criancinhas pequenas. O segundo, ao contrário, proveio de uma exterior à família; dos eclesiásticos ou dos homens da lei, raros até o século XVI, e de maior número de moralistas no século XVII, preocupados com a disciplina e a racionalidade dos costumes. Esses moralistas haviam-se tornado sensíveis ao fenômeno outrora negligenciado da infância, mas recusavam-se a considerar as crianças como brinquedos encantadores, pois viam nelas frágeis criaturas de Deus que era preciso ao mesmo tempo preservar e disciplinar. Esse sentimento, por sua vez, passou para a vida familiar. No século XVIII, encontramos na família esses dois elementos antigos associados a um elemento novo: a preocupação com a higiene e a saúde física (Ariès, 1981, p. 163-164).

públicas de proteção à infância praticamente inexistiam e no vácuo gerado pelo poder público, o modelo de assistência liberal[4] despontou, se manifestando na criação de hospitais e orfanatos (GIL, 2012, p.6).

Dourado (2002, p.1) analisa a contradição presente na concepção de infância e as ações do Estado no início do século XX, favorecendo o entendimento de que a criança, ao ser idealizada como o futuro da República se tornou um ponto de interesse da instrução pública com ideais positivistas e higienistas.

A *"criança proletária"* no Estado de São Paulo, sem o direito de usufruir de sua infância para trabalhar, convivendo com a *"(...)pobreza, miséria moral e vícios"* (MIRANDA, 1939), dificilmente faria parte do projeto de nação republicano.

De acordo com Kuhlmann e Fernandes (2004, p.12) a infância pode ser compreendida:

> "(...) como a concepção ou a representação que os adultos fazem sobre o próprio período vivido pela criança, o sujeito real que vive essa fase da vida. A história da infância seria então a história da relação da sociedade, da cultura, dos adultos, com essa classe de idade, e a história da relação das crianças entre si e com os adultos, com a cultura e a sociedade. Ao se considerar a infância como condição das crianças, caberia perguntar como elas vivem ou viveram esse período, em diferentes tempos e lugares. Mas a opção por uma ou outra perspectiva é algo circunscrito ao mundo dos adultos, os que escrevem as histórias, os responsáveis pela formulação dos problemas e pela definição das fontes a investigar."

As categorias criança e infância se modificaram a partir dos tempos e espaços, portanto, sofreram várias conotações ao longo da história. Os autores apontam alguns exemplos, as palavras *parvus* ou *parvulus*, que significavam crianças de colo. Para designar um menino de peito ou em fase de gestação, utilizava-se criança, ou criança pequena. (Kuhlmann e Fernandes, 2004).

As propostas de atendimento às crianças pobres começaram a ser implementadas no Brasil no período do movimento da escola nova, nas relações estabelecidas entre trabalho e assistência. Segundo Kuhlmann (1998, p.53), era na assistência que se produzia a política social para os mais pobres de forma científica. Para estes sujeitos os direitos eram suprimidos, assegurando ao Estado a não obrigação de oferecê-los.

Freitas e Biccas (2009, p.288) informam que foi na década de 1930, no governo de Getúlio Vargas, que as creches foram introduzidas pela primeira vez no conteúdo da legislação

[4] Gil (2012, p.6) aponta que no início do século XX, na cidade do Rio de Janeiro, a ausência de políticas públicas propiciou o desenvolvimento de um tipo de filantropia nos centros urbanos, que foi denominado de "Modelo de assistência liberal". Este tipo de filantropia era promovido em instituições privadas, no entanto tinham caráter público, tal como as Santas Casas, cujo os serviços sempre foram essenciais.

trabalhista. Estava indicado a obrigatoriedade de se criar creches em todos os estabelecimentos em que 30 ou mais mulheres trabalhassem. Este direito foi ao longo de quase todo Século XX desvalorizado, só cumprido de maneira excepcional por poucos patrões.

Na Conferência Nacional de Proteção à Infância, em 1933, no Rio de Janeiro, foram discutidas ações em defesa da criança. De acordo com Freitas (2005, p. 167), Anísio Teixeira defendeu que a criança em idade pré-escolar deveria ser abordada do ponto de vista pedagógico, mental e social. Destaca ainda a importância dos brinquedos e a relação com o brincar.

Em 1940, foi criado o Departamento Nacional da Criança (DNCr) que tinha por função estabelecer normas para o funcionamento das creches, além de publicar livros e artigos voltados para o atendimento da criança no Brasil.

Kuhlmann (2005, p.183) aponta que a ampliação do trabalho para as mulheres, principalmente na década de 1960, foi fundamental para o processo de constituição de instituições voltadas para o atendimento da criança pequena.

Na LDB 4.024 de 1961, as iniciativas voltadas para a criança e infância começaram a despontar. As crianças com menos de sete anos deveriam frequentar escolas maternais e/ou jardins de infância, conforme podemos conferir nos seguintes artigos:

> Art. 23. A educação pré-primária destina-se aos menores até sete anos, e será ministrada em escolas maternais ou jardins de infância.
> Art. 24. As empresas que tenham a seu serviço mães de menores de sete anos serão estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria ou em cooperação com os poderes públicos, instituições de educação pré-primária.

Em 1967, o Departamento Nacional da Criança (DNCr) divulgou um plano de assistência ao pré-escolar, fomentando a criação de escolas e jardins de infância. Ao contrário do que vai ocorrer em 1971, quando a Lei 5.692/71 foi promulgada, um verdadeiro desastre, pois praticamente retirou dos governadores quaisquer obrigações educacionais dirigidas às crianças pequenas. No artigo 10, parágrafo 2º. *"Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam convenientemente educação em escolas maternais, jardins de infância e instituições equivalentes"*.

A questão da criança pouco interessava aos que representavam a ditadura, no entanto, o bem-estar da criança pequena passou a ser muito importante para a sociedade civil. A partir do final da década de 1970, esta temática, nas mais diversas modalidades, passou a ser objeto de debates em todo país.

Parques Infantis: dialogando com outras pesquisas

O Parque Infantil representou um marco na educação para as crianças de 2 a 12 anos no país e principalmente no Estado de São Paulo. Nesse sentido, vem despertando o interesse de vários pesquisadores(as) que vem produzindo artigos, dissertações, teses etc.

Quando a busca acadêmica concentra-se em aspectos institucionais e a incidência de políticas públicas no campo educacional, voltado para as crianças pequenas ocorridas durante o período da ditadura Militar (1964-1985), os resultados foram muito escassos,

Isto posto, podemos dizer que a temática sobre o Parque Infantil, antes de 1964 tem sido objeto de vários pesquisadores do campo da educação e da história da educação no país. A seguir apresentamos um conjunto de artigos, dissertações de mestrado e de doutorado que de forma direta e ou indireta dialoga com a minha pesquisa.

Ana Lúcia Goulart Faria, defendeu em 1994 a tese de doutorado, na Faculdade de Educação, na Universidade de São Paulo, intitulada "Direito à infância: Mário de Andrade e os parques infantis para as crianças de família operária na cidade de São Paulo (1935-1938)". O objetivo da pesquisa foi estudar os parques infantis, implantados pelo departamento de cultura, da prefeitura municipal de São Paulo, enfocando os três primeiros anos de funcionamento.

Destacou a gestão de Mário de Andrade e analisou como os parques infantis fizeram parte de uma política cultural, de um projeto de urbanização da cidade de São Paulo. Idealizado por uma burguesia ilustrada, intelectuais que participaram do movimento dos modernistas que chegaram ao poder.

Os parques infantis foram uma experiência de governo, que embora não fosse escolar, foi uma alternativa educacional para as crianças de 4 a 6 anos das famílias operárias. A proposta almejava garantir a oportunidade de ser criança, de aprender a brincar, criando e recriando cultura.

A investigação ainda analisou outras características peculiares e originais desenvolvidas na proposta dos parques infantis, entre elas: a realização de pesquisas sobre as crianças e as famílias que frequentaram estes espaços educacionais; o desenho infantil compreendido como uma linguagem, como grafismo anterior à escrita, em um momento que a alfabetização não era tratada para esta faixa etária.

Por último, não menos importante, foi a análise da contribuição de Mário de Andrade, poeta, pesquisador da cultura brasileira, preocupado com a identidade nacional e também na gestão pública.

Em 1999, Ana Lúcia Goulart Faria publicou um artigo intitulado: “A contribuição dos parques infantis de Mário de Andrade para a construção de uma pedagogia da educação infantil”. O objetivo foi analisar as contribuições de Mário de Andrade na elaboração da proposta pedagógica dos parques infantis paulistas. Tendo como mote “Educar, Assistir e Recrear”, como práticas complementares e não antagônicas.

Na produção do artigo utilizou as produções do Mário de Andrade sobre os parques infantis, tais como: legislação, plantas arquitetônicas, regimentos de funcionamento etc.

Algumas conclusões apresentadas por Faria, indicam como foi construída uma proposta pedagógica de educação integral, tomando o jogo na sua dimensão lúdica e disciplinadora; a arte como a estética. As atividades educacionais, culturais foram trabalhadas na sua dimensão lúdica, de forma espontânea e às vezes dirigidas pelos educadores. A espontaneidade das crianças não poderia ser menosprezada em favor de um currículo.

Neste projeto, o lúdico contido nas atividades era o mote desta cultura, percorrendo duas extremidades *“(...) da mera obediência disciplinadora, à pura fantasia ociosa”:*

> (...) o PI oferecia para as crianças da “escola primária” (que a freqüentavam alternadamente ao parque), e para as outras pequenas freqüentadoras de 3 a 6 anos, a oportunidade de se expressarem artisticamente, brincarem e jogarem, enfim, de continuarem crianças (...) (FARIA, 1999, p.67).

Faria (1999) aponta ainda um interessante contraste entre a escola pré-primária e o Parque Infantil. Nos parques infantis os aspectos tradicionais do ensino não eram fundamentais, o foco era oportunizar às crianças o acesso à cultura por meio do lúdico, das práticas manuais, da arte e outras metodologias. Na escola pré-primária uniformiza-se o acesso ao conhecimento preconizando a vida escolar de futuros alunos.

Marcia Maria Gobbi, em 2004, defendeu na Faculdade de Educação, da Unicamp, a tese de doutorado intitulada: “Desenhos de outrora, desenhos de agora: os desenhos das crianças pequenas no acervo de Mário de Andrade”.

A pesquisa focalizou os desenhos de crianças com idade entre dois anos e meio e seis anos pertencentes ao acervo de Mário de Andrade, encontrado no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.

Os desenhos, fontes da pesquisa, foram produzidos pelas crianças dos parques infantis, criados para um concurso idealizado por Mário de Andrade, quando era diretor do Departamento de Cultura do Município de São Paulo. Por meio desta fonte, as crianças puderam ser entendidas a partir do que produziram, e não apenas, pelo que os adultos gostariam

que elas fossem. Os desenhos não foram analisados como retratos da realidade, mas como suporte da inventividade das crianças.

Arte, pedagogia e história deram sustentação ao estudo e análise dos desenhos, num diálogo fecundo que se propôs a colaborar na construção de outras formas de ver a criação das crianças.

Os Parques Infantis, concebidos na investigação como territórios da infância, locais em que foram criados a maioria dos desenhos apresentados, analisados como uma expressão do modernismo, em sua fusão entre os aspectos estéticos e ideológicos.

Gobbi (2004), ao analisar os desenhos feitos pelas crianças, considera-os como produções autorais, como expressão daquilo que elas viviam no ambiente educativo.

Para Gobbi, Mário de Andrade ao:

> (...) acreditar nas crianças como produtoras de cultura, o Parque Infantil se colocava como local de convívio com a natureza e a diversidade da cultura nacional. A preocupação com que as crianças conhecessem as manifestações culturais brasileiras era muito grande e o trabalho com o folclore, a música e a dança era uma constante em seu interior. (Gobbi, 2004 p. 152)

O objetivo da tese foi o de contribuir com a construção de uma pedagogia que considere as especificidades das crianças de 0 a 6 anos, tendo as dimensões humanas edificadas e vividas em sua inteireza, sendo a arte concebida como um dos fundamentos da educação infantil.

Silvana Micaroni (2007), defendeu sua dissertação de mestrado na Universidade São Francisco, intitulada: “A educação física nos parques infantis da cidade de São Paulo: 1947 a 1957”, teve por objetivo “analisar o papel que a Educação Física desempenhou no conjunto de variáveis que influenciaram a educação das crianças nos Parques Infantis da cidade de São Paulo, no período de 1947 a 1957”.

Uma das principais fontes utilizadas para a análise foi o Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio, da Secretaria de Cultura do Município de São Paulo, publicado mensalmente, durante o período. Este boletim interno era utilizado nos Parques Infantis como instrumento de formação de professores, orientando sobre as atividades pedagógicas, apresentava sugestões para as práticas a serem desenvolvidas com as crianças.

A partir de uma análise crítica, considerando as condições de produção, circulação e significação dos boletins, a autora concluiu que eles versavam acerca das práticas de educação física e propiciavam o atendimento à criança nos aspectos higiênico, moral, intelectual e emocional.

Elizabeth da Silva Galastri Vinagre (2009), na sua dissertação de mestrado, defendida na Universidade São Francisco, São Paulo, intitulada, "Instituições para a educação da Infância em Jundiaí (1880-1984)", pontuou fatos importantes do contexto histórico da cidade, delineando alguns caminhos percorridos na história da educação da infância no município, desde os anos de 1880, quando surgiu a primeira escola étnica na cidade.

Na década de 1910, foi criada a Sociedade Humanitária Protectora da Infância Desvalida Asylo-Creche (Lar Anália Franco), na década de 1940 foi criada a Creche Argos, as duas instituições foram iniciativas de particulares. Abordou ainda a criação dos parques infantis, considerados como as primeiras iniciativas públicas de atendimento à criança pequena na cidade de Jundiaí, foram extintos em 1984. A autora utilizou várias fontes, tais como: legislação, fotografias, jornais, revistas e entrevistas.

Vinagre (2009), destacou que o projeto idealizado para crianças de 4 a 12 anos, por Mário de Andrade, se espalhou para o interior de São Paulo, culminando com a construção do Parque Infantil Prefeito Manoel Aníbal Marcondes, na cidade de Jundiaí. A inauguração se deu pela necessidade:

> (...) dos pequenos, buscando um espaço saudável, onde eles pudessem se desenvolver em todos os seus aspectos: afetivo, cognitivo, físico e social, sem perder de vista a necessidade existente entre as famílias de baixa renda que precisavam de um espaço seguro no qual suas crianças ficariam longe da violência. (VINAGRE, 2009, p.69).

A autora a partir do levantamento e do histórico das instituições estudadas, conseguiu perceber que a educação da criança pequena passou por muitas fases e que o mesmo aconteceu em todo país. Pode aferir que não foram criadas iniciativas públicas para o atendimento educacional para as crianças pequenas no município durante um longo período, uma vez que só na década de 1940, foi criado o primeiro parque infantil com esta finalidade. As instituições particulares (filantrópicas, étnicas, familiares e empresariais) assumiram esta empreitada, formando uma geração de crianças para viver em uma cidade, que se expandiu e passou por vários processos de urbanização no decorrer da segunda metade do século XX.

Maria Beatriz Ribeiro Prandi (2015) em sua dissertação de mestrado "A construção da imagem dos Parques Infantis de Ribeirão Preto das décadas de 1950 e 1960", objetivou analisar a opinião pública produzida acerca dos Parque Infantis de Ribeirão Preto. As fontes utilizadas neste trabalho foram fotografias, álbuns, materiais de jornais, relatórios e almanaques.

A autora elaborou uma linha do tempo que evidenciava o processo de formação e desintegração do serviço do Parque Infantil em Ribeirão Preto, entre os anos de 1950 e 1980.

Como um dos resultados, destacou como a opinião pública se manifestou sobre os Parques Infantis e a educação infantil. Evidenciou ainda que as imagens foram produzidas e postas em circulação pelas administrações públicas de Ribeirão Preto, por meio de publicações oficiais apresentando as interpretações acerca da educação do município.

Laureano (2017), em sua tese de doutorado defendida na Faculdade de Educação, da Unicamp, intitulada "Educar, assistir e recrear: as práticas educativas no Parque Infantil Professor Carlos Zink e o projeto de educação da infância campineira", objetivou compreender as práticas educativas para a infância de Campinas, bem como as desenvolvidas no Parque Infantil Professor Carlos Zink no período de 1958 a 1981.

O Parque Infantil analisado por Laureano localizava-se em um bairro operário, tinha por objetivo, como os demais criados nas décadas anteriores, assistir, recrear e educar as crianças entre 4 e 12 anos de idade, filhas dos trabalhadores das indústrias locais.

No início da década de 1940, Campinas inaugurou dois primeiros Parques Infantis. Em 1958, mais sete parques foram inaugurados na cidade, dentre eles, o Parque Infantil Professor Carlos Zink, objeto de estudo da pesquisa. A administração pública manteve a política de parques infantis até o ano de 1981, quando passaram a se denominar Escolas Municipais de Educação Infantil, encerrando-se, portanto, tal política de atendimento à infância.

Para compreender esse projeto de educação da infância e como ele ganhou materialidade no Parque Infantil Professor Carlos Zink, a autora elegeu dois aspectos para análise: o espaço físico, como lugar que possibilitava e/ou limitava as práticas educativas, as festividades, como práticas educativas constituintes da cultura da instituição.

As fontes utilizadas foram a legislação e os documentos produzidos pelo poder público. Alguns documentos estavam mantidos na própria instituição, tais como, plantas arquitetônicas e fotografias.

A análise sobre o espaço físico e as práticas festivas do parque infantil possibilitaram compreender alguns aspectos curriculares fundamentados numa concepção de criança, infância e educação infantil.

Kuhlmann Jr (2019) em seu artigo "Parque Infantil: A singularidade e seus componentes", publicado na Revista da Universidade Federal do Paraná, chamada "Educar", teve por objetivo problematizar a atribuição de originalidade da instituição extraescolar denominada parque infantil, projeto criado e gestado pelo Departamento de Cultura da prefeitura da cidade de São Paulo em 1935.

O autor, por meio de uma vasta revisão bibliográfica, apresenta algumas articulações e propostas de instituições congêneres, que circularam com diferentes denominações. O playground norte-americano e sua história são focalizados no texto.

O texto se apoiou em artigos e livros sobre o tema e em fontes documentais, como reportagens da imprensa diária, relatórios e comunicações a congressos, revistas e livros do período estudado, que retrocede à primeira metade do século XIX.

A revisão bibliográfica sobre a temática dos parques infantis foi fundamental para conhecer o que a historiografia da educação tem produzido acerca do assunto, ajudando a evidenciar uma instituição escolar que acompanhou as mudanças políticas ocorridas na cidade de Jundiaí, alterando seu projeto político-pedagógico entre os anos de 1964 e 1985.

Os autores apresentados até este momento contribuíram para o entendimento sobre o contexto, a criação e a proposta delineada pelos gestores paulistas ao implantarem os Parques Infantis. No decorrer desta dissertação dialogarei com estes trabalhos, pois eles foram importantes para a delimitação espacial e temporal da análise sobre o P.I.P.M.A.M., enfocando o período pós ditadura militar.

Apresentação e descrição das fontes de pesquisa

As fontes levantadas e consultadas foram encontradas em suportes físicos e digitais. No Centro de Memória de Jundiaí foram achadas a maioria da documentação do P.I.P.M.A.M.

Do conjunto de documentos selecionados, priorizamos os que remetiam as propostas delineadas para a faixa etária de 4 até 6 anos, grupo denominado institucionalmente como 1ª turma e que continuou a ser atendido regularmente após as mudanças ocorridas na transição entre Parque Infantil e Pré-escola durante a década de 1970.

Para esta dissertação as fontes selecionadas foram as seguintes: legislações; livro de atas de reuniões; livro de visita de inspetores; livros de despesas; livro caixa; livro de ponto; convite de festividades; planejamentos de atividades pedagógicas; livro comemorativo dos 40 anos do Parque Infantil.

As legislações consideradas foram as leis municipais e estaduais, as Leis de Diretrizes e Base de 1961 e 1971, documentos do Executivo que versam acerca da Carreira do magistério, da administração escolar e pública.

As atas são um registro administrativo e pedagógico importante para o funcionamento do P.I.P.M.A.M. Neste trabalho há atas de cunho pedagógico como as atas do *Livro de reunião pedagógicas* e o *Livro de termos de visitas de inspetoras dos Parques Infantis.*

> Ata é um registro em que se relatam assuntos tratados em uma reunião, assembleia ou convenção. Para os manuais de redação, trata-se de um documento em que se descrevem resumidamente, mas com clareza, as ocorrências de uma reunião de pessoas para determinado fim. (BATISTA E NASCIMENTO, 2019, p.4)

Mais especificamente, acerca do texto que é produzido na ata:

> O texto deverá sintetizar claramente os fatos da reunião, escritos seguidamente sem rasuras, emendas ou entrelinhas. As abreviaturas devem ser evitadas e espaços em branco não são admitidos, escrevendo-se de margem a margem, pois se trata de um documento (SABINO e ROCHA, 2004, p.63).

As informações contidas nestes registros partem da ideia de que são documentos oficiais e deveriam apresentar a verdade, descrever o que aconteceu de forma fidedigna. No entanto, ao considerarmos as atas produtos de seu tempo, que são produzidas em determinadas condições sociais, educacionais e políticas, compreendemos que elas são fontes importantes para estudarmos as relações de poder interna e externa à instituição, as tensões e contradições, além de concepções e representações que estão em disputa.

O *livro de termos de visitas de inspetores dos Parques Infantis*, refere-se ao período de 1947 a 1981, no qual encontramos apenas 14 registros. O conteúdo das visitas, de uma maneira geral, contém orientações da inspetora municipal apontando aspectos que deveriam ser melhorados.

O *livro de despesas*, tinha por objetivo registrar os gastos realizados pela instituição. No período de 1954 a 1972, fica evidente que as compras eram feitas nos comércios da região de Jundiaí.

O *livro caixa de balancete de lanches* do período de 1953 a 1968, apresenta os registros das receitas e dos gastos do Parque Infantil na compra de alimentos.

Os *livros de ponto de servidores e funcionários* encontrados são do período de 1953 a 1968, apresentam atas que indicam as presenças, faltas, férias e registros de departamento pessoal para fins de pagamentos de honorários.

A materialidade dos livros de atas são similares, sendo livros de capa preta e dura, com pauta e páginas numeradas, todos os livros têm seus registros manuscritos e não há rasuras.

Os *convites para as festividades* são registros importantes e sistemáticos utilizados pela instituição, pois a dimensão cultural é um dos pilares da proposta do Parque Infantil. Encontramos um conjunto de convites do período de 1964 a 1982. Direcionados aos pais e

responsáveis, representantes da câmara de vereadores e prefeitos. É importante destacar que as festividades são uma das importantes dimensões públicas dos Parques Infantis, por isso são cuidadosamente planejadas e amplamente divulgadas na comunidade e nos jornais locais.

No acervo do Centro de Memória de Jundiaí, foram encontrados mais de 700 modelos e *planejamentos de atividades pedagógicas* produzidos pelas professoras do P.I.P.M.A.M., no período de 1950 a 1970. Para este trabalho foram consultadas apenas os planejamentos pedagógicos referentes à faixa-etária de 4 a 6 anos de idade, que ao todo somam 259[5].

Os planejamentos de atividades disponíveis no acervo do Centro de Memória de Jundiaí são sobre: Coro Falado, Monólogos e diálogos, Modelos de desenhos, Jogos sociais, Jogos sensoriais, Jogos motores, Poesias, Cantos, Preleções, Danças, coreografias, o livro Poesias para o Ensino Primário (ROSSI, 1957).

De acordo com as indicações das reuniões pedagógicas registradas em livros de atas, os planejamentos de atividades são entendidos como *recursos pedagógicos* que deveriam nortear as proposições pedagógicas do Parque Infantil Prefeito Manoel Aníbal Marcondes.

Os planejamentos pedagógicos foram organizados e classificados da seguinte forma:

1. Memorização e falas – materializam-se em atividades como: "Coro falado, monólogos e diálogos, poesias, cantos, preleções e o Livro de Poesias para o ensino primário (ROSSI, 1957);
2. Modelos de desenhos;
3. Danças e Marchas – configuraram em danças pedagógicas, danças folclóricas e coreografias;
4. Jogos – desdobram-se nos planejamentos em jogos motores, jogos sensoriais e jogos sociais.

A publicação municipal *"E tudo começou assim...40 anos depois, um processo significativo de mudança nas funções da pré-escola"*. Um livro comemorativo dos 40 anos de existência do Parque Municipal, foi publicado na gestão do prefeito André Benassi em 1986. O material tem 20 páginas, em preto e branco e possui inúmeras fotos que rememoram a história e os sujeitos, crianças, professores, diretores, familiares e gestores que construíram e frequentaram essa instituição.

[5] A lista contendo toda as atividades à disposição para a 1ª primeira turma e seus respectivos eixos temáticos encontram-se nos ANEXOS I, ANEXO II, ANEXO III, ANEXO IV, ANEXO V, ANEXO VI e ANEXO VII.

As fotografias utilizadas nesta dissertação e que apresentam registros do cotidiano do Parque Infantil foram encontradas em dois acervos: o primeiro que está no Centro de Memória de Jundiaí; segundo, são de famílias que guardam as fotografias como lembrança de eventos.

Referente às fotos que estão no Centro de Memória de Jundiaí, a maioria foi doada pela professora Maria da Glória, prima da supervisora Judith, bem como os planejamentos de atividades pedagógicas. A ideia era que pudesse ser montada uma exposição permanente no Museu Solar do Barão, o que não aconteceu.

Sobre o Parque Infantil, as fotos do acervo procuraram retratar a culminância dos planejamentos pedagógicos:

Foto 1: 1ª turma em apresentação em 1959

Fonte: Centro de memória de Jundiaí.

Esta primeira fotografia é emblemática, pois reúne as características dos registros fotográficos do P.I.P.M.A.M., das décadas de 1950, 1960 e 1970, como poderemos verificar mais adiante. A qualidade das fotografias é excelente, podemos verificar na parte de baixo da foto, canto direito, o logotipo do Estúdio Ideal, o que indica que foram clicadas por fotógrafos profissionais.

Este acervo ainda está em fase de catalogação e de reavaliação da procedência. Nas que utilizaremos neste trabalho, estão todas com legendas, uma vez que nas fotografias originais a descrição já figurava no verso da foto.

Camoleze e Machado (2021, p.10) descreveram o acervo da *Photograhia Ideal*, abordado em um estudo, na qual as fotografias foram fontes utilizadas para a compreensão das representações e das relações das pessoas que viveram na cidade de Jundiaí

As fotografias aéreas da cidade de Jundiaí e a maioria das fotografias das atividades desenvolvidas no P.I.P.M.A.M. são frutos do trabalho do estúdio *Photographia Ideal*, da família Janczur, proeminente família de fotógrafos que se estabeleceram na rua do Rosário, região central do município.

No caso das fotografias aéreas clicadas do P.I.P.M.A.M., foram produzidas a partir de voos panorâmicos feitos pela companhia aérea Varig.

O Estúdio Ideal foi contratado em várias ocasiões pela prefeitura municipal, para tirar fotografias panorâmicas com objetivo de compor diagnósticos e estudos para o desenvolvimento da cartografia de Jundiaí.

Referenciais teóricos e metodológicos

Esta temática de pesquisa se enquadra na história do tempo presente, não só pela questão cronológica, mas também pela experiência individual de vida possa também ser uma experiência coletiva, que podem ser interpretadas por meio de analogias explicativas. Hobsbawm (2013, p.316), aborda esta importante dimensão:

> Se a maioria de nós reconhece os principais marcos da história mundial ou nacional em nosso tempo de vida, não é porque todos passamos por eles, muito embora alguns de nós possam de fato tê-lo feito ou mesmo ter percebido na época que eram marcos.

Para Delgado e Ferreira (2013, p.29) a história do tempo presente permite a escolha de inúmeros temas e perspectivas historiográficas, sendo um campo onde é possível verificar a adesão de trabalhos dos campos da história social, história pública, história da vida privada, e acrescento a História da Educação.

Foi publicado na Revista do Programa de Pós-Graduação em História, em 2020, um artigo de François Dosse, intitulado *"História do Tempo Presente e Historiografia"*, nele é apontado que esta perspectiva está na intersecção do presente e da longa duração. O problema colocado é saber como o presente é constituído no tempo. Nesse sentido, ela se diferencia da história imediata porque implica na necessidade de produzir mediações. (Dosse, 2014, p.3)

Quando a história se profissionalizou no século XIX, os historiadores passaram a privilegiar as fontes escritas, afirmando e reafirmando sobre a necessidade de objetivar, estabelecendo assim uma ruptura entre o passado e o presente. Isto acabou por desqualificar a história do tempo presente, uma vez que as fontes documentais deveriam permanecer no arquivo antes de serem disponibilizadas por mais de 50 anos. (Dosse, 2014, p. 4)

Os historiadores foram tomando consciência da relativização da ciência, no caso da história, não a compreender como passado, mas sim como uma construção. As ciências sociais propunham o modelo estatístico de análise para comprovar a legitimidade e o rigor científico. Soma-se a isto, as interfaces com outras ciências de fronteira; a busca de novos paradigmas impostas pela fragmentação e dispersão temas e objetos de pesquisa; além das demandas da história do tempo presente, que não aceitavam a ideia de a história ser uma ciência só do passado, portanto, novos desafios tornaram urgente a redefinição da própria disciplina história, Le Goff e Nora (1974, p. 12-13).

A nova história cultural descrita por Carvalho (1998), permite a alteração dos interesses do pesquisador que outrora se preocupava em descrever as origens de instituições e saberes pedagógicos de maneira tradicional, para uma que busca evidenciar uma *história cultural dos saberes pedagógicos* e investiga a escola como um lugar social, constituído historicamente.

Considerando isso, este trabalho foi estruturado da seguinte maneira:

O Capítulo I, intitulado "Jundiaí e as políticas para a educação da criança de 0 a 6 anos", é dividido em 2 partes. Na primeira chamada **"**A cidade de Jundiaí e sua rede de atendimento para a criança" produzimos uma caracterização histórica, social e econômica da cidade de Jundiaí no sentido de construir um contexto evidenciando a educação das crianças pequenas antes e depois da ditadura militar.

Na segunda parte tem o nome "Políticas Públicas e as Leis de Diretrizes e Bases da Educação em 1961 e a 5692/1971 para o Brasil e para Jundiaí" constrói um panorama dos impactos trazidos pelas legislações e projetos nacionais para a escolarização da criança de 0 a 6 anos e seus impactos em Jundiaí.

O capítulo II tem o título "O Parque Infantil Prefeito Manoel Aníbal Marcondes" e é dividido em 6 partes. A primeira parte se chama "A história da criação do P.I.P.M.A.M." e analisa a legislação, os motivos que levaram a instalação da instituição em Jundiaí em 1946.

Intitulada "O Parque Infantil Prefeito Municipal Prefeito Manoel Aníbal Marcondes antes e depois de 1964", a segunda parte examina as mudanças materiais, de recursos humanos e de atendimento que possibilitaram o surgimento dos projetos de Escola de Pré e Ensino

Básico Municipal Prefeito Manoel Aníbal Marcondes em 1977 e a Escola Municipal de Educação Infantil Prefeito Manoel Aníbal Marcondes, estabelecendo um panorama prévio e posterior à ditadura militar.

A terceira parte chama-se: “O projeto de assistência e educação do Parque Infantil Prefeito Manoel Aníbal Marcondes” e analisa o projeto inicial de assistência do Parque Infantil de Jundiaí e suas alterações durante a ditadura militar.

A quarta parte chamada “Judith Almeida Curado Arruda: Supervisora e Diretora do Parque Infantil” apresenta a biografia da única supervisora do Parque Infantil de Jundiaí.

A quinta parte chamada “As crianças, as famílias do P.I.P.M.A.M e a percepção das professoras sobre o público atendido”, busca apresentar a comunidade que o Parque Infantil de Jundiaí atendia.

A sexta parte chamada “As professoras do P.I.P.M.A.M.”, apresenta as professoras e as suas responsabilidades no Parque Infantil de Jundiaí.

No Capítulo III, é analisado os planejamentos pedagógicos para crianças de até 6 anos de idade, referentes ao período em que esteve em vigor o P.I.P.M.A.M., tomando como referência o ano de 1964 até 1977. Para tanto, o capítulo divide-se em 7 partes:

Na primeira parte chamada *“As atividades desenvolvidas”* apresenta os planejamentos das atividades pedagógicas do P.I.P.M.A.M.

A segunda chamada *“Unidades De Trabalho”* examina os conceitos presentes nos planejamentos pedagógicos e necessários ao projeto do Parque Infantil de Jundiaí.

Da terceira até a quinta parte, os planejamentos das atividades são apresentados e examinados de acordo com as metodologias estudadas pelas professoras em reuniões pedagógicas. Portanto, a segunda parte, intitulada “Explorando a oralidade e a memorização”, é dedicada às metodologias de aplicação do Coro Falado, Monólogos e Diálogos, Poesias, Cantos e Preleções.

A terceira parte, nomeada “Modelos de desenho: O modelo como referência” para criar, dedica-se a analisar os planejamentos para os desenhos.

A quarta parte, “A dança como modelo comportamental: Danças folclóricas e danças pedagógicas”, dedica-se a analisar as danças e coreografias.

A quinta parte, intitulada “Os jogos do Parque Infantil a serviço da higiene do corpo e da mente”, divide-se em 3 partes e examina os jogos e brincadeiras.

A sexta parte, denominada “Educar, recrear e assistir: O atendimento assistencial nos planejamentos pedagógicos do P.I.P.M.A.M. entre os anos de 1964 e 1977, desenvolve um panorama acerca da assistência nos planejamentos pedagógicos do P.I.P.M.A.M..

A sétima parte intitulada *“Educar, recrear e assistir: O atendimento assistencial nos planejamentos pedagógicos do* P.I.P.M.A.M. *entre os anos de 1964 e 1977”* foram aprofundadas questões relativas ao planejamento de atividades das professoras para as crianças da primeira turma do P.I.P.M.A.M.

Por fim, as considerações finais que buscam sintetizar os dados levantados e analisados.

Capítulo I: Jundiaí e as políticas para a educação da criança de 0 a 6 anos

1.1 A cidade de Jundiaí e sua rede de atendimento para a criança

Mapa 2: Cidade de Jundiaí

Fonte: https://jundiai.sp.gov.br/a-cidade/perfil/, consultado em 10 de novembro de 2021.

Em 2022, a cidade de Jundiaí possuía um papel de centralidade nas cidades com que faz divisa, sendo cortada pelas rodovias: dos Bandeirantes, Anhanguera, Dom Gabriel Paulino Bueno Couto, Tancredo de Almeida Neves, Constâncio Cintra e Geraldo Dias. Com infraestrutura apresenta duas rodoviárias, uma com rotas intermunicipais e outra dedicada a rotas interestaduais e também possui uma estação ferroviária da CPTM.

A cidade de Jundiaí é integrante da região administrativa de Campinas, faz divisa ao norte com as cidades de Vinhedo, Itatiba, Louveira; ao leste, com os municípios de Campo Limpo Paulista, Jarinu, Várzea Paulista; ao oeste, com Cabreúva, Itupeva; e, ao sul, com Cajamar, Franco da Rocha, Pirapora do Bom Jesus.

No ano de 2021, Jundiaí ocupava o 4º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano dentre os municípios do Estado de São Paulo, possuindo indústrias, hospitais, escolas e universidades que faziam a cidade ser referência para as demandas cotidianas.

A atual primazia regional do município é fruto de um processo histórico, destacamos que no século XVIII e XIX a região em que a cidade de Jundiaí se localiza era bastante extensa e compreendia o que hoje é a cidade de Mogi Mirim até Campinas. Este território era chamado

de *Porta do Sertão*, pois era lugar em que os viajantes e comerciantes descansavam e partiam para o interior do estado de São Paulo e do Brasil em busca de fortuna.

Na segunda metade do Século XIX esta região possuía muitas fazendas produtoras de café e açúcar.

Com o crescimento e os recursos gerados pelos cafeicultores foi necessário fundar companhias ferroviárias e construir ferrovias para escoar a produção regional, neste contexto surgiram a Ferrovia Santos-Jundiaí em 1867, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro em 1872, a Companhia Ituana em 1873, a Companhia Itatibense em 1890, a Companhia Bragantina em 1891 e justamente neste período de progresso econômico Jundiaí foi elevada à categoria de cidade por D. Pedro II.

Os produtores rurais, junto com o governo federal, fomentaram o processo de imigração, uma vez que o escravismo estava em crise e havia necessidade de se obter braços fortes para a lavoura. A política governamental incentivou e assegurou a vinda de estrangeiros, principalmente de italianos.

A chegada dos imigrantes italianos que se instalaram nos Núcleos Coloniais não foi fácil, pois estes tinham poucos recursos e tiveram de trabalhar em família nas lavouras. Com o adensamento populacional e a expansão das atividades econômicas demandaram a criação de instituições que pudessem atender e educar as crianças, filhos dos trabalhadores.

Marques (2008) explorou o modo pelo qual se deu o protagonismo econômico regional na cidade de Jundiaí e dividiu o processo de desenvolvimento em dois períodos: o primeiro período, anterior à construção da rodovia Anhanguera, iniciado em fins do século XIX até fins da década de 1940, com destaque ao escoamento da produção industrial e agrícola por meio de linhas férreas;

O segundo período ocorreu paulatinamente entre a inauguração da rodovia Anhanguera em 1948 e a primazia da mesma no escoamento da produção agrícola e industrial de Jundiaí. A década de 1970 foi marcada por pressões políticas e econômicas do empresariado que impulsionaram o investimento da municipalidade em infraestrutura:

> Na década de 1970 foram solucionados os problemas de infra-estrutura no distrito industrial; com isso vieram se instalar em Jundiaí o grupo Itautec/ Itaucom/Adibord (...) Duratex (...) e várias outras indústrias, principalmente de autopeças, pois Jundiaí tem um grande parque Industrial fornecedor de peças automobilísticas para as montadoras localizadas principalmente no ABC paulista. (MARQUES, 2008, p. 110)

A partir da década de 1940, como resultado desse processo de industrialização e investimento em infraestrutura, um novo fluxo de pessoas chegou a Jundiaí para trabalhar em

novos postos de trabalho, o ponto da população rural da cidade ser superada pela população urbana.

Figura 1: Evolução do perímetro urbano.

Fonte: Prefeitura Municipal de Jundiaí. Acesso em 10/05/2020.
Disponível em http://saladeimprensa.jundiai.sp.gov.br/PMJSITE/portal.nsf/V03.02/smpm_mapas?OpenDocument

Podemos verificar nos mapas da cidade de Jundiaí apresentados na figura 1, que o processo de urbanização ocorrido da década de 1940 a 1970 foi bastante significativo, indicando o impacto da industrialização e da importância da localização do município para escoar a produção tanto para o interior do Estado como para fora dele. A partir da década de 1970 o crescimento populacional foi ainda mais intenso.

Na década de 1980, Jundiaí já expressava sua importância na economia paulista e brasileira, com aspectos cosmopolitas como, o aumento populacional que permitiu a construção de empreendimentos imobiliários verticais no centro da cidade que começavam a alterar o horizonte. Na periferia, o crescimento desordenado de barracos evidenciava a desigualdade social, que desde o final do século XIX se apresentava na falta de acesso à serviços públicos como a saúde, moradia, bem como a ausência de escolas e creches municipais públicas.

Para suprir o vácuo criado pela falta de políticas públicas da municipalidade quanto aos projetos educacionais, algumas iniciativas de associações de moradores e a filantropia garantiram o acesso à educação ou assistência para filhos operários, filhos de imigrantes e órfãos.

O primeiro registro de escola e creche em Jundiaí data do final do século XIX, quando imigrantes italianos acostumados a um sistema público de ensino em sua terra natal, fundaram uma escola no bairro chamado Núcleo Colonial.

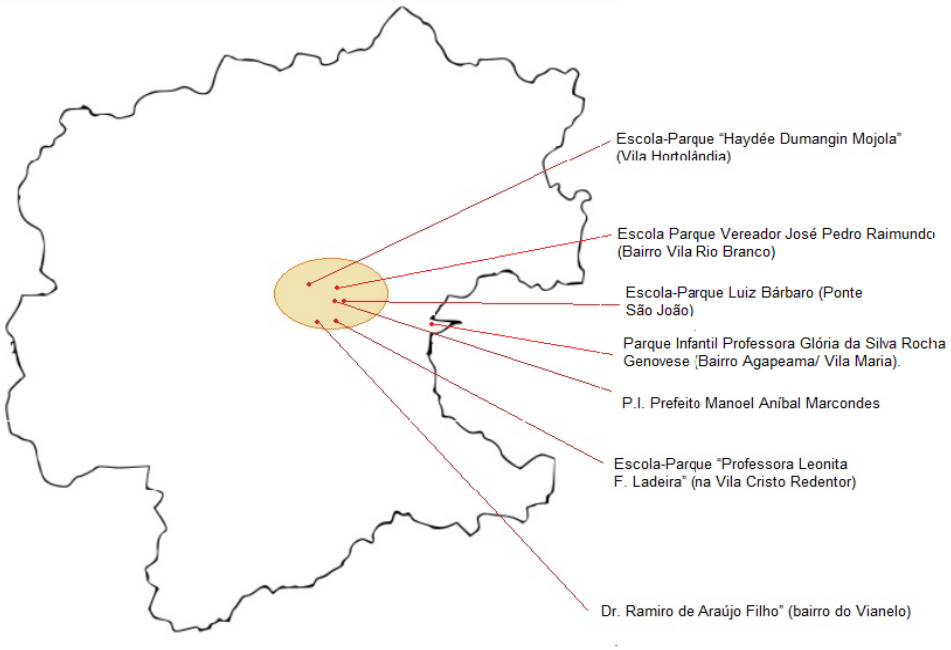
Assim, como a do Núcleo Colonial italiano, as instituições de atendimento às crianças pobres eram de natureza privada e ou filantrópica, sendo que a primeira que se destacou no atendimento às crianças abandonadas foi o *Asilo Creche*, um orfanato, fundado em 1912, pela *Sociedade Protetora da Infância Desvalida*.

O panorama de atendimento à criança se alterou com a Consolidação de Leis Trabalhistas em 1943, que em seu artigo 389, obrigava as indústrias a terem espaço próprio para cuidar das crianças de suas empregadas, com este dispositivo surgiu a creche Argos, da Argos Industrial S.A.

Esta creche foi importante na história do município, pois era mantida pela Indústria de tecidos Argos, uma das maiores de sua área de atuação e a maior empregadora da região, garantindo que muitas mulheres permanecessem em seus postos de trabalho.

Em 1946, foi inaugurado o P.I.P.M.A.M. oferecendo oportunidade de atendimento público às crianças pobres. No entanto, uma única instituição pública não seria suficiente para atender a demanda de vagas para as crianças de 2 a 12 anos. Somente em 1969 ocorreu a implantação de outro parque infantil. Ao final da década de 1970, a cidade de Jundiaí contava com 7 parques infantis. Vejam no mapa a seguir onde foram as instalações dos Parques Infantis.

Mapa 3 - Localização aproximada dos Parques Infantis e Escolas-Parque do município de Jundiaí, inaugurados entre as décadas de 1940 e 1970.



O mapa 3 apresenta a cidade de Jundiaí, sem escala, com destaque à região central e localização aproximada dos Parques Infantis e Escola-Parques inauguradas no município entre as décadas de 1940 e 1970. Este mapa foi confeccionado por meio do projeto de lei nº456 de 1971 (JUNDIAÍ, projeto de lei de 27 de abril de 1971), da indicação nº1950 (JUNDIAÍ, Indicação 1950 de 2 de agosto de 1971), da dissertação de Vinagre (2009) e da Revista Comemorativa *"E tudo começou assim"* (JUNDIAÍ, 1986).

Vinagre dissertou sobre a localização e o nome de 5 instituições, são elas: Escola Parque Dr. Ramiro de Araújo Filho, no bairro do Vianelo; Escola-Parque Professora Leonita F. Ladeira, na Vila Cristo Redentor; Escola-Parque Haydée Dumangin Mojola, na vila Hortolândia; Escola-Parque Luiz Bárbaro, no Bairro Ponte São João e o P.I.P.M.A.M, instalado no centro de Jundiaí.

Além das 5 instituições listadas, outras duas tiveram sua localização aferida por meio do Requerimento nº1723 de 1971 (JUNDIAÍ, Requerimento nº1723 de abril de 1971) e da indicação nº1950 (JUNDIAÍ, Indicação 1950 de 2 de agosto de 1971) da vereadora Ana Souza Fioravanti. Nestes textos legislativos são pontuados a existência de uma turma no Parque Infantil no Centro Esportivo José Pedro Raimundo e situado na Vila Rio Branco e o Parque Infantil Glória da Silva Rocha Genovese foi instalado no Bairro Agapeama ou Vila Maria.

Considerando as fontes à disposição, dentre as quais estão, as referências bibliográficas, textos produzidos pelo legislativo de Jundiaí e a revista comemorativa, a localização dos Parques Infantis e Escolas-Parques se restringem, em sua maioria, à região central da cidade de Jundiaí.

Partindo disto e da resposta do Prefeito Walmor Barbosa Martins ao Requerimento nº1723 de 1971, é possível considerar que a instalação dos Parques Infantis em Jundiaí está associada à proximidade com empresas, comércios, a demanda de famílias que necessitavam de um lugar para deixarem seus filhos e a densidade demográfica da região, verificada por meio de *levantamento sócio-econômico.*

Além destes, a rede de atendimento à criança de 4 a 6 anos passou a contar com mais 7 instituições de educação pré-escolar, até o final de 1982, totalizavam 14 pré-escolas.

Por fim, entre os anos de 1983 e 1986, foram estabelecidas na cidade de Jundiaí mais 28 instituições públicas de pré-primário, somando 42 locais. Destas, 19 eram Escolas Municipais de Educação Infantil e 23 eram Classes de Alfabetização pré-escolar. Assim, em 1986, o município de Jundiaí chegou a atender 4.500 crianças de 4 até 6 anos.

1.2 Políticas Públicas e as Leis de Diretrizes e Bases da Educação em 1961 e a 5692/1971 para o Brasil e para Jundiaí

A Lei de Diretrizes e Bases da educação é fundamental para a definição do sistema educacional brasileiro, propiciando ao poder legislativo o mérito de estabelecer propostas e os direcionamentos para a educação brasileira.

Dada a importância desta, a publicação da primeira Lei de Diretrizes e Bases em 1961, rompeu com o presidencialismo autocrático da Constituição Federal de 1937, possibilitando um vislumbre democrático para a educação excludente e que necessitava de mudança para o quadro educacional brasileiro (Montalvão, 2010, p.22).

A contar da mensagem presidencial nº 605 de 1948, que apresentou o projeto de lei ao poder legislativo brasileiro, decorreram-se 13 anos para a aprovação da primeira LDB em 1961, a demora deveu-se sobretudo à discussão de temas considerados sensíveis na câmara dos deputados e no senado.

A LDB/61, promulgada sob o número 4.024, de 20 de dezembro de 1961, *"inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana"*, estabeleceu acerca da educação voltada exclusivamente para as crianças:

> Art. 23. A educação pré-primária destina-se aos menores até sete anos, e será ministrada em escolas maternais ou jardins-de-infância.
> Art. 24. As empresas que tenham a seu serviço mães de menores de sete anos serão estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria ou em cooperação com os poderes públicos, instituições de educação pré-primária. (BRASIL, 1961).

Com estes únicos indicativos acerca da educação pré-primária, foi possível verificar que este tema não era uma preocupação para os legisladores que no artigo 23 definiu o público alvo para o atendimento das crianças pequenas. As nomenclaturas das instituições para atendimento e em seu artigo 24 ratifica as colocações da Consolidação de Leis do Trabalho (Decreto-lei 5452 de 1º de maio de 1943), atribuiu à iniciativa privada o atendimento à criança até 7 anos que poderia ou não ter auxílio do poder público.

Na constituição de 1967, foi instituído na educação básica a obrigatoriedade de 8 anos, sendo reiterado na lei da educação de 1971. Esta alteração teve um enorme impacto nos números de crianças e adolescentes matriculados nas escolas. A expansão foi gigantesca, no entanto, os recursos financeiros direcionados para esta nova realidade não acompanharam a demanda. Os problemas existentes só se agravaram como a precariedade física das escolas e a não construção de novas; falta de professores formados para ministrar aulas para o segundo segmento do ensino fundamental etc.

Soma-se ao descaso do governo federal a extinção das porcentagens mínimas a serem aplicadas na educação primária por parte da União e Estados, estabelecendo unicamente o mínimo de 20% das transferências de impostos para a educação municipal:

> Na área educacional, o Estado se descompromete gradativamente de financiar a educação pública; os recursos foram comprometidos com o capital privado, repassando as verbas para as escolas particulares. A iniciativa privada dominou a pré-escola, avançou no 2º grau e predominou no nível superior. (ASSIS, 2012, P 328)

Neste sentido, para a educação pré-primária, além de não ter fonte de financiamento obrigatória, carecia de propostas públicas de atendimento, tornando-a uma modalidade de ensino quase exclusiva das instituições privadas e filantrópicas.

No âmbito da Lei 5692/71, a proposta do governo federal não era efetivar uma educação de qualidade, mas apenas assistir aspectos considerados deficitários e nesta linha de ação há uma menção acerca da educação infantil no artigo 17, § 2º: *"Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente educação em escolas maternais, jardins de infância e instituições equivalentes."*.

Portanto, a oferta da educação para a criança continuou a ser facultada ao poder público, sendo livre à administração municipal ou estadual assumir a responsabilidade de regulamentá-lo. Salvo em casos de ações coordenadas relacionadas à alfabetização ou alimentação, os estados e municípios teriam relativa autonomia para decidir sobre os rumos de sua educação, estabelecendo as demandas curriculares, práticas pedagógicas autorizadas, cartilhas, calendários, festividades, entre outros.

Tomando como referência a inauguração do primeiro Parque Infantil jundiaiense em 1946 e a ampliação da rede municipal de educação de Jundiaí durante a ditadura Militar (1964-1985), é possível dividir a história da educação pública para a criança em 2 períodos distintos: o primeiro período, do ano de 1946 até o ano 1977, iniciado com a inauguração do P.I.P.M.A.M e no qual esteve em funcionamento o modelo de Parque Infantil, surgimento de classes pré-primárias de alfabetização, encerrado-se com a oficialização do modelo de pré-escola voltado para a alfabetização. No período subsequente, de 1977 até 1985, que envolveu a consolidação de pré-primários voltados para alfabetização, criando as classes de alfabetização isoladas, posteriormente a adoção do prenome Escolas Municipais.

Em um primeiro momento, as políticas públicas para a educação das crianças pequenas em Jundiaí privilegiou o projeto de Parque Infantil, que atendeu uma parte pequena da população infantil, pois as vagas eram limitadas. Num segundo momento, passaram a oferecer

o pré-primário voltado à alfabetização e o número de vagas ofertadas aumentaram e como vimos anteriormente, o município inaugurou outros parques infantis.

Como dito anteriormente, os Parques Infantis foram criados na década de 1930, na cidade de São Paulo, sob a tutela do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, com o objetivo de cuidar, recrear, assistir, sem ter como meta antecipar a escolarização. Os objetivos com os quais foram idealizados, favoreciam o entendimento de que os Parques Infantis eram parte de uma iniciativa interessada em ofertar acesso à educação integral às camadas empobrecidas da população, principalmente quando consideradas as falas de Mário de Andrade que situava a criança no ambiente escolar como produtora, não apenas como reprodutora de cultura.

As justificativas que validaram a instalação dos *Parques Infantis não eram estritamente pedagógicas, mas também assistencialistas, N*icanor Miranda, chefe do Departamento de Cultura de São Paulo em 1935, alertou:

> É óbvio que o mais avançado método de educação física e todas as técnicas possíveis e imagináveis do jogo e da recreação nada poderiam fazer para crianças em tais condições. Era preciso, em primeiro lugar, curá-las. E daí um dos princípios doutrinários criados pelo serviço: Primeiro Curar! (MIRANDA, 1939, p.2)

Neste sentido, no âmbito da concepção dos Parques Infantis, surgiram da necessidade de promover nas camadas sociais menos abastadas, atendimentos médicos e de nutrição, de modo que as *crianças proletárias*, se curassem e pudessem ser vistas em *"(...)ótimo estado de saúde, robustas, coradas, alegres, bem dispostas, felizes, queimadas de sol, ágeis e dextras nos jogos motores e aptas(...)"*(MIRANDA, 1939, p.3).

O projeto de Parque Infantil favorecia planejamentos educacionais e pedagógicos com perspectivas distintas de uma escola regular, pois não buscava desenvolver um currículo conteudista. A proposta favorecia a liberdade do brincar infantil em espaços livres e não buscava preparar as crianças para o ensino primário, ao contrário, era baseada em planejamentos cujas atividades foram orientadas a partir da autonomia, ludicidade e valores morais para as crianças.

Em movimento diverso a este, o modelo de pré-escola introduzido em Jundiaí com o nome Escola de Pré e Educação Básica Municipal em 1977, pretendia iniciar o processo de escolarização de crianças de 3 até 6 anos de idade, preconizando a alfabetização e outros conhecimentos com o objetivo de antecipar a educação primária.

De acordo com Kramer (1982, p.55), a educação compensatória coincide com o da própria pré-escola, uma vez que ao criar este nível de ensino a compensação de carências

possíveis já são explícitas. As origens remotas podem ser encontradas na proposta de Froebel, nos jardins de infância postos em circulação nas favelas alemãs; com Montessori e as Casas de Bambini, criadas em favelas italianas. A ênfase destas propostas era dar assistência médica, dentária, compensando e estimulando cognitivamente as deficiências das crianças.

Após a 2ª. Guerra Mundial as características dessa proposta ganharam o mundo, passou a ser valorizada nos Estados Unidos e na Europa, vários programas passaram a circular e a ser implementados em várias partes do mundo. Kramer (1982, p. 55) enumera cinco fatores simultâneos que sustentaram esta perspectiva:

> – os de ordem sanitária e alimentar (campanhas);
> - fatores relacionados à assistência social, já que a pré-escola desempenha papel fundamental na liberação da mulher para o trabalho;
> - a influência da teoria psicanalítica e das teorias de desenvolvimento infantil, ressaltando o papel do professor face às necessidades afetivas da criança à sua evolução (daí terem sido redescobertos, nessa época, os trabalhos de Montessori, Piaget e Vigotsky);
> - estudos antropológicos e sociológicos que destacavam os efeitos da classe social, do background educacional e cultural e da etnia sobre o desenvolvimento da personalidade da criança;
> - pesquisas sobre o pensamento da criança e sobre a interferência da linguagem no rendimento escolar. Essas pesquisas tiveram papel preponderante nas análises sobre o desempenho escolar insuficiente das crianças consideradas "privadas" educacional e culturalmente."

A ideia era que as famílias pobres não tinham cultura, por isso tornava-se fundamental compensar "as crianças carentes culturalmente", portanto, deveriam frequentar as pré-escolas, assim teriam chances de obter sucesso na escola e na sociedade. A escola seria uma das poucas vias para que os pobres pudessem sobrepor as barreiras entre as classes sociais.

Para Kramer (1982, p.6) o insucesso das crianças das camadas populares se devia a sua origem, ou seja, a própria família, que remetia ao pressuposto do determinismo sociológico. As crianças seriam portadoras de defasagens na linguagem o que dificultaria a adaptação na escola e de se apropriarem dos conteúdos por ela transmitidos.

Em 1957, Anísio Teixeira proferiu uma conferência no Rio de Janeiro, no Clube de Engenharia, no qual apresentou a permanência crônica dos déficits de qualidade na educação brasileira, destacando os problemas encontrados em todos os níveis de escolarização. Um gráfico foi mostrado demonstrando o caráter seletivo da escola brasileira, a análise era a seguinte (Biccas e Freitas, 2009, p. 184):

> Já no ingresso, o corte era brutal, uma vez que 40% das crianças ficavam fora da escola do primeiro para o segundo ano primário e apenas 17,5% conseguiam concluir o ensino primário. (BICCAS E FREITAS, 2009, p. 185)

A escola pública brasileira, desde seus primórdios era excludente, portanto, desvirtuava os objetivos que deveria cumprir. Anísio Teixeira completa a análise apresentada informando que:

> Para uma população escolar de 7 a 11 anos de idade, num total de 7.595.000, a escola primária colhe 4.921.986, ou seja, cerca de 70%. Destes, porém, encontra-se no 1º. Ano 2.664.121, quando ali só se deviam encontrar 1.600.000 (grupo de idade de 7 anos), no 2º. Ano, 1.075.792, quando aí deviam achar 1.500.000, no 4º. E 5º. Anos, 466.957, quando aí deviam estar 1.480.000; só este fato já afila singularmente a pirâmide (TEIXEIRA, 1970)

A proposta do Parque Infantil concebido por Mário de Andrade e Nicanor Miranda, foi transformada nas décadas de 1950, 1960 e 1970. As teorias de uma educação compensatória, principalmente para as crianças em idade pré-escolar passaram a vigorar em todo o país. Segundo Rosemberg (1992, p.27), este modelo adotado no Brasil, principalmente a partir da década de 1970, foi alinhado às diretrizes da UNICEF e da UNESCO e visavam expandir rede pública de ensino infantil dos países subdesenvolvidos a partir dos financiamentos públicos, que eram escassos e apoiados em recursos materiais, pedagógicos e humanos improvisados.

Na perspectiva de massificar a oferta de educação para as crianças das camadas populares, Rosemberg (1992) revela que foram criadas creches, pré-escolas e classes de alfabetização com baixa qualidade, uma instituição pobre para crianças pobres.

Para Kuhlmann Jr (2000, p.10), esta massificação na educação pré-primária não representou uma tomada de decisão em favor desta modalidade de ensino ou da população que seria atendida, na realidade em um contexto econômico no qual o país dependia de comprovação no cumprimento de metas relacionadas à educação para efetivar empréstimos junto ao Fundo Monetário Internacional, as políticas públicas para expansão da rede de atendimento foram estabelecidas ante orientações advindas de organismos vinculados à ONU, como a UNICEF e UNESCO.

Para Rosemberg (2002) os princípios presentes nas orientações da UNICEF e UNESCO que inspiraram a expansão da rede de educação infantil durante a ditadura militar foram:

- a expansão da educação infantil constitui uma via para combater a pobreza nos países subdesenvolvidos e melhorar o desempenho no ensino fundamental, portanto, sua cobertura deve crescer;
- os países pobres não dispõem de recursos públicos para expandir, simultaneamente, o ensino fundamental (prioridade número um) e a educação infantil;

- a forma de expandir a educação infantil nos países subdesenvolvidos é por meio de modelos que minimizem investimentos públicos, dada a prioridade de universalização do ensino fundamental;
- para reduzir os investimentos públicos, os programas devem se apoiar nos recursos da comunidade, criando programas denominados "não formais", "alternativos", "não-institucionais", isto é, espaços, materiais, equipamentos e recursos humanos disponíveis na "comunidade", mesmo quando não tenham sido concebidos ou preparados para essa faixa etária e para seus objetivos (ROSEMBERG, 2002, p. 7-8)

E, na década de 1970, na esteira de responder às reivindicações da sociedade que ansiava pela criação de um sistema de educação infantil e no atendimento às demandas da UNICEF/ UNESCO, o governo federal criou o Serviço de Educação Pré-escolar em 1974, apoiou publicações relacionadas ao modelo de pré-escola considerado ideal, organizou a realização do 1º Encontro de coordenadores de Educação Pré-escolar em 1975, bem como a implantação do projeto Casulo em 1977, por meio da Legião Brasileira de Assistência. (LUCAS, 2012, p.130).

A LBA (Legião Brasileira de Assistência) foi criada em 1942 pelo decreto-lei nº4.830, tendo por objetivo auxiliar as mães e as crianças de soldados que cumpriam suas missões durante a Segunda Guerra-Mundial (1939-1945), almejava congregar *ações de boa vontade*, sendo que a assistência social é entendida aqui como caridade, não como um direito.

Oliveira e Alves (2020) relatam que, em 1946, a LBA tornou-se parte do conselho de Estado, atuando com maior intensidade na década de 1970 e 1980, sendo corresponsável pela implantação do modelo de educação de massas e por fomentar a pré-escola como uma saída à pobreza de famílias em países subdesenvolvidos, visto que as mães poderiam complementar a renda familiar enquanto seus filhos estivessem nas pré-escolas.

O Projeto Casulo procuravam assistir às famílias, não necessariamente educar as crianças de 0 a 6 anos de idade, as pré-escolas que aderiram a este tipo de atendimento objetivaram preparar as crianças para as séries iniciais do ensino primário, bem como prestar assistência em atendimentos higiênicos, nutricionais, odontológicos e médicos, em períodos de 4h ou 8 horas.

O Projeto Casulo também tinha um caráter compensatório, pois ao priorizar os serviços de assistência, evitava a mortalidade, a desnutrição e o analfabetismo, mas não procurou alçar voos maiores na busca de uma educação integral para as crianças pequenas.

A amplitude dos projetos para a educação da criança tomada em âmbito nacional a partir de orientações de órgãos internacionais, incidiram diretamente na criação de um sistema público de educação voltada para este público em Jundiaí. Consequentemente, influiu na alteração de projetos consolidados no município durante a Ditadura Militar, bem como no fim de um projeto consolidado como o Parque Infantil.

Jamil Cury (2008, p.215) aponta que no período da ditadura militar ocorreu uma crescente demanda por escolarização primária, devido ao surto de crescimento econômico, aliado à urbanização desordenada e à forte industrialização nos grandes centros urbanos. É neste contexto que aprofundou a desigualdade por falta de uma redistribuição da riqueza produzida, inúmeras estatísticas produzidas neste período explicitam o aprofundamento do fosso entre ricos e pobres.

Os gastos do Estado com a educação foram insuficientes e declinaram, o que interferiu: na estrutura física das escolas, que apresentaram condições precárias de uso; no número de professores leigos, que aumentou entre 1973 e 1983, fato que se mostrou mais grave na região Nordeste, onde 36% do quadro docente tinha apenas o 1º grau completo; e nos salários e condições de trabalhos dos professores, que sofreram um crescente processo de deterioração.

Nas gestões municipais jundiaienses ocorridas entre os anos 1964 a 1985 verifica-se a descontinuidade das políticas públicas para a educação da criança, devido a falta de planejamento e investimentos, no qual a despreocupação do legislador com a educação infantil materializada na LDB/1971, oportunizou o desmonte de projetos consolidados como o Parque Infantil e foi terreno fértil para a massificação pautada na baixa qualidade das oportunidades na forma de Escola de Pré e Ensino Básico Municipal e as Classes de Alfabetização.

Na cidade de Jundiaí, do final da década de 1970 até o ano de 1986, foram criadas 23 classes de alfabetização em regiões periféricas e 5 escolas, traduzindo em políticas públicas, as preocupações do poder público sobre a necessidade de evitar o fracasso, uma vez que os índices de alfabetização das crianças que frequentavam o ensino primário era bastante alto, o que consequentemente levava a uma alta taxa de evasão.

Em 1986, tentando se desvencilhar da precarização causada pelos baixos investimentos e políticas públicas desinteressadas para a educação da criança pequena, o Prefeito André Benassi produziu uma revista comemorativa intitulada *Tudo Começou Assim: 40 anos depois um processo significativo de mudança na pré-escola (1946-1986),* (JUNDIAÍ, 1986), em que apontou para:

> A recuperação da educação e da dignidade da escola pública não é um caminho fácil a percorrer, uma vez que a construção da democracia não é trabalho de um dia, uma pessoal ou uma administração. É um esforço coletivo que precisa ter garantida a sua continuidade, sem esmorecimento. (JUNDIAÍ, 1986, p.3).

Em Jundiaí, a recuperação da educação começou a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394 de 1996, o que possibilitou a implementação da municipalização do ensino básico. De acordo com Oliveira (2020), os resultados positivos podem ser aferidos nos municípios que aderiram a esta proposta, pois o acesso das crianças do ensino fundamental I foi de quase 100% a educação básica e houve também uma melhoria no rendimento escolar.

A municipalização foi fruto de um processo democrático, contou a participação da comunidade e fortaleceu a ideia de uma gestão escolar menos burocratizada. As necessidades e os interesses da comunidade escolar passaram a ser ouvidas, acolhidas, priorizadas e planejadas. As decisões pedagógicas, financeiras e administrativas passaram a integrar um projeto político pedagógico elaborado de forma coletiva oportunizando maior agilidade, flexibilidade e transparência nas ações delineadas.

Capítulo II – O Parque Infantil Prefeito Manoel Aníbal Marcondes

2.1 Uma história da criação do P.I.P.M.A.M.

A história do sistema de educação infantil público da cidade de Jundiaí se inicia com o P.I.P.M.A.M, no qual a municipalidade objetivava sanar as problemáticas concernentes às carências materiais e morais que as crianças eram supostamente submetidas em suas famílias.

Com o decreto-lei n°336, de 10 de julho de 1941(JUNDIAÍ, 1941), assinado pelo Prefeito Manoel Aníbal Marcondes, foi disponibilizado 47:000$000 para a construção do que viria a ser o primeiro *Parque Infantil* da cidade Jundiaí e em 10 de setembro de 1943 foi autorizada a compra de brinquedos e outros equipamentos para a diversão das crianças.

Acerca do P.I.P.M.A.M em Jundiaí, Vinagre escreveu:

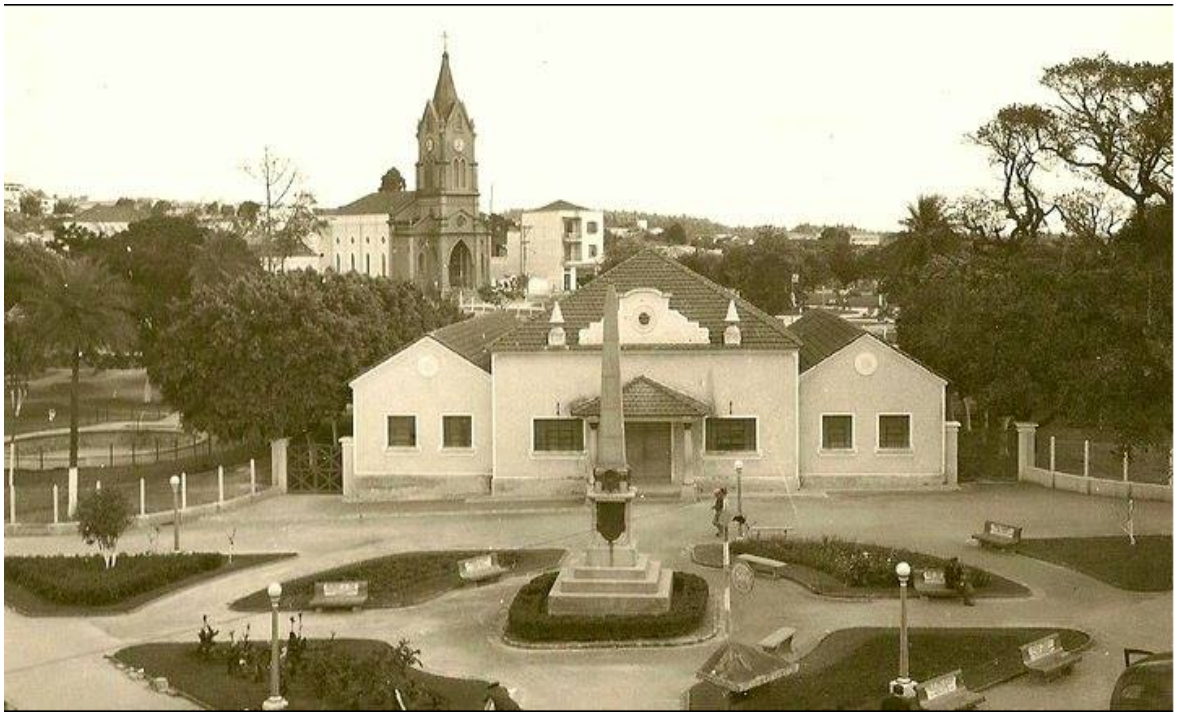
> Grandes foram as preocupações com o local para a construção do primeiro Parque Infantil da cidade, já que o lugar deveria ser adequado para que as crianças pudessem desfrutar de um ambiente salutar e apropriado ao seu bom desenvolvimento.(...)Foi escolhida então a Praça da Bandeira, o antigo Largo Santa Cruz(...) Este espaço passou por vários processos de urbanização que consistiu desde a demolição da pequena Igreja Santa Cruz, construída em taipa de pilão, à implantação de grandes jardins, tornando possível perceber a interferência da construção de uma instituição educativa no contexto de urbanização e organização da cidade, e vice-versa. (VINAGRE, 2009, p.69)

O Prefeito Manoel Aníbal Marcondes não pôde ver sua obra concluída, pois foi assassinado, com disparos de arma de fogo, no dia 22 de novembro de 1943 por um militar, sendo que as motivações do crime nunca foram completamente esclarecidas.

Em homenagem às suas ações de valorização da infância e no investimento na construção de um Parque Infantil da cidade de Jundiaí, a nova instituição escolar instalada na Praça da Bandeira recebeu seu nome.

O P.I.P.M.A.M foi inaugurado em 14 de fevereiro de 1946 pelo prefeito jundiaiense Romero Pereira que disse: *"Esta é uma obra que deverá dar a infância jundiaiense toda a assistência cultural e física, proporcionando o máximo de distração e entretenimento"*(JUNDIAÍ, 1986, p.4).

Foto 2 - Praça da Bandeira.



Disponível em: https://www.facebook.com/professormauricioferreira/photos. Acessado em 05/01/2021.

Foto 3 - Praça da Bandeira, local P.I.P.M.A.M (1950)

Fonte: Disponível em: https://www.facebook.com/professormauricioferreira/photos/a.615447318493977/3649935425045136/

Foto 4 - P.I.P.M.A.M na data de sua inauguração

Fonte: Disponível em: “E tudo começou assim (1986)”. (JUNDIAÍ, 1986, p.4).

A fotografia 4 é um registro da inauguração do P.I.P.M.A.M na tarde de quinta-feira, de 14 de fevereiro de 1946, nela é possível notar um grande espaço destinado ao brincar, com balanços, gramado, árvores e ao fundo uma piscina de cimento.

Na frente, as crianças param brevemente as brincadeiras, algumas ainda garantem seus lugares no balanço, enquanto os adultos conversam e fazem pose, talvez conversando sobre a alegria das crianças neste dia e a importância do Parque Infantil para Jundiaí.

Na fotografia 1, foi registrada em meados da década de 1950, 4 anos depois da inauguração do P.I.P.M.A.M, onde é possível ter uma visão ampla da praça na qual a instituição foi instalada.

Nela é possível visualizar o prédio administrativo central, na qual se encontrava a secretaria, biblioteca, um pequeno museu, gabinete da supervisora, refeitório e um espaço para atividades em ambientes fechados, bem como amplo espaço externo para a recreação infantil, contendo piscina, parque com brinquedos infantis, caixa de areia, cercado de figueiras, sendo que a nova instituição apresentou-se como um alento às camadas empobrecidas da população que até então não tinham acesso a uma educação pública de referência.

Enfim:

> (...) este parque viria a “preencher uma grande lacuna no setor de assistência à infância jundiaiense” (...) a “grandiosidade da obra” poderia ser avaliada pelas atividades ali desenvolvidas, tais como: desenho e pintura, narração, biblioteca, dramatização, declamação, música, trabalhos manuais, ensinamentos rurais, jogos, bicicleta e educação física. (VINAGRE, 2009, p.70)

O P.I.P.M.A.M foi criado na perspectiva de atender áreas consideradas deficitárias na população infantil, sendo que as atividades desenvolvidas seriam orientadas por professoras e pelo lema *“Educar, Assistir e Recrear”*, visando aproveitar o espaço e a oportunidade de entretenimento higiênico que as crianças empobrecidas não teriam em outros locais.

2.2 O Parque Infantil Prefeito Municipal Prefeito Manoel Aníbal Marcondes antes e depois de 1964.

O P.I.P.M.A.M., mantido pela prefeitura de Jundiaí, contava com *(...)1 supervisora/diretora, 1 oficial escriturário, 1 instrutora de educação física, 1 professora de educação recreativa, 1 professora de educação infantil e um zelador(...)* (JUNDIAI, 1986, p.4), com período de trabalho dividido em dois turnos.

O primeiro período corresponde ao matutino, das 8h30 às 10h30 e o outro período, referente ao vespertino, das 14h30 às 16h30. Com 6 turmas divididas nestes 2 períodos de acordo com as seguintes faixas etárias: Dois grupos para a Primeira turma com crianças de 4 até 6 anos, dois grupos de alunos para a Segunda turma com crianças de 7 anos até 9 anos e dois grupos para a Terceira turma com crianças de 10 anos até 12 anos.

Para as crianças matriculadas nas segundas e terceiras turmas, a frequência no P.I.P.M.A.M se deu sempre em contraturno às aulas regulares, enquanto as crianças da Primeira Turma poderiam frequentar nos períodos matutino ou vespertino, de acordo com a disponibilidade de vagas.

No seu corpo de servidores, em destaque, está a função da supervisora que era comissionada pelo prefeito da municipalidade, a senhora Judith Almeida Curado Arruda que, entre os anos de 1946 e 1977, centralizou a gestão das ações do Parque Infantil, apresentando o planejamento de atividades pedagógicas às professoras, coordenando-as, conferindo a realização destas, administrando os recursos financeiros para a compra de materiais pedagógicos e gêneros alimentícios, avaliando os serviços de funcionários da cozinha, limpeza, zeladoria, um *(...) dos elementos asseguradores do bom êxito de um parque infantil(...).* (COSTA, 1960, p.39).

Inicialmente, o corpo docente foi formado por professoras por meio de comissionamento pelo prefeito da municipalidade e estas eram responsáveis pelo planejamento das atividades, de acordo com suas especialidades, aplicação de atividades pedagógicas e a preparação dos alimentos.

Os demais servidores que fizeram parte do quadro operacional, foram as responsáveis pela limpeza, zeladoria e auxílio administrativo na secretaria da escola, é válido ressaltar que na sua inauguração não havia merendeira escolar.

No final da década de 1960 e início da década de 1970, normativas estaduais e municipais começaram a influir na organização pedagógica, administrativa, operacional e estrutural. A primeira mudança significativa se deu com a lei municipal n° 1609 em 1969, que criou o Setor Municipal de Alimentação Escolar, diretamente ligado e subordinado ao gabinete do prefeito com o objetivo de *"entrar em contato com a campanha nacional de Alimentação escolar e com os diretores das escolas do município(...), evitando-se os transtornos ocorridos nos anos anteriores."*(JUNDIAÍ,1969).

Na prática, a partir desta lei, a municipalidade ficou responsável por contratar uma nutricionista que elaboraria um cardápio, merendeira para o preparo dos alimentos e envio dos gêneros alimentícios para o preparo de merenda às escolas, destituindo a supervisora e as professoras das funções relacionadas à merenda.

Esta mudança esteve inserida em uma lógica de políticas públicas nacionais e foi desenvolvida a partir de parcerias com órgãos internacionais, como a UNICEF, que indicaram e obrigaram o governo brasileiro a garantir valores nutricionais mínimos para alimentação infantil ofertadas nas escolas.

No âmbito das políticas públicas nacionais para a educação que influenciaram a educação jundiaiense, esta não foi a única política pública da municipalidade na área da educação que incidiu sobre aspectos pedagógicos e estruturais do P.I.P.M.A.M..

Por exemplo, a primeira mudança estrutural de grande porte ocorreu em fevereiro de 1975, no qual houve uma mudança de endereço, o *(...) referido Parque agora está funcionando num dos pavilhões do Parque Municipal "Comendador Antonio Carbonari"(...)*, (APMJ, 1971-1977, Reunião de fevereiro de 1975), esta foi uma solução improvisada da municipalidade para o funcionamento administrativo e pedagógico do P.I.P.M.A.M., pois a gestão municipal efetivou a construção de uma rodoviária na Praça da Bandeira, local onde antes estava situado o Parque Infantil.

Em junho de 1975, com o P.I.P.M.A.M., instalado em seu endereço definitivo na Rua Coronel Leme da Fonseca, número 460, as professoras registraram seu descontentamento com o novo prédio e a falta de materiais em reunião pedagógica ocorrida em junho de 1975:

> Com a mudança abrupta das instalações do Parque Infantil medidas foram tomadas visando o bom andamento das atividades. Também foi requerida pelas professoras cortinas nas salas de aula para evitar a entrada de luminosidade. (APMJ - 1971-1975, Reunião de junho de 1975).

A utilização do termo *"abrupta"*, há indicativo que a mudança foi desagradável e com o restante dos registros é factível que este novo local não estava preparado para a receber atividades voltadas para crianças pequenas, pois o prédio carecia de itens considerados básicos para o "bom andamento das atividades".

Foto 5 - Escola Municipal Prefeito Manoel Aníbal Marcondes

Nesta fotografia, está registrado atualmente o prédio inaugurado em 1975 para abrigar o P.I.P.M.A.M, na Rua Coronel Pedro Leme da Fonseca, que possuía em sua estrutura 4 salas de aulas, sala de diretoria, sala de professores, cozinha, parque com brinquedos infantis, secretaria, despensa, almoxarifado, pátio coberto, pátio descoberto e área verde.

Ao comparar a fotografia 4 com outros registros do P.I.P.M.A.M. em 1946 (fotografia 3) e 1950 (fotografia 5), evidencia-se que o projeto de escola estava paulatinamente sendo alterado, de um lugar voltado para a recreação, para uma voltada para a alfabetização em idade pré-escolar.

Neste caso, a inauguração de um novo prédio, com espaços adequados à alfabetização em idade pré-escolar, deu lugar ao amplo espaço voltado para a recreação que existia nas antigas instalações do Parque infantil na Praça da Bandeira, pois esta não se fazia mais necessária

Não se pode afirmar que as mudanças de endereço, reorganização municipal para a adequação de oferta de merenda escolar ocorridas na década de 1970 foram neutras, antes de tudo o projeto de mudança e sua execução foram políticas públicas, e tangeram para o cumprimento e organização dos educandos segundo uma lógica compensatória e empobrecida da educação infantil, neste sentido:

> (...) as necessidades sociais e históricas que dizem respeito à cultura e ao estilo de vida, como as comemorações significativas para a comunidade onde se insere a escola e também as formas de organização institucional da escola infantil. (BARBOSA, HORN, 2001, p. 68).

Enfim, no ano de 1973, no âmbito pedagógico e administrativo, todas as turmas com alunos com idade entre 7 e 12 anos foram descontinuadas e os alunos que eram da Primeira turma (4 até 6 anos de idade) foram divididas da seguinte maneira, duas turmas para o *Primeiro Jardim de Infância* com crianças de 4 anos, duas turmas de *Segundo Jardim de Infância* para crianças de 5 anos e o *Pré-primário* para crianças de 6 anos, contando com uma média de 37 alunos por sala.

No início do ano de 1977, já com a demanda para novas matrículas elevadas, o prenome Parque Infantil foi alterado pelo prenome Escola de Pré e Ensino Básico Municipal, passando a se denominar em documentos oficiais: Escola de Pré e Ensino Básico Municipal Prefeito Manoel Aníbal Marcondes.

No ano de 1982, ocorreu nova alteração no prenome das escolas públicas de Jundiaí, neste ano o prenome Escola de Pré e Ensino Básico Municipal deu lugar ao prenome Escola Municipal de Educação Infantil, com 8 turmas de alfabetização divididas em 2 períodos, 4 no período vespertino e 4 no período matutino.

A partir dos anos 1970, as políticas públicas nacionais para a criança, impulsionadas pela LDB/1971 e a adesão a programas indicados por órgãos internacionais, alteraram o modo com o qual se percebia e se fazia a educação infantil em Jundiaí.

Com a mudança de endereço, criação de um departamento de nutrição, cessão de atendimento às crianças de 7 até 12 anos e alteração de prenomes da instituição, há indicativos que havia uma política municipal que coordenava tais mudanças ante um modelo nacional, com objetivos políticos e pedagógicos.

Enfim, tais mudanças, apesar de não explicitar isto, em nenhuma de suas linhas, objetivaram impactar os fins pedagógicos institucionais: Do brincar, recrear e assistir à alfabetização em idade pré-escolar.

2.3. O projeto de educação e assistência do P.I.P.M.A.M.

A história da educação voltada para o estudo da criança é interessante para o entendimento do desenvolvimento e para a consolidação da educação infantil no Brasil e no mundo como um direito social, construído através de reivindicações legítimas.

Diferentemente dos países europeus que deram seus primeiros passos em seus sistemas de educação infantil públicos ainda no século XIX, o Brasil iniciou tentativas públicas de atender à criança apenas no século XX.

Apesar de importante, este trabalho não buscou conduzir extensa pesquisa acerca desta modalidade de ensino nos séculos XX e XXI no Brasil, mas buscou no P.I.P.M.A.M. entender como uma escola não regular desenvolveu-se ante orientações de um projeto municipal de assistência à criança, em um processo de permanências e rupturas que alterou sua estrutura material, organizacional e pedagógica.

Notadamente, da inauguração do Parque Infantil de Jundiaí em 1946 ao final da ditadura Militar em 1985, o período no qual ocorreram a maior quantidade de mudanças no projeto pedagógico se deu na década de 1970.

As mudanças comentadas anteriormente e outras que serão analisadas ainda nesta sessão não foram iniciativa pioneira da gestão escolar ou da municipalidade de Jundiaí, mas estiveram inseridas em um contexto nacional que fomentaram um novo modo de perceber, organizar pedagogicamente e alocar recursos para a educação pré-escolar.

2.3.1. Os projetos políticos pedagógicos: Os projetos de creches e o projeto de Parque Infantil para a cidade de Jundiaí.

O projeto político pedagógico é um documento sistematicamente desenvolvido nas escolas brasileiras a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (lei número 9394/96), sendo entendido como um referencial para a organização interna de uma instituição escolar.

O projeto político pedagógico é reconhecido como um documento construído coletivamente com objetivo de possibilitar a democratização dos processos de tomada de

decisão e a identificação dela com a comunidade na qual está inserida. Neste documento estão caracterizadas: as concepções escolares de homem, educação, sociedade etc.; os objetivos e as metodologias; descrição do ambiente escolar; caracterização dos docentes, dos discentes e da comunidade escolar. A sistematização de todas as informações levantadas ajuda a produzir um diagnóstico institucional da escola, possibilitando a produção de um planejamento educacional, que deve abarcar as prioridades a serem enfrentadas a curto, médio e longo prazo.

O panorama educacional excludente no primeiro grau e a utilização da escola como reprodutora de pobreza foi desenvolvido anteriormente e durante a ditadura militar, com um projeto de escola moldado a partir de políticas higienistas e compensatórias.

Na mesma linha das escolas de primeiro grau, as políticas públicas que possibilitaram a formação de projetos de creches e pré-escolas públicas em Jundiaí foram calcadas na ideia de que as crianças de famílias pobres de 0 até 6 anos eram carentes nos âmbitos material, cultural, econômico e moral.

A princípio, as famílias do município de Jundiaí contaram com 2 formas de assistir às crianças de 0 até 6 anos:

1º- Creches privadas administradas por meio de filantropia e por indústrias.

2º- Parque Infantil, administrado pela municipalidade;

Ao tratar do primeiro modelo destacado, é correto afirmar que até o início da década de 1970, havia 2 creches ligadas à indústrias e incontáveis outras de natureza filantrópicas, geralmente administradas por associações religiosas em Jundiaí.

Na cidade de Jundiaí, das creches administradas pela iniciativa privada que atendiam crianças de 0 até 6 anos, aquelas mantidas por indústrias careciam de investimento em qualidade, pois a iniciativa privada preocupava-se em alocar uma quantidade mínima de recursos para manter crianças em um espaço seguro para que suas mães pudessem trabalhar.

Sem fins lucrativos, o modelo filantrópico foi o mais precário em aportes financeiros, pois ao serem mantidas por associações de moradores ou denominações religiosas, estas instituições necessitavam de doações e auxílio financeiro da comunidade e da municipalidade para manter suas atividades.

Neste sentido, por diversas vezes, os vereadores de Jundiaí, pautaram auxílios em sessões da câmara municipal para a subsistência dessas instituições, em duas dessas, pontuaram a *"(...) a doação de verba para assistência social"* (JUNDIAÍ, 1965) ou a "*concessão de auxílio"*(JUNDIAÍ, 1967) que seriam destinados à creches, como a instalada na Paróquia de São João Batista ou à creche Wilson de Oliveira.

Nos casos de transferências de recursos, a única preocupação do poder público na figura dos vereadores é a manutenção de itens básicos para a sobrevivência da instituição e para que as crianças não fossem totalmente desamparadas, obrigando à municipalidade a assumir os custos operacionais, bem como o projeto pedagógico.

Nas leis municipais jundiaienses, os vereadores, ao utilizarem termos como *doação*, *concessão de auxílio*, atrelam estes a uma obra de assistência social, possibilitando a interpretação que, na Jundiai dos anos 1960, a educação pré-primária e os cuidados com as crianças eram concebidos como uma dádiva possibilitada por atos generosos da iniciativa privada e da municipalidade para com as mães trabalhadoras, mas nunca como um direito da criança em fase de desenvolvimento.

Nas legislações municipais que datam da década de 1950 até 1970 e nas quais estão expressas os discursos de vereadores acerca da necessidade da existência dessas creches, não há indícios de proatividade de criar um sistema de educação pública para o atendimento às crianças de 0 até 6 anos, ao contrário, com as creches de natureza privada quer sejam filantrópicas ou mantidas por indústrias, o poder público municipal percebia-se desobrigado de manter os custos financeiros e pedagógicos de organizar um projeto educacional.

Neste sentido, apesar dos vereadores aprovarem documentos referentes às creches, a municipalidade não exercia a fiscalização de aspectos pedagógicos e da assistência prestada nestas instituições, delegando à administração de cada creche o estabelecimento de processos de admissão de professores, objetivos, metodologias pedagógicas e de assistência que seriam prestados, enfim, seus Estatutos Sociais e Regimentos Internos.

As creches de natureza privada, filantrópicas e as instaladas em indústrias, foram regidas por Estatutos Sociais e Regimentos Internos que descrevem seu modo de funcionamento e suas finalidades, sendo devidamente registradas e aprovadas em assembleias privadas em suas instituições de origem, cabendo ao Legislativo de Jundiaí ratificar e aprovar estes documentos.

Um destes documentos aprovados pelo Legislativo de Jundiaí é o regimento interno da creche Wilson de Oliveira que caracteriza a instituição como de natureza confessional, destinada a crianças de 2 até 6 anos de idade, cujo os pais e responsáveis deveriam fazer juz a "*condição precípua que ela não dispunha de recursos.*" (JUNDIAÍ, 1976), ou seja, que a família da criança fosse pobre em recursos financeiros, cujo a renda não ultrapassasse 2 salários mínimos e que a mãe comprovasse um vínculo empregatício semanalmente, através da folha de frequência assinada pelo empregador.

Os objetivos institucionais concentravam-se na *"assistência educacional, alimentação adequada, roupa, recreação, noções de higiene"*, bem como o *"estímulo à criança a ser útil"*. JUNDIAÍ, 1976).

As premissas assistencialistas são evidentes no Regimento Interno, que não busca detalhar o modo com o qual a educação pré-primária se dará e apesar dos esforços da instituições filantrópicas, a preocupação presente no regimento interno é atender às mães trabalhadoras e às famílias empobrecidas, na medida que as creches cuidavam das crianças, fornecendo-lhes comida, roupa, disciplina, descanso e lazer.

Ao contrário da ausência de informações acerca de procedimentos pedagógicos, os horários de entrada, saída, descanso, alimentação, disciplina e higiene estão bem delimitados, bem como os cuidados que deveriam ser prestados às crianças por uma *encarregada*.

Quanto às funções atribuídas à encarregada da creche Wilson de Oliveira, é equiparável ao de uma cuidadora, pois a ocupante desta função deveria zelar pela integridade física das crianças, recebendo-as na creche, atender às mães e suas reclamações, permanecendo com elas em sua estada na instituição, auxiliar nas brincadeiras, guardar brinquedos, dar banho, alimentá-las e estimular às crianças a serem úteis.

Para cumprir estes objetivos, os requisitos solicitados para a contratação das *encarregadas*, tangenciam apenas aspectos morais, como bondade, carinho e boa disposição, sendo que não há formação mínima exigida para as mesmas, bem como não há diretrizes para planejamento de jogos, brincadeiras ou metas de educação e aprendizado.

Isto muda no ano de 1976, ano que a creche Wilson de Oliveira é declarada de utilidade pública e que a municipalidade instalou 2 classes isoladas de pré-primário, modelo no qual as crianças que ficavam na creche poderiam iniciar seu processo de alfabetização com professoras remuneradas pela prefeitura, alimentação a partir de itens enviados pela Merenda Escolar do município de Jundiaí e cuidada em uma creche cujas contas de luz, água e aluguel seriam custeadas pela municipalidade.

Nos anos 1970, movimento similar ocorreu a outras creches de natureza filantrópica que, ao serem declaradas de utilidade pública de acordo com o Estatuto Social e Regimento Interno, forneciam o atendimento assistencial e a municipalidade às classes de alfabetização.

E, no mesmo período, as creches instaladas e administradas por indústrias que se mantinham por meio de recursos próprios, findaram por meio dos fechamentos das indústrias, caso da creche das indústrias têxteis Argos S.A.

Os impactos da LDB/1971 que fomentaram o surgimento de uma rede municipal de atendimento à criança calcada na massificação do acesso, sem o aumento proporcional na qualidade dos serviços prestados, a inclusão das salas isoladas para a alfabetização como antecipação da escolarização e inseriu as crianças pobres atendidas pela rede privada um atendimento assistencialista e compensatório.

A partir do acto número 767, de 9 de janeiro de 1935, do município de São Paulo, que criou o Parque de Recreio e de Jogos com o intuito de *"(...) despertar nas novas gerações, o gosto de criar o hábito de empregar seus lazeres em actividades saudáveis de grande alcance moral e higiênico;* e *"considerando que as actividades lúdicas exercem uma função importante no processo educativo e social, podendo considerar-se os grupos de jogos como um dos construtores essenciais da vida social , e a fonte dos primeiros ideais e impulsos sociais, como a solidariedade, a comunicabilidade e a cooperação"* visto que a infância se encontrava frequentemente *"(...) em más condições higiênicas e morais(...)"* (SÃO PAULO, 1935).

Do modo com o qual o ato número 767/1935 está redigido, é possível interpretar que o propósito político do projeto de Parque de Recreio e de Jogos deveria ser atingido através de uma ação pedagógica que se valeria dos jogos e brincadeiras para atingir uma série de objetivos.

A adoção de objetivos educacionais em detrimento a outros é entendido como uma escolha política e pedagógica com o propósito de moldar a infância, ante às más condições morais e higiênicas das famílias empobrecidas para que o futuro adulto, apesar de pobre, fosse sadio para suportar as extenuantes jornadas de trabalho e útil à nação.

Acompanhada da ideia que há uma escolha política e pedagógica, decorre outro importante questionamento: Afinal, qual é a moral e higiene almejada pela administração municipal de São Paulo?

Tais definições não foram aventadas na legislação, mas foi posto aquilo que não deveria ser considerado um referencial para a proposta pedagógica do Parque de Recreio e de Jogos da cidade de São Paulo: A moral e a higiene das famílias empobrecidas.

Afastando-se daquilo que era ofertado pelas famílias empobrecidas, o Parque de Recreio e de Jogos, propiciaria condições saudáveis, que não se concentram unicamente na proposta pedagógica, mas, concomitante a ela o asseio ao corpo através da assistência.

Em 1939, Nicanor Miranda discorreu acerca da assistência médica e alimentar prestada nos primeiros Parques Infantis em 1935 e pontuou que as *"(...) crianças que vinham inscrever-se nos Parques Infantis eram portadoras, em geral, não de uma, mas de duas, três, quatro e até cinco moléstias, ao mesmo tempo"*. (SÃO PAULO, 1939, p.72).

A noção de infância empobrecida e núcleos familiares pouco higiênicos e morais são as justificativas para a criação de um serviço que traria custos à municipalidade, ao passo que, sem menosprezar a importância pedagógica do novo serviço, para Miranda, antes mesmo de aprender a moralidade das elites paulistanas presente nas brincadeiras, era necessário moralizar os corpos, reabilitando fisicamente as crianças, pois:

> É óbvio que o mais avançado método de educação física e todas as técnicas possíveis e imagináveis do jogo e da recreação nada poderiam fazer para crianças em tais condições. Era preciso, em primeiro lugar, curá-las. E daí um dos princípios doutrinários criados pelo serviço. Primeiro curar! (SÃO PAULO, 1939, p.72).

Como doutrina, algo a ser seguido religiosamente, sem desvios, o embrião de Parque Infantil nomeado Parque de Recreio e de Jogos, organizava-se na perspectiva de possibilitar a cura à corpos e mentes que careciam de saúde, portanto, antes de aprender o correto que não foi ensinado pelas famílias operárias, o indicado às crianças advindas dessas famílias era estabelecerem-se saudavelmente, sem se deixar adoecer.

Para atingir seu público alvo, o projeto nomeado por Parque de Recreio e Jogos, deveria ser preferencialmente instalado em praças de bairros residenciais operários, sendo que a responsabilidade pela gestão de todas as unidades inauguradas no município de São Paulo se daria por um Administrador geral e cada instituição inaugurada deveria contar com um guarda municipal, um instrutor de jogos e educação física para meninos e uma instrutora de jogos e educação física para meninas.

No projeto, o responsável por orientar os trabalhos do guarda municipal e verificar a manutenção das praças e brinquedos nelas instalados ficam à cargo do Administrador geral, enquanto que na praça competia ao instrutor de jogos e educação física:

> a)- zelar pela saúde das crianças (...).
> b)- atrair as crianças para jogos mais apropriados para as suas idades, desviando-lhes todas aqueles que sejam contra-indicados.
> c)- orientar as actividades recreativas das crianças e velar sobre ellas sem lhes perturbar ou ameaçar a liberdade e espontaneidade nos jogos que forem admitidos;
> g)- aproveitar as oportunidades que lhes proporcionar o interesse das crianças, para lhes ministrar a educação física, sistematizada, por meio de exercícios adequados;(SÃO PAULO, 1935)

Novamente apontada como prioridade, a normativa municipal indica o estado de saúde das crianças, sendo que os instrutores deveriam elaborar relatórios e encaminhar as crianças doentes aos serviços de saúde, posteriormente, são descritas as atribuições pedagógicas das quais está a atrair e orientar as crianças para os jogos considerados saudáveis.

Certamente, ao pressupor que as crianças gostavam de jogos e atividades lúdicas, o uso de tais recursos é essencial para o instrutor que foi contratado, não apenas para velar pela saúde física das crianças, mas, aproveitar a oportunidade para propor atividades consideradas próprias e ensinar valores necessários à vida em sociedade.

Ao separar, organizar, escolher, orientar de maneira sistematizada, o trabalho do instrutor flui para um trabalho pedagógico. Ao escolher aquilo que deveria ser feito ou não pelas crianças são constituídas escolhas políticas.

Portanto, quando diferentes autores propõem que no Início do projeto de Parque Infantil havia *"(...)orientação do próprio Mário de Andrade às educadoras de que não houvesse intervenção nos desenhos das crianças*".(CABRAL, 2014, p.7), que o papel delas era de *"(...)adequação, de obediência, facilitando o brinquedo, e enriquecendo-o muitas vêzes com a sua colaboração."* (COSTA, OpCit, p.11) *ou ainda que elas "(...) deveriam brincar com as crianças, ensiná-las a brincar e preservar as brincadeiras tradicionais (...) e não lhes perturbar ou ameaçar sua liberdade e espontaneidade(...)"(FARIA,OpCit, p.68),* é possível inferir que o instrutor/ recreador/ professor, deveria intervir em toda a estada da criança no Parque Infantil.

Planejando, orientando, propondo atividades de maneira sistematizada, ao permitir unicamente as brincadeiras consideradas saudáveis e próprias para cada faixa-etária, o instrutor dos primeiros Parques de Recreios e Jogos, tinha por obrigação, contribuir ao projeto higienista das elites paulistanas de curar corpos e moralizar mentes, que com o passar dos anos tomou forma com o lema Educar, Recrear e Assistir.

Neste sentido, a partir do projeto de Parque Infantil paulista é possível inferir que:

> "(...) o lúdico não era separado do cuidado médico e assistencial dispensado aos meninos e às meninas. Enquanto o lúdico apresentava-se como meio pelo qual as crianças parquenas se apropriariam da cultura e exerceriam seu direito à infância; os cuidados voltados para seus corpos, a saber os atendimentos médicos, dentários e a prática de jogos, visavam a educação corporal e a disciplinarização." (BRITO, 2016, p.22)

Enfim, como sinal de progresso e atenção à população carente, a municipalidade de Jundiaí adotou este projeto de Parque Infantil que objetivava uma educação integral através da recreação, assistência e educação e com o apoio do Departamento da Educação Física de São Paulo, implantou-o na cidade, em detrimento a outros projetos de creche, em 1946.

E assim como as creches, o projeto do Parque Infantil em Jundiaí, também sofreu mudanças em sua proposta de atendimento à criança que foi alterada durante os anos de seu funcionamento desde a sua inauguração.

2.3.2. Os projetos de assistência do P.I.P.M.A.M., da década de 1940 a 1970

O P.I.P.M.A.M. e o de outras cidades do interior do Estado de São Paulo adotaram o lema *Educar, recrear e assistir*, como orientador dos planejamentos, práticas pedagógicas e dos serviços que foram prestados nestas instituições (PIZANI, GÓIS JR,AMARAL, *2016* ,p.708) e (GOMES, 2008, p.28).

Dado o pioneirismo, como a única pré-escola pública da cidade de Jundiaí, os trabalhos pedagógicos e serviços de assistência prestados no P.I.P.M.A.M à comunidade jundiaiense formaram opiniões positivas acerca da instituição, tomando-a referência em educação e assistência para a criança de 4 até 12 anos.

No início do projeto do P.I.P.M.A.M., a ideia de assistência foi pautada no atendimento integral à criança no qual a alimentação e os cuidados com a saúde e higiene física e moral dos parqueanos permaneceram indissociáveis do trabalho pedagógico desenvolvido naquele espaço.

Com relação ao atendimento à saúde dos *parqueanos*, em 1946, os de ordem médica, odontológica e de enfermaria seriam prestados no próprio Parque Infantil de Jundiaí, e a alimentação deveria considerar uma dietética racional, tais iniciativas visavam atender ao bem estar físico e eliminar as deficiências alimentares das crianças em um ambiente completo.

E, com todos estes serviços, o P.I.P.M.A.M. apresentava-se como um lugar com qualidade dos serviços de educação e assistência para a infância jundiaiense, tornando-se indispensável para as crianças e as famílias atendidas.

Entendida como referência, o P.I.P.M.A.M., destacou-se ante outras instituições que atendiam à infância do município, motivando parecer contrário ao projeto de lei nº 23 do ano de 1948, no qual os vereadores impediram a transferência do P.I.P.M.A.M. da Praça da Bandeira para para outro local, afirmando que este era *"um centro de recreação e assistência a infância"*, considerando ainda a instituição como um *"patrimônio da Municipalidade pelo valor material e sua instalação, modelar, entre as mais perfeitas do Estado"*(JUNDIAÍ, 1948).

No projeto de lei nº 23 do ano de 1948 há um relatório do DEF-SP acerca dos serviços prestados pelo P.I.P.M.A.M., dirigido aos vereadores de Jundiaí, no qual verifica-se o projeto de assistência à infância na cidade:

> 2- inúmeros gêneros de atividades são ali postos em prática, constituindo o Parque Infantil uma célula de harmonia na vida social, pois retira inúmeras crianças da escola nefasta das ruas, onde se possivelmente se tornariam elementos perturbadores da ordem, e as ensina a ocuparem construtiva e higienicamente seu momento de lazer, educa-as, assiste-as,e encaminha-s, para no futuro se tornarem perfeitamente integradas na qual aprenderão a servir com desvelo e prazer.
> (...)

> 4- cabendo ao Departamento de Educação Física orientar e fiscalizar os Parque Infantis do interior, podemos testemunhar os benefícios que têm prestado e o muito que podem prestar instituições desta natureza, a infância de nossa terra. (JUNDIAÍ, 1948)

Em meados de 1948 é notável a opinião dos técnicos do DEF-SP em considerar o tipo de serviço prestado no Parque Infantil de Jundiaí atenderia adequadamente às crianças, mas, mais do que isso, procurava, através da educação desenvolvida, impedir o futuro de delinquência das crianças de famílias pobres que sem a devida assistência poderia culminar na marginalidade e, na falta de ação do Estado na forma de uma pré-escola, poderia causar a desordem na sociedade.

Fora das ruas e os ensinos de suas *"escolas nefastas"*, no Parque Infantil, as crianças estariam ocupadas com uma recreação higiênica, sendo assistidas com consultas médicas, dentistas, alimentação, enfim: Estaria em cumprimento o lema Educar, recrear e assistir.

Neste período, a qualidade dos serviços foram avalizados pelo DEF-SP, que em 1948 confirmou as benfeitorias do tipo de educação ofertada no parque infantil de Jundiaí e para além destas funções, esse departamento foi responsável por garantir e dar forma à proposta pedagógica do Parque Infantil de Jundiaí, formando as professoras e supervisora, estabelecendo métodos de ensino e um currículo composto por planejamentos.

O DEF-SP manteve este apoio pedagógico e administrativo ao P.I.P.M.A.M.s até o ano de 1954, ano da promulgação da lei nº 2.749, de 29 de setembro de 1954 que fundia suas atribuições com as do Departamento de Esportes, criando o Departamento de Educação Física e Esportes (D. E. F. E.).

Com o surgimento do D.E.F.E., em 1954, cessa o apoio pedagógico que sustentara a atualização de atividades e planejamentos próprios de um Parque Infantil que chegavam através de correspondências e convenções que o DEF-SP promovia.

A partir de 1954, o P.I.P.M.A.M. ficou pedagogicamente subordinado ao D.E.A.S. (Departamento de educação e assistência social) de Jundiaí, fato que impactou diretamente no planejamento de atividades, na atualização dos mesmos, bem como no projeto de assistência que seria adotado, sendo que é possível afirmar que não houve empenho da municipalidade na atualização dos planejamentos, bem como não houve oferta recorrente de cursos[6] de formação continuada aos professores e à supervisora, bem como convenções.

[6] A secretaria de educação de Jundiaí oferecia curso de formação para as professoras contratadas pela municipalidade esporadicamente, sendo que do período de 1971 à 1977 é possível contabilizar apenas 3 formações nos anos de 1973, 1974 e 1975.

A falta de oportunidades e circulação de saberes e ideias pedagógicas para atualizar o acervo de atividades e conteúdos para o incremento das mesmas, certamente promoveu a cristalização da proposta pedagógica da instituição, na qual a falta de investimento financeiro e pedagógico, favoreceu a adesão de propostas atreladas ao projeto de educação pré-escolar do governo brasileiro durante a ditadura militar que adentraram paulatinamente ao P.I.P.M.A.M..

Na década de 1970, no *Livro de Atas de Reunião pedagógicas* (APMJ- 1971-1977) encontram-se os principais objetivos institucionais:

> 1ª)Os parques infantis surgiram da exigência de atender, desde cedo, a evolução física, intelectual e moral da criança, num ambiente disciplinado.
> 2ª)Da incapacidade ou insuficiência ou impossibilidade da ação educativa de certas famílias devido ao tempo consagrado ao trabalho.
> 3ª)As condições peculiares da vida moderna nas grandes cidades, onde a alimentação das crianças nem sempre obedece aos preceitos de uma dietética racional e habitação, pela carência de espaço, não satisfaz aos princípios de higiene e de educação.(APMJ - Reunião de fevereiro de 1971, Livro de Atas de Reunião Pedagógicas 1971- 1977).

Apesar das palavras não serem idênticas, o sentido dos objetivos do Parque Infantil de Jundiaí permanecem próximos ao designado pelo DEF-SP no projeto de lei número 23 de 1948, nos objetivos institucionais do início da década de 1970, o P.I.P.M.A.M. ainda procurava Educar, Recrear e Assistir, sem ter como meta antecipar o processo de alfabetização, ao passo que buscava possibilitar às crianças terem um espaço adequado para a alimentação, assistência médica, odontológica, educação moral e higiênica, distanciando-as das ruas e da pobreza que supostamente caracterizava suas famílias.

No entanto, como pontuado anteriormente, a década de 1970 marcou profundas alterações pedagógicas e assistenciais na educação pré-escolar em território nacional, de modo que, políticas públicas organizadas pela municipalidade, foram alinhadas às políticas nacionais para a pré-escola na forma da LDB/71, Projeto Casulo e da educação compensatória.

No escopo das modificações que estavam em curso no primeiro Parque Infantil de Jundiaí, já foram destacadas as mudanças de endereço no ano de 1975, a alteração dos prenomes da escola primeiramente para Escola de Pré e Ensino Básico Municipal em 1977 e, posteriormente, para Escola Municipal em 1982, mudanças que sugerem a alteração da proposta pedagógica e assistencial da instituição.

Outrossim, em âmbito municipal, houve a inauguração de pré-escolas e classes de alfabetização durante toda a década de 1970 que estiveram imersas em ações concatenadas e objetivaram antecipar a escolarização em uma perspectiva de educação *compensatória*.

No P.I.P.M.A.M., o primeiro registro que evidencia a mudança pedagógica se deu em 1972, no qual foi destacado em reunião pedagógica os objetivos para o ano letivo:

> 1°)Desenvolvimento físico, intelectual, social e moral da criança através da recreação infantil e início da alfabetização, que é a educação integrada,(...) desenvolvendo na criança qualidades de observação, espírito de iniciativa, coragem, capacidade criadora, sociabilidade e disciplina. (APMJ, 1971-1975, Reunião de 5 de maio de 1972).

No item *"1º)"* é relatado a busca pelo desenvolvimento *"(...) físico, intelectual, social e moral da criança através da recreação infantil e início da alfabetização(...)"* tomando como prática pedagógica de referência a *"recreação infantil"* e complementar à ela encontra-se a *"alfabetização"*, antecipando o processo de escolarização.

Ainda no ano de 1972 é informado às professoras que haveria a *"Instalação da classe pré-primária, de acordo com as novas orientações do ensino."*(APMJ, 1971-1975, Reunião de 4 de março de 1972), com funcionamento concomitante às outras turmas do P.I.P.M.A.M.

Neste excerto, a proposta pedagógica de antecipar a alfabetização em idade pré-escolar é destacada, de modo que ao criar classes pré-primárias, ou classes isoladas de alfabetização, há indicativo de alinhamento às políticas nacionais para a educação da criança e apesar de não ser citado.

Neste ínterim, ao considerar a instalação de salas de alfabetização em creches de natureza privada, filantrópica e no P.I.P.M.A.M., é certo afirmar que esta não foi uma ação isolada, mas compôs uma política pública municipal aos moldes do Projeto Casulo, com uma educação compensatória.

E ainda que os registros da reunião não elucidarem quais seriam as *"novas orientações"*, materiais didáticos, metodologias ou outros aspectos que seriam adotadas no P.I.P.M.A.M. há uma cisão que evidencia o *novo* para a nova turma que seria atendida com a alfabetização, como algo inovador em detrimento ao *velho* que é a prática pedagógica de um Parque Infantil.

A ideia de antecipar escolarização foi adentrando paulatinamente no P.I.P.M.A.M., sendo que em reunião de planejamento do dia 3 de março de 1973, ficou estabelecido que a preparação de atividades para as turmas do Parque Infantil deveriam considerar a:

> (...) organização pedagógica com elaboração de unidades de trabalho com atividades que abrangem áreas da língua pátria, matemática, estudos sociais, ciências e educação cívica, artes plásticas, educação física, educação musical, área da saúde. Através da desta organização pretende se atingir o objetivo básico do P. Infantil que é o desenvolvimento, básico, intelectual e moral da criança pré-escolar e escolar.(APMJ 1971-1977. Reunião de 3 de março de 1973)

A utilização do prenome *Parque Infantil* ao mesmo tempo que ocorrem as *novas orientações* para a alfabetização, favorecem o entendimento que esta instituição está transicionando para um novo ordenamento de prática pedagógica para as crianças pequenas (4 até 6 anos), na mesma medida que justifica o atendimento para as crianças em idade escolar (7 até 12 anos), a partir disto, na parte final da década de 1970, as professoras do P.I.P.M.A.M. começaram a renovar o acervo de atividades para as crianças pré-escolares que permanecera quase inalterado desde o fim do DEF-SP na década de 1950, oferecendo reforço de conteúdos escolares para os *parqueanos* das segundas e terceiras turmas e propondo a alfabetização para as primeiras turmas.

Os motivos que promoveram a inserção de horários de reforço ou realização de atividades de alfabetização para os *parqueanos* da segundas e terceiras turmas, não se sustentaram por muito tempo, visto que com a adoção do planejamento voltado para antecipação da escolarização, nos moldes do projeto CASULO, a municipalidade decretou a supressão das *segundas turmas e terceiras turmas ainda em 1973*

Após a mudança de endereço em 1975 e a mudança do prenome em 1977, em reunião pedagógica *Escola de Pré e Ensino Básico Municipal Prefeito Manoel Aníbal Marcondes*, é relatado no mesmo ano (1977) que o objetivo desta instituição é *"(...)preparar a criança para a primeira série(...)"*, sendo afirmado que:

> *"(...)nenhum plano para o ano letivo de um jardim de infância pode ser completo a menos que reconheça a necessidade de dar às crianças uma boa preparação para o trabalho escolar que as aguarda."*(APMJ, 1971-1977, Reunião de 27 de maio de 1977).

Os objetivos expressos para a educação no *Parque Infantil* e para a *Escola de Pré Ensino Básico Municipal* revelam as diferenças das concepções pedagógicas que são determinantes para o planejamento das atividades pedagógicas pelas professoras.

Do Parque Infantil que é concebido como uma instituição que favorecia o desenvolvimento integrado de diversas habilidades, *voltada "para a formação e o enriquecimento da personalidade humana"(*APMJ, 1971-1977, Reunião de fevereiro de 1971), para a *Escola de Pré e Ensino Básico Municipal Prefeito Manoel Aníbal Marcondes*, cujo o planejamento considera que o pré-primário é uma etapa preparatória, mas não obrigatória, à educação primária[7] que é importante e obrigatória.

[7] Para a "professôra Jurandir" que atuou na instituição de interesse deste trabalho, o caráter "não obrigatório" foi o que permitiu às professoras do Parque Infantil Prefeito Manoel Aníbal Marcondes preparar atividades lúdicas e por isso as crianças *"(...) iam ao Parque espontaneamente". (JUNDIAÍ, 1986, p.8)*
Mas isso não implica em autonomia ou liberdade de cátedra, pois segundo a "professôra Jandyra Miranda Duarte" havia *"(...) diretrizes e todas as medidas eram pensadas para que a criança brincasse, mas sempre*

Neste sentido, com a atenção das políticas públicas concentradas no êxito das crianças quando ingressarem no ensino primário, todos os esforços se centraram em antecipar a escolarização para alfabetizar com eficiência.

Enfim, na década de 1970, com a paulatina alteração de projeto de *Parque Infantil* para o projeto de *pré-escola*, a recreação perde espaço, e no novo planejamento, as professoras deveriam levar em consideração "*(...)a necessidade de dar às crianças uma boa preparação para o trabalho escolar que as aguarda". (APMJ - Livro de atas de 27 de maio de 1977).*

No livro de atas de reunião pedagógicas, utilizado no Parque Infantil de Jundiaí entre os anos de 1971 e 1977, não há inferências sobre as atividades relacionadas à alfabetização, uma hipótese foi elaborada para justificar este moroso processo iniciado por políticas públicas nacionais para a educação pré-escolar, com destaque à LDB/1971 e o projeto Casulo na década de 1970.

Considerando as parcas orientações pedagógicas por parte da secretaria de educação do município de Jundiaí acerca deste processo de alfabetização, os planejamentos profundamente enraizados na cultura escolar[8] do P.I.P.M.A.M. continuaram a ter seu uso explicitamente estimulados pela supervisora Judith em reuniões pedagógicas até o ano de 1977, pois as turmas de alfabetização diferenciavam-se qualitativamente das turmas de recreação.

Isso quer dizer que, da mesma maneira que nas creches de natureza privada nas quais havia salas isoladas de alfabetização, com aulas ministradas por uma professora e, em contraturno, o cuidado dado por um cuidadora /encarregada, o Parque Infantil talvez tenha adotado as mesmas premissas, planejando atividades de recreação, próprias de um Parque Infantil ministradas por um grupo de professoras, em um determinado período de tempo, e a antecipação da escolarização através da alfabetização própria de uma pré-escola, com outra equipe pedagógica, em outro momento.

Tal possibilidade, elaborada aqui na perspectiva de uma hipótese, justificaria a ausência de orientações pedagógicas acerca de alfabetização nas atas de reuniões pedagógicas do Parque Infantil entre os anos de 1971 e 1977, favorecendo a ideia de que houvesse outro livro ou forma de registro próprios para orientações relacionadas à alfabetização.

---

aprendesse, nos dando oportunidade para para que analisássemos seu potencial artístico ou desportivo."(JUNDIAÍ, 1986, p.8)

[8] Barroso (1995), didaticamente expõe 3 ideias a respeito de cultura escolar, a funcionalista que entende a escola como a disseminadora da cultura dominante. O estruturalista , que é aquela concebe a escola como modelizadora de um tipo específico de estruturas. A interacionista que preconiza a cultura escolar como a "cultura" produzida pelos atores e a relação entre eles, o espaço, os saberes, estrutura organizacional e a comunidade escolar.

E mesmo com o desenvolvimento de um sistema educacional infantil na década de 1970, que envolveu a inauguração de novas pré-escolas, classes de alfabetização isoladas, a ausência de investimentos para a formação de professores alfabetizadores propiciou o surgimento de problemas metodológicos relacionados ao modelo de pré-escola voltados para a alfabetização que perduraram até a década de 1980, pois em 23 de maio de 1982, há o apontamento da inspetora das escolas municipais que detectou divergências entre o projeto de educação infantil do município e aquelas aplicadas pela equipe pedagógica na Escola Municipal Prefeito Manoel Aníbal Marcondes:

> estivemos em visita nesta U.E. no dia 23-05-1982 para tratar de assuntos administrativos ocasionado pela dificuldade que a diretora está encontrando em aplicar as novas metodologias que deve ser aplicada em Jundiaí, na área de Pré-escola. Demos nesta data 15 dias de prazo para que a supervisora/diretora provoque um perfeito entrosamento entre os dois períodos da escola, fazendo ainda a aplicação da nova metodologia nos dois períodos. ("Livro de termos de visitas de inspetoras dos Parques Infantis"(APMJ 1947-1999)

Portanto é possível aferir que as primeiras alterações no projeto de Parque Infantil iniciadas em 1972, não lograram êxito em implementar um sistema de Educação para criança com o foco em antecipar a escolarização primária, pois em 1982 a diretora da instituição ainda tentava impor uma metodologia específica, através dos *"(...) "Subsídios do modelo pedagógico para a educação pré-escolar e recursos didáticos para a pré-escola", elaborado pela coordenadora de estudos e normas pedagógicas(ENP)*", com foco na alfabetização ("Livro de termos de visitas de inspetoras dos Parques Infantis"(APMJ 1947-1999).

Processo similar de mudanças paulatinas ocorreu ao serviço de assistência prestada no P.I.P.M.A.M., sendo que do projeto original datado de 1946, os *parqueanos* deveriam ter alimentação adequada, atendimento médico, odontológico e enfermaria na própria escola, mas apenas a partir da lei nº 1609 de 15 de setembro de 1969 foi criado o *Setor Municipal de Alimentação Escolar* com foco na alimentação das crianças atendidas pelo município, anterior à esta lei, as responsáveis por pensar o cardápio e administrar o recurso público para aquisição desses alimentos eram as *supervisoras* dos Parques Infantis.

Ainda no que tange a área da saúde, na década de 1970, o projeto de assistência que atendia as crianças do P.I.P.M.A.M., o modo com o qual as crianças passaram a ter acesso aos serviços de saúde, como médicos e dentistas, era de responsabilidade das professoras que realizavam exames biométricos durante todo o mês de janeiro, verificavam a condição física de seus alunos, sendo que só encaminhavam aos postos de saúde ou de puericultura os casos de alunos que necessitassem de maiores cuidados, destoando das diretrizes de sua inauguração em

1946 que postulava que o atendimento médico deveria ocorrer na escola, com médicos, dentistas e enfermeiras, in loco.

Enfim, os ideais higienistas e assistencialistas dos primeiros Parques Infantis da cidade de São Paulo na década de 1930, ordenadas em Jundiaí através do DEF-SP até a década de 1950, encontraram-se com as políticas compensatórias da década de 1970, construindo uma educação para a criança pequena com baixa qualidade e massificada.

E, durante a Ditadura Militar, os serviços médicos odontológicos, alimentares e biométricos indissociáveis do lema *Educar, recrear e assistir* do P.I.P.M.A.M. foram alterados ao passo que as novas demandas, pautadas em diretrizes compensatórias, avançaram no sistema educacional jundiaiense.

Para os saudosistas, as alterações no projeto de Parque Infantil nunca foram totalmente resolvidas, e tal como a professora Maria Amélia Giuntili disse em 1986 ao falar da pré-escola voltada para a antecipação da vida escolar (JUNDIAÍ, 1986, p.8): *"A estrutura pedagógica é outra, mas confesso que prefiro anterior e que deveria ser novamente empregada(...)"*.

2.4. Judith Almeida Curado Arruda: Supervisora e Diretora do Parque Infantil

Nascida em Jundiaí em 23 de julho de 1921, filha de João Baptista Curado e Maria Carolina de Almeida Curado[9], iniciou seus estudos no Grupo Escolar "Conde do Parnaíba" onde completou o curso primário, depois se formou professora na Escola Normal Livre de Jundiaí em 1940.

Exerceu por quatro anos o magistério primário, pois em 1944 começou um estágio que duraria 2 anos no Parque Modelo de São Paulo e Campinas para assumir a supervisão do Parque Infantil que seria inaugurado em 1946.

Em 1946, foi nomeada para dirigir o primeiro Parque Infantil de Jundiaí, onde permaneceu durante 31 anos, até a sua aposentadoria, em 1977.

A supervisora Judith Almeida Curado Arruda centralizou as ações do Parque Infantil, planejando atividades pedagógicas, coordenando-as, conferindo a realização destas, apresentando ideias pedagógicas aos professores e administrando os serviços de funcionários da cozinha, limpeza, zeladoria, entre outros.

A centralidade exercida pela supervisora do P.I.P.M.A.M não era exclusividade dos Parques Infantis de Jundiaí, segundo Costa (1960, p.39) esta era a função mais importante nos Parques Infantis, pois um *"(...)dos elementos asseguradores do bom êxito de um parque infantil é a direção. É necessário um diretor que oriente as atividades, fiscalize, zele pelo material, e seja amigo das crianças."*.

De 1946 até a ditadura militar (1964-1985), a ideia de centralização das ações do diretor escolar não se alterou, para Clark, Nascimento e Silva:

> (...) é bem possível que o diretor tenha sido, por vezes, cooptado pelo sistema econômico e político, exercendo uma função análoga à do gerente de empresa, ou seja, atuando como agente controlador e fiscalizador das atividades desenvolvidas na instituição escolar, com o intuito de assegurar a manutenção da ordem vigente. (Clark, 2006, p.138)

No entanto, a tendência centralizadora apresentada até este momento não pode servir de parâmetro para definir integralmente a gestão de Judith Almeida Curado Arruda.

Na Revista "Tudo começou assim" (1986), a biografia da supervisora se confunde com a história do P.I.P.M.A.M, nele é apresentada a professora *"amorosa"* que "(*...) chorou com os*

[9] Na pequena biografia presente no almanaque(JUNDIAÍ, 1986), é descrita a árvore genealógica da "Supervisora Judith Almeida Curado Arruda", seu avô paterno era o Capitão Curado e o avô materno o renomado médico Manoel de Almeida, neste sentido a publicação denota que sua notável linhagem familiar por si só justificaria sua escolha como "Supervisôra".

alunos(...)" quando *"(...) a felicidade(...) acabou em 17 de fevereiro de 1975, no dia em que o Parque Infantil iria comemorar 29 anos de existência. Um caminhão da Prefeitura, nas mãos de Ibis Cruz, recolheu os brinquedos e desativou o Parque Infantil"*.

Judith Almeida Curado Arruda se destacou na sociedade jundiaiense devido sua atuação e nos 25 anos de fundação do Parque foi agraciada com o título de "Personalidade do ano de 1970" com o troféu "Curinga" patrocinado pelo Jornal de Jundiaí. No mesmo ano, recebeu homenagens como a "Mestra Símbolo de Jundiaí" pelo jornal da Cidade.

Após a aposentadoria, no ano de 1977, foi alvo de homenagens pelo "Dia do Professor" no Jornal da Cidade, como "Professora do ano".

Sócia fundadora do clube da Lady, frequentadora assídua das suas reuniões e promoções, foi no dia 23 de agosto de 1985, aclamada "Presidente de Honra do Clube da Lady de Jundiaí". Em 1986 recebeu a "Medalha Petronilha Antunes" da Câmara Municipal por seus relevantes serviços em prol da educação.

Durante as comemorações alusivas ao 40º aniversáriP.I.P.M.A.M. foi carinhosamente homenageada pela direção da referida escola, como a pioneira em Educação Infantil em Jundiaí.

Quando do 50º aniversário da instituição, em 21 de junho de 1996, foi novamente homenageada por iniciativa da prefeitura municipal como uma das construtoras da educação infantil.

A extensa lista de prêmios que Judith Almeida Curado Arruda recebeu em vida é resultado do *status* social que se originou devido à ascendência familiar e se consolidou após seu trabalho como "supervisôra".

A indicação à função de Supervisora em um Parque Infantil era política, Judith foi escolhida pelo Prefeito Manoel Aníbal Marcondes em 1940, aprovada pelo major Sílvio de Magalhães Padilha[10] e pelo prefeito de Jundiaí à época da inauguração do P.I.P.M.A.M. em 1946.

Certamente havia outros professores habilitados[11] e mais experientes para assumir a função de supervisora em 1946, mas esta escolha não avaliava aspectos técnicos, mas visava privilegiar grupos políticos.

[10] O Major Sílvio de Magalhães Padilha foi proeminente nas questões que envolveram o esporte, tal constatação é dada quando consideramos suas ocupações durante a Ditadura Militar (1964-1985): Presidente do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, do comitê olímpico brasileiro e inspetor do período que fez estágio (1944 a 1946).

[11] Clark (2006) aponta que no âmbito das políticas públicas, algumas leis foram tentaram elevar o nível técnico dos ocupantes do cargo de Diretor de Escola. A LDB/61 (Lei 4.024 de 1961), LDB/68 (Lei nº 5.540 de 1968) e a LDB/71 (Lei nº 5.692 de 1971), construíram paulatinamente a ideia de que o diretor deveria ser um profissional qualificado. Neste ínterim, com a anuência da prefeitura de Jundiaí, essas legislações ganharam corpo próprio (lei municipal n°2148/1975) e na ausência de informações que comprovem ou desabonem a hipótese de que Judith Almeida Curado Arruda era formada em um curso de ensino superior, consideramos que devido a permanência da mesma nesta função, houve algum tipo de progressão acadêmica.

Ao contrário do que aconteceu com P.I.P.M.A.M., o prestígio político da Supervisora não diminuiu no decorrer dos anos, ao passo que a câmara municipal, através da lei n°1.419/1967 *"(...)transforma o cargo de diretora, padrão "i", do Parque Infantil Prefeito Manoel Anibal Marcondes, isolado, de provimento em comissão, em cargo isolado, de provimento efetivo"*.

Ou seja, sem concurso, o cargo em comissão tornou-se efetivo.

As justificativas do projeto de lei do prefeito jundiaiense Pedro Fávaro em 1967 revelam que a condição do cargo em comissão é perigosa, pois na perspectiva de uma conjuntura política municipal em constante alterações devido às eleições *"(...) aquela servidora (...) poderá ser demissível, ed nutum, sem maiores formalidades, perdendo, assim, 21 anos de bons serviços prestados. (JUNDIAÍ, 1967).*

Considerando a relevância de Judith Almeida Curado Arruda na sociedade jundiaiense a hipótese para as razões que possibilitaram o P.I.P.M.A.M. continuar com o apelido e com o projeto de escola praticamente inalterado até o ano de 1977 ganha um novo aspecto a ser considerado: Além da cultura escolar, o status da Supervisora Judith Almeida Curado Arruda em Jundiaí.

Foto 6 - Supervisora Judith Almeida Curado no dia da premiação da "Medalha Petrolina Antunes", em 1986

Fonte: Disponível na publicação "E tudo começou assim (Jundiaí, 1986).

2.5. As crianças, as famílias do P.I.P.M.A.M e a percepção das professoras sobre o público atendido

Como revelado anteriormente, durante a Ditadura Militar (1964-1985) o acesso à educação em Jundiaí foi privilégio para poucos e dentro deste contexto, ao analisar as informações relativas ao público que foi atendido na primeira turma (4 anos a 6 anos) do P.I.P.M.A.M encontramos o seguinte panorama:

Quadro 1 – Números de crianças de 4 anos a 6 anos em Jundiaí durante a década de 1970

Idade	Crianças em Jundiaí	Sabem ler	estudantes
4 anos	5.994	————————	————————
5 anos	6.063	113	200
6 anos	6.057	780	1.026
Totais	18.114	893	1.226

Dados obtidos a partir da série histórica do IBGE do censo de 1970. POPULAÇÃO e demografia. População por situação de domicílio. Censo Demográfico 1970. In: IBGE. Séries Estatísticas & Séries Históricas. Rio de Janeiro, 1970.
Disponível em:https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd_1970_v1_t18_p2_sp.pdf . Acesso em: mar. 2022.

A partir dos quantitativos apresentados é possível considerar que a educação pré-primária é tida como um etapa da educação cujo uma pequena parcela das crianças de 4 até 6 anos tiveram acesso, não obstante, se observarmos que até a década de 1970 havia apenas um parque infantil em Jundiaí, a noção de que não havia política pública que almejasse atender sistemicamente a criança pequena ganha força.

Ao analisarmos esta questão destacamos que, na década de 1970, em um universo de 18.114 crianças de 4 anos a 6 anos, apenas 1.226 crianças cujo, os pais e responsáveis responderam ao censo, tiveram acesso a algum tipo de educação pré-escolar, quer seja ela de natureza filantrópica, particular ou pública.

Na tabela, elaborada por meio de dados obtidos na série histórica do Censo Demográfico de 1970, flagramos ainda a desatenção do poder público em recensear as crianças de 4 anos ou menos que foram matriculadas em pré-escolas, ou seja, não havia preocupação em quantificar eventuais alunos nesta e em faixa-etárias com idades inferiores, portanto, mais uma vez, identificamos a ausência de elementos que poderiam embasar políticas públicas efetivas para a construção de escolas e matrículas de novos alunos em Jundiaí.

E neste contexto de ineficiência de políticas públicas, tratamos da única instituição pública para a educação pré-escolar em Jundiaí: O P.I.P.M.A.M que possuía no início da década de 1970 apenas 60 vagas para crianças de 4 anos até 6 anos, sendo que, apenas em 1977, foi elevado o aumento para 360 vagas desta faixa-etária.

Ao evidenciarmos o total de crianças de 4 anos a 6 anos do município de Jundiaí na década de 1970, é possível interpretar que os *parqueanos* matriculados no P.I.P.M.A.M foram um grupo seleto. Afinal, qual era o perfil destas crianças deste grupo seleto do P.I.P.M.A.M?

Em 1974, o vereador José Rivelli responde a esta questão na Indicação parlamentar número 1551 de 4 fevereiro de 1974, quando busca convencer seus pares acerca da construção de mais creches na cidade de Jundiaí, comparando a cidade interiorana a capital paulista e descreve :

> (...) guardadas as devidas proporções, o problema se apresenta análogo aqui, em nossa próspera e operosa Jundiaí, onde a população trabalhadora e aquela destituída de recursos aumentam de ano para ano, sendo de notar-se que o estabelecimento local de novas indústrias e fábricas vem crescer o número das mães operárias e carentes de instituições que cuidem de seus filhos enquanto trabalham.
> (...)
> INDICO, (...) estudo para formação de convênios com entidades já atuantes visando a organização das referidas creches que visam dar base de complementação aos parques infantis, escolas maternais, orfanatos e casas de crianças. (JUNDIAÍ, 1974)

A partir da indicação do vereador Rivelli é possível inferir que, assim como ocorreu na cidade de São Paulo, o P.I.P.M.A.M era dedicado à matrícula de crianças pobres, filhas de mães operárias e carentes, visto que a construção de novas creches no município de Jundiaí viriam a auxiliar na complementação das vagas e das ações pedagógicas que os parques infantis do município e outras instituições não conseguiam atender.

Vinagre (2009, p.91), também buscou responder a questão efetuada anteriormente ao destacar uma fotografia de duas crianças com roupas esfarrapadas, sugeridas como *parquenas* do P.I.P.M.A.M pelo *Jornal da Cidade*, em publicação de Jundiaí de 11 de fevereiro de 1972, a autora questiona:

> (...) seria uma imagem para a comoção de leitores que se mobilizariam para auxiliar a instituição que as atendia, ou somente uma forma de demonstrar que a instituição era responsável por assistir crianças pobres e sem motivações futuras?". (VINAGRE, 2009, p.91)

Enfim, ao considerar os argumentos do vereador Rivelli e do excerto de Vinagre é possível interpretar que os *parqueanos* do P.I.P.M.A.M. eram meninos e meninas vindos de famílias empobrecidas da cidade de Jundiaí, residentes locais e das adjacências da região central de Jundiaí, cujo casas e alimentação precárias demonstravam sua situação socioeconômica e evidenciaram a necessidade da existência desta instituição.

2.5.1.Representação das professoras a respeito dos *parqueanos*

Contemporâneos da década de 1970, elementos do discurso do vereador Rivelli estão presentes nos registros das reuniões pedagógicas do P.I.P.M.A.M e em outras fontes como documentos oficiais.

Uma destas fontes são os ofícios elaborados pela supervisora do P.I.P.M.A.M e em um destes solicita recursos materiais para a realização das homenagens aos dias dos pais a Indústria Pozzano:

> À Indústria Pozzano S.A.
> O "Parque Infantil" Pref. Manoel Aníbal Marcondes, fará realizar, como acontece anualmente, a comemoração em homenagens ao dia dos pais.
> Neste sentido, solicito a generosa colaboração dessa conceituada indústria, para uma oferta de xícaras de café, *às crianças sem recursos* desse Parque. (APMJ, Ofícios Convites e agradecimentos - Convite de 29 de maio de 1973, 1946-1982).

A destacar o termo *crianças sem recursos*, evidenciamos um elemento utilizado pela gestão do P.I.P.M.A.M. para caracterizar seu público e convencer os proprietários de uma indústria a conceder uma doação à instituição para a criança pequena.

Este recurso é recorrente no discurso das professoras do P.I.P.M.A.M. que quando discorriam acerca do público que atendiam, buscaram descrever os *parqueanos* como *"(...) crianças pobres(...)"(APMJ, Ofícios Convites e agradecimentos, 1946-1982)*, neste sentido, expondo a percepção do corpo docente quanto a situação econômica do público que atendiam.

Deste mesmo modo, o corpo docente do P.I.P.M.A.M considerava que além de carentes do ponto de vista material, as famílias do público que atendiam apresentavam *"(...)incapacidade ou insuficiência, impossibilidade da ação educativa de certas famílias devido ao tempo consagrado ao trabalho."*(Ata de 5 maio de 1971, APMJ - 1971 - 1975).

Carvalho (2016, p.14), analisou a questão da percepção de pobreza material e moral dos agentes públicos em relação às famílias brasileiras ao destacar que:

> Nos anos 70, o Brasil absorve as teorias desenvolvidas nos Estados Unidos e na Europa, que sustentavam que as crianças das camadas sociais mais pobres sofriam de "privação cultural" e eram colocadas para explicar o fracasso escolar delas, esta concepção vai direcionar por muito tempo a Educação Infantil, enraizando uma visão assistencialista e compensatória(...)" (CARVALHO, 2016, p.14)

O caso da dona Erotildes: A mãe de 10 *parqueanos* do P.I.P.M.A.M

Dona Erotildes, foi a primeira servente e atuou por mais de 30 anos no P.I.P.M.A.M e na durante a publicação da revista comemorativa "E tudo começou assim... 40 anos depois, um processo significativo de mudança nas funções da pré-escola", concedeu uma entrevista na qual

descreveu a importância da instituição para sua família. Ela foi mãe de 10 alunos que frequentaram o P.I.P.M.A.M, e , segundo a mesma, devido os trabalhos da instituição "(...) *criou a Maria Elizabeth, Maria da Glória, o Antônio, o José Paulo, a Maria Lúcia, o João José, o João Gilberto, o José Fernando, o José Renato e o José Geraldo, sem problemas*" (JUNDIAÍ, 1986, p.6. Grifo Nosso).

Ao grifarmos o termo *sem problemas* na fala da Dona Erotildes destacamos que a mesma considerou a importância do P.I.P.M.A.M na educação escolar e moral de seus filhos que viviam com ela em uma casa pobre, próxima a instituição, na qual *"(...) entravam sapos e cobras que não parava mais(...)"*não obstante, apesar da precariedade a mesma garante que *"(...) não saiu nenhum marginal."* (JUNDIAÍ, 1986, p.6.),

Dona Erotildes parabeniza o trabalho educacional das professoras do P.I.P.M.A.M, pois sua filha mais velha, Maria Elizabeth, tornou-se pianista devido às aulas com o *piano desafinado* e sua gratidão com a equipe era tanta *"(...) que sempre reserva parte de suas orações diárias para as professoras do Parque, afinal sem elas as coisas seriam mais difíceis"*(Jundiaí, 1986, p.7).

Coadunado no discurso presente na indicação parlamentar, nos convites e nas palavras de Dona Erotildes, a noção de que os parqueanos do P.I.P.M.A.M eram crianças pobres reforça a importância dos trabalhos da instituição para que os planejamentos tornarem-se ações na perspectiva de diminuir a pobreza que estavam submetidas as crianças, quer seja ela de ordem material, moral ou ambas.

2.6. As professoras do P.I.P.M.A.M

Neste trabalho referimo-nos às profissionais que atuam no ensino do Parque Infantil como professoras, esta é uma definição que diferencia aquelas que atuam profissionalmente com a educação, daquelas que cuidam sem formação específica.

O direito constituído aqui não foi adquirido por osmose, mas foi construído por aquele que faz e pensa criticamente sua realidade e os métodos para alcançar seus alunos.

Como direito conquistado, não foram "tias" ou tão somente "instrutoras", as professoras do Parque Infantil pensaram e repensaram sua realidade, buscavam uma educação de qualidade.

> Ensinar é profissão que envolve certa tarefa, certa militância, certa especificidade no seu cumprimento enquanto ser tia é viver uma relação de parentesco. Ser professora implica assumir uma profissão enquanto não se é tia por profissão. Se pode ser tio ou tia geograficamente ou afetivamente distante dos sobrinhos mas não

> se pode ser autenticamente professora, mesmo num trabalho a longa distância, "longe" dos alunos.(FREIRE, 1997, p.9).

Em reunião de 1972 no P.I.P.M.A.M, as professoras evidenciam elementos que justificam a importância do seu trabalho, de modo que a finalidade de *"Educar, Recrear e Assistir"* é desenvolvida através de um perfil adequado de professora *"(...) que deverá ser atualizada e devotada ao ponto de criar em torno do educando uma atmosfera agradável, acolhedora e alegre, ao mesmo tempo de trabalho disciplinado e construtivo." (APMJ 1971-1975, Reunião de 1971).*

O perfil adequado de professora era essencial para este projeto de educação que envolve uma mulher com características exemplares, que disciplina o tempo de trabalho, sendo que para alcançar isto deveria ser "devotada", ou seja, entregar-se de corpo e alma para a prática pedagógica.

Com este termos, podemos deduzir que o trabalho pedagógico era intenso, pois por meio das transcrições dispostas no "Livro de Atas de Reunião Pedagógicas" é evidente que elas deveriam atuar em um Parque Infantil que possuía alunos pobres e que carecia de melhor estrutura material, em meio a aplicação de atividades pré-estabelecidas por instâncias hierárquicas superiores.

Tal como Brant (2013) propôs, a busca por um perfil ideal de professora é política pública de escolha na formação de um sistema de ensino para cumprir seus objetivos institucionais: Do "Recrear, educar e assistir" à antecipação da alfabetização em idade pré-escolar.

Inicialmente, no P.I.P.M.A.M. este perfil era requisito que poderia levar à contratação de uma professora e este é próximo ao perfil de uma creche, pois todas as professoras eram *"(...) mães, mulheres, que gostassem de crianças"*(GERVASI e ARRUDA, 2015, p.2)

E apesar do lema "Educar, recrear e assistir", a professora que atuava segundo a proposta pedagógica do "Parque Infantil" da década de 1970, se diferenciava daquela idealizada por Mário de Andrade na década de 1930.

Do controle sistemático das atividades das crianças pelas professoras e a supervisão de "Judith Almeida Curado Arruda", na Jundiaí dos anos 70 a proposição de um desenho percorria expedientes diferentes daqueles propostos no Início do projeto de "Parque Infantil" que segundo "*(...)orientação do próprio Mário de Andrade às educadoras de que não houvesse intervenção nos desenhos das crianças*".(CABRAL, 2014, p.7)..

Costa (OpCit) partilha das concepções de Mário de Andrade, propondo que o papel da professora nos Parques Infantis era o de *"(...)adequação, de obediência, facilitando o brinquedo, e enriquecendo-o muitas vêzes com a sua colaboração."* (OpCit, p.11).

Para Faria as professoras, nos idos tempos de Mário de Andrade, *"(...) deveriam brincar com as crianças, ensiná-las a brincar e preservar as brincadeiras tradicionais (...) e não lhes perturbar ou ameaçar sua liberdade e espontaneidade(...)"(FARIA,OpCit, p.68).*

Durante o período da Ditadura militar (1964-1985) a prática pedagógica das professoras já havia tomado os contornos marcantes percebidos no P.I.P.M.A.M., uma no qual o *Educar, Recrear e Assistir* era imposta em uma sequência didática ideal, com poucos espaços para o brincar livre e cuja a execução era constantemente verificada pela "Supersôra Judith Almeida Curado Arruda".

As professoras eram alinhadas à proposta pedagógica do "Parque Infantil Prefeito Aníbal Marcondes" e conscientes do contexto político de Jundiaí, poderiam se destacar .

Um exemplo disso é a distinção da professora Maria da Glória Pontes de Toledo[12], que é autora de diversas atividades pedagógicas, dentre as quais estão as preleções *"Homenagem à Revolução Redentôra de 1964"* e o *"Sesquicentenário da Independência"(1972).*

E tratando do planejamento de atividades pedagógicas, durante a ditadura militar, destacamos que:

> (...) pôde-se inferir que determinados professores o aceitaram entusiástica ou passivamente, e mesmo os que o aceitaram enfrentaram dificuldades de apropriação, o que gerou procedimentos táticos variados de enfrentamento às ordenações, como resistir às mudanças, negociar com elas ou fazer críticas diversas, até negando-se a incorporá-las. (VIANA, 2014, p 27).

Neste contexto de vigilância e centralização do planejamento das atividades, até 1969 os profissionais que trabalhavam no Parque Infantil tiveram a oportunidade de ingressar como professores através da indicação política, posteriormente por meio de concurso público.

Oliveira (2010, p 56) relata que o processo de comissionamento de salas ou turmas não era exclusividade de Jundiaí, pelo contrário, a autora revela que em meados de 1950 as professoras, sabendo da inauguração de um "Parque Infantil" na cidade de Sorocaba, procuraram o "prefeito da época" e pleitearam uma oportunidade de trabalho nesta nova instituição.

[12] As professoras que mais se destacaram devido a sua frequência nas reuniões pedagógicas são Maria Antonieta M. Picchi(tornou-se do diretora da "E.P.E.B.M Prefeito Manoel Aníbal Marcondes" após a aposentadoria da "Supervisôra Judith Almeida Curado Arruda", Vera Maria Brayner Silva, Maria da Glória Pontes de Toledo, Diva de Marco Vicente, Maria Cândida de Lemos Jacomelli e Sharley Nancy Pyles

Para a assunção deste cargo as professoras que viriam a ser contratadas participaram como “(...) estagiárias de rotinas da educação infantil na Pré-escola Municipal “Leonor Mendes de Barros” na cidade de Santos, observando as atividades desenvolvidas na prática.”(OLIVEIRA, OpCit, p.56).

No idos anos que ocorreram as inaugurações do Parques Infantis a formação prévia dos professores não era o único requisito para ingresso nesta instituição, para que a “práxis própria fosse aplicada era necessário que aquele que estaria à frente das crianças soubesse o fim único que era originada na então *nova filosofia*.

Foto 7 - Curso intensivo de recreação Infantil D.E.F.E - 1958

Fonte: Acervo do Centro de Memória de Jundiaí

Segundo Cunha (2018, p.34), os cursos intensivos de recreação infantil do D.E.F.E. de 1958, ocorriam na sede do D.E.F.E., ou em cidades onde havia unidades do Parque Infantil, pois:

> (...) seria importante para a atualização dos conhecimentos do professorado, “especialmente aquele que desempenha função nos Parques Infantis”. Afirmava ainda que os cursos de atualização realizados pelo Departamento de Educação Física despertavam muito interesse, pois “os métodos empregados na educação da criança já estão se tornando obsoletos em virtude da precocidade apresentada pelo o espírito infantil”.

Apropriando-se dos significados latentes do lema "Educar, recrear e assistir", a professora *"deveria preparar-se de forma igualmente ativa, ou seja, o professor não se formaria observando as aulas, copiando programas de ensino e os aplicando, mas dedicando-se sobretudo, ao estudo da "nova psicologia" para saber por que se faz e como se faz"(DANAILOF, 2006, p.7).*

Ao considerarmos o modo com o qual a Supervisora Judith Almeida Curado Arruda foi contratada e o percurso descrito por Oliveira (OpCit), é evidente que a dinâmica de contratação das professoras de Jundiaí envolveu indicações políticas.

Podemos aferir a indicação política como método de contratação entre os anos de 1946 e 1969. Em 1969, foi realizado apenas um concurso público para contratação de professores em Jundiaí, após este foram realizados processos seletivos.

As alterações nos métodos de contratação percorrem expedientes similares às alterações políticas e administrativas causadas por mudanças dos chefes do executivo em Jundiaí e, em 1970, a prefeitura aguardou findar o prazo de vigência de 2 anos para implementar outro método de contratação.

A partir de 1972 as professoras que almejassem um cargo na rede municipal de Jundiaí, inclusive as vagas do Parque Infantil , o conseguiram através de um certame composto de um processo seletivo que envolvia a entrega de certificados, formalizado em um contrato nos moldes do Regime da Consolidação de Leis do Trabalho, este tipo de contratação, em detrimento ao concurso público foi regulamentado pela Lei Federal n° 1.691 de 24 de abril de 1970 e adotado pela municipalidade por meio da Lei Municipal nº 1921 de 21 de agosto de 1972.

Com o movimento municipal de adesão à contratação de professores através de concursos públicos ou processos seletivos, é possível verificar o interesse dos chefes do executivo em garantir que as professoras que ingressarem como servidoras tivessem uma formação pedagógica mínima.

Brandt (2014, p.3) relata que em meados da década de 1970, no mesmo período que ocorriam estas alterações contratuais em Jundiaí, a maioria do solo brasileiro[13] seguiu outras propostas para a contratação de pessoal especializado para trabalhar com a educação

[13]Cabe ressaltar que a autora relata em seu trabalho *"O perfil desejado - a invenção da professora de educação infantil da rede municipal de Florianópolis"* que um dos municípios que estabeleceu uma formação mínima para a contratação de suas professora foi o município de Florianópolis,

pré-escolar, pois adotavam as diretrizes propostas pelo *"Programa Nacional de Educação pré-escolar"*.

Para a autora o*"(...) programa nacional , ao mesmo tempo em que prescrevia o modelo de educação pré-escolar preparatório admitia que esta preparação podia acontecer na mão de professoras, de voluntários, não de profissionais habilitadas"(*BRANDT, *Op Cit*, p.3).

A criação de uma formação mínima para a assunção de um cargo público através de um certame de provas e títulos foi positiva no sentido de retirar exclusivamente do crivo do chefe do executivo a nomeação para a função de professor, na mesma medida em que retiraria destas funções pessoas sem a habilitação adequada.

Outrossim, a realização desses certames, coadunando com o *Programa Nacional de Educação pré-escolar* propicia o entendimento que o projeto de escola denominado *"Parque Infantil"* está findando.

Aparelhando o município para a adoção de um modelo de Pré-Escola, a lei nº 1921/72 foi criada na perspectiva de permitir a elevação do número de professores atuantes no município para 50, entrando em vigor a partir da expiração da validade do último concurso realizado na cidade de Jundiaí.

O prefeito Walmor Barbosa Martins justifica o projeto referente à lei n°1921/72:

> "A necessidade emerge, agora da conveniência de serem criadas novas classes pré-primárias para atender o aumento da população em faixa-etária própria , eis que a capacidade de absorção das mesmas já foi superada
>
> Há ainda os problemas de substituição por motivos de licenças e outros que devem ser atendidos e o intuito de evitar-se as perdas inúteis de aulas pelas crianças"(Grifo nosso (JUNDIAÍ, *Lei nº1921 de 21 de agosto de 1972, Regulamenta o processo seletivo de contratação dos professores para o ano letivo de 1973*).

No excerto acima destacamos *novas classes pré-primárias*, nele já está evidente o alinhamento da municipalidade em instalar no município de Jundiaí salas de aula com o curso voltado para a preparação do ensino primário, projeto este que só foi efetivamente finalizado em fins de 1977.

A contratação dos professores por intermédio da CLT mostrou-se uma oportunidade promissora na elevação do quadro de servidores e na tentativa de convencer os vereadores do município, o prefeito Walmor Barbosa Martins justifica que os contratados receberão o montante de 600 cruzeiros, 100 cruzeiros a mais que os concursados, demonstrando assim as vantagens de ser contratado.

Tal premissa pareceu injusta ao vereador Carlos Úngaro, e em seu parecer referente ao projeto de lei nº 1921/72 indicou que *"deva o salário a ser pago pelo professores contratados , ser equivalente aos professores do Estado, por princípio de justiça."* (JUNDIAÍ, 1972).

No período de 1964 a 1985, a questão salarial e das condições de trabalho sempre foram uma fonte de preocupação dos professores de Jundiaí, sendo que esse assunto é recorrente em Moções presentes na câmara dos vereadores de Jundiaí.

Em tempos de redemocratização, o vereador José Francisco Carbonari, em Moção de nº52/1984, protestou por salário adequados aos professores:

> Ao professor não é dado o direito de viver dignamente, pois seu salário é hoje ínfimo e, sem falar em aumento, os aumentos existiram e chegou-se ao ponto atual , isto é, a classe foi totalmente desprestigiada e o ganho, mercê de mais um dignificante trabalhos, o ensinar, não tem correspondência e impossibilita o exercício da profissão(JUNDIAÍ, MOÇÃO n°52 ,1984)

O outrora prefeito e atual vereador José Francisco Carbonari é correto ao afirmar que o salário dos *"(...) um dos mais dignificantes dos trabalhos não têm correspondência(...)"(JUNDIAÍ, 1984).* Com este discurso na ponta da língua, talvez nunca atingiremos valores dignos.

Tal reivindicação que é verdadeira e nunca é verdadeiramente atendida pelos representantes do povo, pois é considerada vocacional, põe e impõe a adoção de novas funções na profissão professor.

As responsabilidades das professoras do Parque Infantil (1964 -1985), além de planejarem as atividades pedagógicas, incorporaram a aplicação de inquéritos e procedimentos próprios da área da saúde[14], do preparo da merenda e arrecadação de fundos para a manutenção da instituição com a venda de rifas e prendas em festas, entre outros.

[14]No período de estudo deste trabalho o Parque infantil Prefeito Manoel Aníbal Marcondes teve suas atividades interrompidas em mais de uma oportunidade devido a condições sanitárias preocupantes, a primeira em agosto de 1974 (devido à um surto de meningite) e outra em outubro de 1978(devido à um surto de tuberculose).
Referente à interrupção de 1974, há um comunicado em livro de ata de 20 de agosto que impõem "(...) o reinicio da aula foi adiado para o dia 20 de agosto também foi caráter experimental, podendo as mesmas serem adiadas caso haja incidência maior de casos.
Com o reinício das aulas, como medida pedagógica, houve intensa campanha em conjunto com a saúde com o tema "Noções de higiene para acabar com o mal que assola as nossas crianças".(APMJ, 1971-1977, ata de 31 de agosto de 1974).
O ano de 1978 também "(...) houve uma intensa campanha sobre a vacinação contra a tuberculose, campanha essa dirigida pelo Posto de Saúde Local."(APMJ, 1971-1977)

Foto : Hora da merenda 1971

Na imagem acima foram clicadas as crianças no momento da merenda em 1971, ao fundo estão adultos, as professora do P.I.P.M.A.M., bem como uma o vice-prefeito de Jundiaí no período, Tarcísio Germano de Lemos.

Infelizmente, os professores que atuaram em diferentes períodos e projetos pedagógicos do P.I.P.M.A.M. não puderam desfrutar de salário condizente com suas atribuições, o fato do reconhecimento efervescer no discurso do nobre vereador Carbonari não impediu a que as reivindicações dos professores do Estado de São Paulo fosse pauta da greve de professores de 1984 em Jundiaí.

Em manifesto da APEOSP direcionado aos professores de Jundiaí em 1984 encontra-se as reivindicações que não são apenas salariais:

> Os professores de Jundiaí representados pela APEOESP durante a greve estadual ocorrida em 1984 exigiram: Uma clara definição da política educacional que equacione os verdadeiros problemas da Escola Pública , vai indiretamente conseguir e fazer agir o professor - povo, ou seja, o professor com meios de modificar , liberar, e, não inconsciente e sem meios , manter o que denunciamos.
> É por que nos isolamos nas reivindicações meramente salariais e não nos isolamos entre nós educadores. Reivindicamos , pedimos, imploramos, exigimos uma educação de qualidade.(JUNDIAÍ, 1984)

Do “Reivindicamos , pedimos, imploramos, exigimos uma educação de qualidade(...)” ,a luta dos professores vai além das melhorias das condições de trabalho e dos incrementos

salariais, é uma luta pela manutenção e melhoria deste direito social que ainda está penando em tempos de República.

Capítulo III – As práticas pedagógicas: assistir, educar e recrear (1964-1977)

Desde sua criação o P.I.P.M.A.M. foi mantido pela prefeitura de Jundiaí possuindo estrutura administrativa e pedagógica diferente de uma escola pública regular, com classes divididas em turmas de acordo com o grupo etário: "Primeira turma", com crianças de 4 a 6 anos; "Segunda turma", com crianças de 7 a 9 anos; "Terceira turma" com crianças e de 10 a 12 anos.

3.1 As atividades desenvolvidas

Considerando o interesse deste trabalho que se concentra no estudo do planejamento de atividades pertencentes "Primeira turma", efetuamos o recorte documental que favoreceu a análise daquelas que se referiam exclusivamente à esta faixa etária e que foram aplicadas no Parque Infantil entre os anos de 1964 e 1977[15].

As atividades pedagógicas referentes à "primeira turma" são:

a. Côro Falado;
b. Monólogos e diálogos
c. Modelos de desenhos;
d. Jogos sociais;
e. Jogos sensoriais;
f. Jogos motores;
g. Poesias;
h. Cantos;
i. Planos de aulas de Educação Física;
j. Preleções;
k. Danças e coreografias

Entre a inclusão de uma sala de "pré-primário" em 1972, cessão do atendimento à crianças entre 7 a 12 anos em 1974, mudança de endereço em 1975 e o fim do projeto de "Parque Infantil" em 1977, as atividades acima listadas foram aplicadas às crianças da "Primeira turma" no período de interesse desta pesquisa.

[15] A "primeira turma" é uma divisão etária disposta no P.I.P.M.A.M, de 4 à 6 anos, usada nos Parques Infantis paulistas para separar as crianças e consequentemente as atividades desenvolvidas com elas.

As alterações administrativas e pedagógicas descritas neste trabalho, comparadas aos registros do livro de atas, convergem para o entendimento que o planejamento das atividades pedagógicas são próprias para um Parque Infantil até o ano de 1977, quando é criada a Escola de Pré e Ensino Básico Municipal Prefeito Manoel Aníbal Marcondes..

A extinção do P.I.P.M.A.M está intimamente relacionada à LDB/1971, que não regulamenta a oferta deste tipo de serviço público municipal e também ao movimento paulista de extinção dos Parques Infantis na década de 1970 (VINAGRE, 2009).

Inicialmente verificamos alterações significativas nos planejamentos, do P.I.P.M.A.M inaugurado em 1946, das instituições idealizadas por Mário de Andrade e Nicanor Miranda e tinha o propósito de ofertar autonomia, à instituição de 1964 que possuía atividades cronometradas para desenvolver o *"físico, intelectual, social e moral da criança através da recreação infantil"*(APMJ, ata de maio de 1971).

A premissa pedagógica pautada na autonomia das crianças se alterou, de modo que em 1971 (APMJ, 1971-1975) não é possível aferir que as crianças possuíam qualquer tipo de liberdade para brincar.

Neste ínterim, as professoras também não tinham liberdade pedagógica, visto que nas Reuniões pedagógicas mensais a Supervisora Judith Almeida Curado Arruda direcionava o que seria trabalhado pedagogicamente, elencando os temas e as atividades para cada turma, de acordo com um currículo específico até o ano de 1977, ano de sua aposentadoria.

Evidenciamos aqui que a ludicidade foi adotada em prol de sequências didáticas que favoreciam as demandas cívicas e morais impostas pela municipalidade entre os anos de 1964 e 1977.

As atividades analisadas neste trabalho foram propostas aos *parqueanos* com idade de 4 até 6 anos, entre os anos de 1964 a 1977 quando as professoras desta instituição ainda entendiam que a instituição era um *Parque Infantil.*

A análise das atividades considerou a natureza de cada uma delas e a metodologia demonstrada ainda na introdução deste trabalho, para tanto analisamo-as de acordo com esta divisão:

1. Memorização e falas
2. Modelos de desenhos, Modelos de trabalhos manuais e preleções;
3. Danças e marchas
4. Jogos

A divisão que adotamos para este trabalho considera os objetivos e a metodologia que as professoras empregavam para aplicar as atividades aos “parqueanos”, ou seja, o conjunto de propostas pedagógicas incluídas em *“Memorização e falas”* diferem, em sua prática, daquelas elencadas nos *“Jogos”*.

Foram excetuadas da análise, os planejamentos de atividades que incluem as faixas etárias pertencentes à segundas e terceiras turmas, portanto não nos dedicaremos ao aprofundamento das planejamentos concernentes à festividades e apresentações, importantes ao calendário pedagógico do P.I.P.M.A.M.

Outrossim, apesar de considerarmos que a partir do ano de 1972 houve a instalação gradual de classes de pré-primário no P.I.P.M.A.M, não foi possível relacionar a adesão da nova proposta com a alfabetização em idade pré-escolar, visto que nas atas de reuniões pedagógicas ocorridas entre os anos de 1971 até 1977 não há menção direta quanto ao planejamentos de atividades de alfabetização para os “parqueanos”.

Este recorte de documentos reduziu significativamente os esforços para entender o modo com o qual os planejamentos de atividades do Parque Infantil foram elaboradas.

Além do aspecto lúdico, a organização das propostas nos planejamentos é preponderante para entendermos os motivos pelos quais as professoras escolhiam as atividades que seriam empregadas:

3.2. Unidades de trabalho

Os indícios de uso dos planejamentos de atividades originados na década de 1950 pelo DEF-SP, foram encontrados no Livro de Atas de Reunião Pedagógicas utilizado pelas professoras do P.I.P.M.A.M entre os anos de 1971 e 1977 e, na prática, tais planejamentos foram organizados em pastas mensais através de unidades de trabalho, atualmente arquivadas no Centro de Memória de Jundiaí.

A organização em *unidades de trabalho* não foi exclusividade do P.I.P.M.A.M, sendo elaboradas pelo DEF-SP e no livro *Poesias para o Ensino Primário* de Maria Antonieta de Seixas Rossi (1957), também editado pelo *“(...)Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo”* (ROSSI, 1957, p.9).

Tratando deste assunto, Gomes e Dalben propõem que o DEF-SP foi criado em 1925 com a *“(...) função de organizar, fiscalizar e incentivar a prática de esporte no estado”*(DALBEN, 2011, p.322), integrado à *Secretaria de interior*. No ano de 1933 houve uma reestruturação administrativa nas secretarias do Estado de São Paulo, na qual o DEF-SP

teve suas atribuições brevemente transferidas para o Departamento de Educação e, no mesmo ano, o DEF-SP foi recriado sob a tutela da Secretaria da Educação e da Saúde Pública.

Ferreira (2016, p.49) afirma que o DEF-SP foi o responsável por entre tantas coisas, formar instrutores de Educação Física, professores e fazer uso da atividade física como instrumento do desenvolvimento das crianças através de:

> "(...) jogos livres, jogos organizados, exercícios físicos ,atividades ritmadas, aulas de natação, aulas de dança, dramatização, musicalização trabalhos manuais, palestras, festividades, excursões e contações de histórias, a rotina do Parque era delineada"(FERREIRA, 2016, p.49)

Neste sentido, os objetivos de ação do DEF-SP incidiram na formação de um currículo, planejamentos, atividades, formação de professores e metodologias próprias de um *Parque Infantil*.

A partir do exposto, é notável que os conceitos interessantes à este trabalho como as *Unidades trabalho* foram concebidos e divulgados pelo DEF-SP ainda na década de 1930, sendo que este departamento foi o responsável pela orientação dos planejamentos editados e publicados na década de 1950, bem como a organização pedagógica e administrativa dos Parques infantis do estado de São Paulo, inclusive o P.I.P.M.A.M.

Acerca da organização pedagógica, em reunião pedagógica de 7 de março de 1971, a Supervisora Judith Almeida Curado Arruda dissertou em reunião pedagógica:

> Deverão ser organizadas e elaboradas unidades de trabalho, isto é, segundos os ditames da pedagogia moderna. A supervisora ainda teceu comentários a respeito da organização de uma unidade de trabalho quanto ao seu conceito, planejamento e objetivos, atitudes e habilidades a serem desenvolvidas através de atividades. (APMJ, pedagógica de 7 de março de 1971).

Das *unidades de trabalho* decorrem todas as atividades que caracterizam um Parque Infantil, enfim *"(...) o programa do Parque Infantil se adaptam às unidades de trabalho."*(APMJ, pedagógica de 7 de março de 1971), ou seja, uma sequência didática pautada em temas e planejamentos trabalhados pelas professoras do P.I.P.M.A.M.

As unidades de trabalho foram elaboradas na perspectiva de favorecer a ludicidade, ou seja, os *centros de interesse* da criança.

Quanto aos *centros de interesse*, a lei nº5884 de 21 de abril de 1933, orienta que a educação infantil tem como objetivo:

> a) aperfeiçoar e ampliar os rudimentos de educação adquiridos no lar;
> b) zelar pelo crescimento físico, mediante atividades recreativas, movimentos rítmicos, educação muscular e sanitária;
> c) promover a iniciação intelectual, por meio de programa que, planejado em termos de projeto e unidades de trabalho, gire em torno

> do interesse da criança, com largo exercício sensorial e aproveitamento intenso da tendência lúdica; e
> d) promover a iniciação moral e social, apoiada numa disciplina de liberdade, auto-direção e auto-controle, de modo a criar hábitos cívicos, com a pratica das boas maneiras, da vivacidade e do auxilio mútuo. (SÃO PAULO, 1933, grifo nosso).

Neste sentido a partir do exposto na lei nº5884/1933 e pelas professoras do P.I.P.M.A.M, os *centros de interesse*, são os interesses da criança, como os jogos, brinquedos e brincadeiras que aproveitam sua *tendência lúdica* de modo utilitário, visando a "*iniciação moral e social"*, na perspectiva de criar "*hábitos cívicos, com práticas de boas maneiras"* (SÃO PAULO, 1933).

No período da Ditadura militar como podemos observar na tabela abaixo, as unidades de trabalho de fato são datas e eventos comemorativos. Era assim que o currículo e as atividades didáticas eram desenvolvidas durante o ano letivo.

Quadro 2- Unidades de trabalho

Mês		Tema
Janeiro		Não há tema elencado.[16]
Fevereiro	1	Exames biométricos.
	2	Aniversário do "Parque Infantil Prefeito Manoel Aníbal Marcondes."
	3	Renovação das matrículas, exames médicos.
Março	4	Semana nacional da biblioteca
	5	Semana dedicada aos animais.
	6	Início do outono
	7	Aniversário da revolução Redentora
Abril	8	Páscoa
	9	Dia mundial da saúde.
	10	Panamericano
	11	Dia 15 de abril conservação do solo
	12	Dia 19 de abril - Dia do índio
	13	Dia 21 de abril - Tiradentes

[16] Mês dedicado a aferição de registros médicos.

	14	Dia 22 de abril- Descobrimento do Brasil
Maio	15	Dia 1º de maio-Dia do trabalho
	16	Segundo domingo do mês - dia das mães
	17	Dia 13 de maio - Abolição da escravatura
	18	De 14 a 20 de maio- Semana educativa do trânsito
	19	Dia 23 de maio - Dia do soldado constitucionalista
	20	Semana da Formiga Cortadeira.
Junho	21	Dia 9 de junho - Dia de Anchieta
	22	Festas juninas.
	23	Campanha educativa contra incêndio.
	24	Início do Inverno
	25	Dia do pescador
Julho	26	Dia 9 de julho - Revolução de 9 de julho.
Agosto	27	Semana do Folclore.
	28	Padroeira de Jundiaí.
	29	De 19 a 25 de agosto - Dia do Soldado (Homenagem a Caxias).
	30	2° Domingo do mês de agosto: Dia dos Pais.
Setembro	31	Semana da Pátria
	32	Dia 7 de setembro - Independência do Brasil.
	33	Dia 21 de setembro - Dia da árvore
	34	Dia 22 de setembro - Início da primavera
	35	Semana dos bons dentes.
Outubro	36	Semana do livro
	37	Dia 4 de outubro - dia da proteção aos animais.
	38	Dia 12 de outubro - Dia da Raça e do descobrimento da América;
	39	Dia 15 de outubro - Dia do professor e Semana da criança
	40	Dia 18 de outubro - Desarmamento Infantil.
	41	De 18 até 21 de outubro - Semana da ASA

Novembro	42	Dia 15 de novembro- Proclamação da República
	43	Dia 19 de novembro- Dia da Bandeira
	44	Dia 22 de novembro - Aniversário da morte do patrono
	45	Dia 28 de novembro - dia da ação de graças
Dezembro	46	De 7 até 13 de dezembro - semana da marinha
	47	De 8 até 23 de dezembro - semana das boas ações
	48	Dia 10 de dezembro - Dia do patrono
	49	Dia 16 de dezembro - Festa de despedida e encerramento ano letivo
	50	DIa 25 de dezembro - Natal
Fonte: "Livro de atas de reunião pedagógica" (APMJ 1971-1975), Atividades (APMJ Prefeitura Municipal) Parque Infantil Pref. Manoel A. Marcondes Planejamento de Atividades (década 1960) e Rossi(Opcit).		

Após a análise das fontes é correto afirmar que a partir das contribuições do DEF-SP na elaboração dos planejamentos das atividades, tiveram um índice temático básico que foi alterado no decorrer dos anos.

Neste sentido, a partir do cruzamento de informações presentes no Livro *Poesias para o Ensino Primário* de Rossi (1957), Planejamentos de atividades e o Livro de Atas de Reunião pedagógicas (APMJ- 1971-1977), foi possível verificar que os temas *Desarmamento Infantil, Semana da ASA, Dia de ação de Graças, Semana dos bons dentes* e *Aniversário da Revolução redentora* não fizeram parte dos planejamentos originais do DEF-SP de 1930.

Ao avaliar as justificativas para a inclusão destes *temas* pelas professoras do P.I.P.M.A.M no planejamento de atividades encontram-se duas origens, além do DEF-SP. A primeira é a obrigatoriedade advinda da legislação, municipal, estadual ou federal, por exemplo o *Dia de ação de graças*, trabalhado em novembro, e criado por meio da Lei Federal de nº781 de 17/08/1949 e que continuou em vigor.

Na mesma linha da obrigatoriedade advinda por legislação, o *tema* Dia dos Pescador instituído pela municipalidade no intuito de atender a Lei Estadual Nº 3854 de 22 de maio de 1957 que em seu artigo 2º promulga:

> **Artigo 2.º** - Fica atribuído à Federação dos Pescadores do Estado de São Paulo, o encargo de com a Divisão de Caça e Pesca, do Departamento de Produção Animal, da Secretaria da Agricultura, organizar o programa de festividade para a cidade de Santos e as do interior do Estado.(SÃO PAULO, LEI N. 3.854, DE 22 DE MAIO DE 1957).

A segunda, é pautada pela *tradição escolar e social* que permite a inclusão e permanência de tópicos considerados interessantes aos propósitos pedagógicos do P.I.P.M.A.M, como o *Dia do Patrono,* a *Semana dos bons dentes, a Semana da ASA, o Desarmamento infantil e a Revolução Redentora*.

Para Pérez Gómez:

> As tradições, os costumes, as rotinas, os rituais e as inércias que a escola estimula e se esforça em conservar e reproduzir condicionam claramente o tipo de vida que nela se desenvolve e reforçam a vigência de valores, de expectativas e crenças ligadas à vida social dos grupos que constituem a instituição escolar. (2001, p. 132).

Considerando a afirmação de Pérez Gómez (OpCit), as tradições são expressas nos planejamentos de atividades e ações do cotidiano do P.I.P.M.A.M e conservam aspectos do projeto inicial do Parque Infantil, reforçando-se em sistemas de pensamento e organização escolares.

À exemplo disto, com a Semana dos bons dentes e a Semana da ASA, é possível verificar que a *tradição escolar* remonta o início do serviço de Parque Infantil na cidade de São Paulo na década de 1930, no qual as professoras deveriam *"(...)auxiliar o médico e o dentista nos seus serviços especializados"* (FARIA, 1999, p.89) e *"(...) fazer um livro apropriado, a matrícula das crianças, encaminhando-as em seguida ao médico, a fim de serem preenchidas as diferentes fichas"* (FARIA, 1999, p.83), bem como a tradição de colaborar com temas interessantes à classe política como o Dia da *Revolução Redentora*, adicionado após 1964, no intento de cultivar nas crianças aspectos morais e cíveis.

Ao contrário dos *temas* originados pelo "(...)Departamento de Educação de São Paulo" (ROSSI, 1957, p.9) que são abundantes em planejamentos de atividades pedagógicas, os originados pela *legislação e ou tradição escolar* possuem poucos planejamentos de atividades que comprovem sua importância e aplicabilidade à proposta pedagógica do P.I.P.M.A.M para a *primeira turma*.

Em Jundiaí*, as unidades de trabalho,* propuseram formar nas crianças a: Moralidade, o certo e o errado que estiveram presentes em todas as atividades pedagógicas entre os anos de 1964 e 1977, inseridos *"(...)no aspecto lúdico, nas brincadeiras, nos jogos tradicionais infantis; e os objetivos oficiais dessas escolas populares de saúde e alegria eram educação moral, higiênica e estética"*.(FARIA 1957, p.89).

Com os temas consolidados em um currículo ideal, as professoras do P.I.P.M.A.M não foram as responsáveis pela inserção de conteúdos interessantes à sua realidade em seus planejamentos.

Ao invés disso, a partir da análise dos planejamentos das atividades, é possível destacar que elas seguiram um currículo desenvolvido pelo DEF-SP nos primórdios do projeto de Parque Infantil, da década de 1930 até 1950, e apresentados às professoras através de reuniões pedagógicas nas quais eram orientadas a compor seus planos de aula por meio das atividades previamente aprovadas pela supervisora do P.I.P.M.A.M.

Neste ínterim, é possível inferir que no P.I.P.M.A.M, durante as décadas de 1960 e 1970, os *conceitos de unidades de trabalhos*, para além de orientar o trabalho a ser desenvolvido, objetivaram impossibilitar alterações ou escolhas pedagógicas em sua organização, evitando-se a autonomia dos professores no cotidiano escolar.

A partir das análises, considerou-se que os temas selecionados na década de 1960 e 1970 no P.I.P.M.A.M favoreceram a manutenção de valores morais, éticos e higiênicos que eram caros ao corpo político e à sociedade jundiaiense no período da Ditadura Militar, neste sentido, a permanência destes temas geradores e as parcas inclusões visaram fomentar a adesão e consolidação ao projeto político que se iniciou em 1964.

Outra questão relevante relacionada à ausência de inclusão de *temas e unidades de trabalho* pela equipe pedagógica do P.I.P.M.A.M é a falta de atualização dos planejamentos das atividades para aplicação durante o ano letivo.

Ao contrário das escassas inclusões de temas geradores ocorridas nos anos 1960 e 1970 de acordo com o interesse de grupos políticos e da municipalidade, a falta de atualização dos planejamentos de atividades está relacionada à extinção do DEF-SP em 1954, bem como a ausência de políticas públicas segmentadas para a educação infantil na forma da Lei de Diretrizes e Bases de 1961 e da Lei de Diretrizes e Bases de 1971.

Enfim, com o DEF-SP fora de cena em 1954 e a falta de fontes para atualização das atividades pedagógicas, não houve fontes de financiamento para a manutenção da estrutura pedagógica do modelo pedagógico de Parque Infantil.

Neste caso, os planejamentos de atividades que foram utilizados para a elaboração de planos de aulas pararam de chegar no P.I.P.M.A.M na década de 1950, sendo que compêndio de planejamentos de atividades, analisados neste trabalho, foram oficialmente utilizados até meados de 1977 e paulatinamente descontinuados até meados de 1981, à medida que o projeto

de pré-escola com características de antecipação de alfabetização ganhava força no município de Jundiaí.

Os planejamentos de atividades analisados nesta pesquisa, foram utilizados no P.I.P.M.A.M entre 1964 e 1981 pela 1ª turma, os resultados encontrados serão expostos a seguir.

3.3 Explorando a oralidade e a memorização: O Coro Falado, Monólogos e Diálogos, Poesias, Cantos e Preleções

Segundo as reuniões pedagógicas ocorridas no P.I.P.M.A.M entre os anos de 1971 e 1977, os planejamentos de atividades denominadas *coro falado, monólogos e diálogos, poesias, cantos e preleções,* foram incluídas na rotina pedagógica, na qual as professoras foram orientadas a avaliar seus usos por intermédio de 2 caracterísitcas que objetivavam desenvolver em seus educandos: Oralidade e memorização, pautando ganhos para o vocabulário e moralização.

No planejamento do P.I.P.M.A.M, as atividades enquadradas como coro falado, monólogos e diálogos, poesias, cantos e preleções, diferenciavam-se, sendo definidas deste modo:

Coro falado, monólogos, diálogos, poesias e cantos: São constituídos de atividades que consistem em uma pessoa ou *"(...)num grupo de vozes recitando uma poesia, um canto, ou um trecho de uma obra(...)"*. (APMJ, reunião de 3 de junho de 1972), com o objetivo de ensinar a criança *"(...)a apreciar o belo, através do conteúdo e ritmo das rimas, despertando o gosto pela boa expressão(...)"*, bem como o desenvolver a*"(...) linguagem oral, treino da memória, estudo de biografias, desenvolvimento do senso poético"*. (APMJ, reunião de 4 de agosto de 1973).

Preleção: É a pedra angular dos planejamentos, sendo que todas as demais atividades derivam de seus conteúdos. Neste ínterim, as preleções são textos com conteúdos referentes aos temas, de acesso exclusivo das professoras, com o objetivo de informá-las acerca daquilo que iriam trabalhar com seus alunos, fundamentando as pequenas palestras temáticas que serviam de contextualização para as demais atividades.

Em suma, é correto afirmar que para cada tema, há pelo menos uma preleção. O mesmo não pode ser dito em relação às outras atividades pedagógicas que podem variar em quantidade, de acordo com a temática trabalhada e sua origem (DEF-SP, legislação e tradição escolar).

Deste modo, em reunião do dia 3 de junho de 1972, a justificativa para a aplicação das atividades focadas no aprimoramento da oralidade e memorização foram pautadas através da tradição presente na Grécia Antiga que, para os gregos significava memorizar as histórias sagradas e para as "(...)*a transmissão dos costumes e tradições"*(APMJ,197-1977, reunião de 3 de junho de 1972).

No que diz respeito *"à transmissão dos costumes e tradições"* presentes em *nas atividades de oralidade e memorização*, a supervisora Judith indica que *"(...)Bouquillon fez uso para evitar com que os pobres gastassem seu tempo com passatempos duvidosos"*, e são próprias para *"(...)componentes de qualquer classe social."(*APMJ, 1971-1977, ata de 8 de agosto de 1972) e, têm nos seus conteúdos temáticos, o interesse em fomentar nos *parqueanos* comportamentos adequados, higiênicos, religiosidade católica, amor à pátria, formação do sentimento de nação, comumente associados à Educação Moral e Cívica.

Na elaboração de tais apontamentos em reuniões pedagógicas ocorridas no início da década de 1970, é factível que as professoras do Parque Infantil de Jundiaí tinham uma percepção específica acerca do grupo de alunos que compunham seu corpo discente.

Esta percepção é inferida em situações textuais em diferentes reuniões, primeiramente, ao citar Bouquillon, que Segundo Unglaub (2009,p.106), foi um professor de música francês que *"(...) procurou trazer mensagens e tentar incutir comportamentos nos seus praticantes e espectadores, tornando-se útil instrumento para objetivos sociais e político-ideológicos"*, portanto a música, bem como as atividades citadas neste trabalho, seriam interessantes aos alunos do Parque Infantil, na medida em que proporcionaram aos *parqueanos,* conhecimentos, comportamentos e habilidades considerados adequados na sociedade em que estavam vivendo.

A premissa era de que os *parqueanos,* no seio de suas famílias, não teriam oportunidade de aprender a falar corretamente, apresentar discursos coerentes e ideologias políticas condizentes com aquilo que era considerado ideal.

A oralidade e a memorização, importantes à recitação, ao cantor e ao falar, foram implementados através de conteúdos advindos de temas, estes com conceitos e sentidos que propagavam o conceito de belo, bom, honestidade, higiene moral e física.

No contexto de um tema gerador, uma poesia não seria apresentada ao aluno unicamente pelos sons de suas rimas ao serem ditas, mas para além desta característica, há a obrigatoriedade de haver uma mensagem ou moral valiosa à infância.

É desta obrigatoriedade que surgem os objetivos próprios para um Parque Infantil na década de 1970, pois, possibilitaria à criança a aquisição de novos valores e padrões de

comportamento como *"(...) a destituição de vícios e defeitos na articulação como a choramingação, gritaria e os guinchos. Alimentos anti-higienenicos: (...) falta de higiene bucal". (*APMJ, 1971-1977 , ata de 8 de agosto de 1972), bem como o *"enriquecimento da linguagem infantil"* através da *"(...)a) Califasia,(...) b) Califonia,(...) c) Calirritmia(...)"*(APMJ, 1971-1977 , ata de 3 de junho de 1972).

Numa perspectiva higienista e compensatória, ao identificar os aspectos deficitários nas habilidades das crianças e as habilidades necessárias, as professoras do P.I.P.M.A.M empregavam técnicas que envolviam desde o reconhecimento de uma obra valorosa, bem como a alimentação, correta pronúncia das palavras, higiene bucal, o ritmo empregado e até mesmo a elegância na utilização palavras, tudo isso em uma perspectiva lúdica na qual o *parqueano* poderia aprender brincando.

O conjunto de orientações prestadas durante as reuniões do P.I.P.M.A.M corrobora a ideia que as famílias e os *parqueanos,* eram entendidos como pessoas em situação de vulnerabilidade material, intelectual, moral e ideológica e que precisavam de habilidades para a vida que viria após o Parque Infantil: A vida escolar do primário.

Com seu público alvo e as necessidades definidas, o planejamento das atividades foram desenhados no sentido de suprir tais deficiências, na qual o lema *Educar, Recrear e Assistir* ganhou contornos próprios do contexto de Jundiaí da década de 1970.

Para além da assistência, no caso do conjunto de atividades incluídas neste trabalho em *oralidade e memorização,* é possível destacar que a forma e os conteúdos dos planejamentos de atividades serviram de suporte para o objetivo de inculcar nos alunos, os valores que faltavam em suas famílias e antecipar importantes habilidades.

No intento de explorar a oralidade e a memorização para atingir os objetivos almejados, havia a necessidade de selecionar as atividades que seriam apresentados às crianças, partindo dos temas geradores e do *centro de interesse* da criança.

Para se enquadrar, os *coros falados, monólogos e diálogos, poesias, cantos,* ideais conteriam *"a) um elemento lírico; b) humor fino; c) um elemento narrativo, d) diálogo, e) sons onomatopaicos; f) ação, movimento (APMJ, 1946-1977 , ata de 4 de agosto de 1973),* bem como ser *"(...) claro e capaz de transmitir mensagens de amor, beleza, civismo, dentro da capacidade de entendimento da criança. (APMJ, 1946-1977 , ata de 8 de agosto de 1972)"* e também*:*

> "(...) despertar e transportar seu pensamento para regiões conhecidas, desconhecidas e maravilhosas. É dar asas à imaginação e além de tudo é o principal fator de cultura histórica, moral , cívica e religiosa.
>
> Sempre narra o triunfo do bom, belo e justo (...)histórias verdadeiras, patrióticas. *(APMJ, 1946-1977 , ata de 5 de maio de 1975).*

Quanto ao ato de selecionar e como fazer a seleção dos *coros falados, monólogos e diálogos, poesias, cantos e preleções,* da década de 1950 e utilizadas na década de 1970 no P.I.P.M.A.M, há indício de que não apenas pelo caráter recreativo que um texto seria escolhido e apresentado aos *parqueanos*, mas principalmente pelos valores expressos em seus conteúdos.

A preocupação das professoras estava centrada em apresentar às crianças conteúdos fáceis de serem interpretados, em narrativas nas quais os modelos ideais eram representantes da vitória, verdade e bons costumes, ao inverso disso, os modelos que divergiam deste padrão ideal eram alvo de desmoralização e acentuada caracterização estereotipada.

Notadamente, não havia conteúdos que apresentavam culturas e acontecimentos históricos com uma perspectiva diferente do homem branco e europeu.

A partir do *tema* incluso nas atividades voltadas para o enriquecimento da oralidade, toda a *unidade de trabalho* é apresentada ao *parqueano*, imbuídas de linhas interpretativas similares, não propondo elementos para a formação de habilidades ou conscientização quanto ao respeito às outras culturas ou de classe.

Nos idos anos da ditadura militar no qual funcionou o P.I.P.M.A.M, a proposta de ofertar uma educação compensatória com objetivo de sanar as necessidades identificadas pelas professoras fomentou os planejamentos de atividades.

Como apontado anteriormente, na década de 1970, as atividades que eram oferecidas às crianças não pretendiam apenas recreá-las no tempo que elas estivessem ociosas, mas foram fundamentais no processo de antecipação da vida escolar.

No contexto de antecipação da escolarização, as professoras do P.I.P.M.A.M incorporaram práticas pedagógicas de escolas regulares ao seu planejamento pedagógico e organizaram sua rotina pedagógica no formato de aulas no intento de favorecer situações que permitissem ao aluno adquirir conhecimento e entretenimento, alinhados às ideias políticas do momento.

Isto posto, quanto à metodologia de aplicação do *coro falado, monólogos e diálogos, poesias, cantos e preleções,* a superrvisora Judith dedicou parte significativa das reuniões pedagógicas às orientações acerca da correta aplicação dos mesmos aos *parqueanos*, de modo que no momento que fossem expor a leitura de algum planejamento aos alunos deveriam efetuar a:

> "(...) leitura completa com dicção impecável, expressividade, de maneira a predispô-las favoravelmente ao sentimento e à emoção levando as crianças a compreensão dos sentidos dos versos. Sempre deve estar de pé , seus gestos de censura devem ser precisos "(APMJ, 1971-1977 , ata de 4 de agosto de 1973).

Não obstante os avisos acerca da leitura advertem que a *"(...)narradora deverá se valer de entonação de voz, mímica e jogos faciais capazes de despertar a atenção até dos mais dispersos(...)"(APMJ, 1971-1977 , ata de 5 de maio de 1975)* .

Na década de 1970, o processo formativo das professoras do P.I.P.M.A.M era fomentado na própria instituição, era intenso e as colocações da supervisora acerca do modo correto da leitura evocavam o projeto de escola que estava em curso.

Ao analisar as fontes disponíveis, é presumível que a instituição da década de 1970 havia se distanciado do Projeto de Parque Infantil dos anos 1930 descrito por outros autores, visto que a configuração postural da professora que deveria "*estar de pé*", falando artisticamente, explicitando as interpretações possíveis de um texto ou história, destacando a ação da mesma em relação aos *parqueanos*, na medida dos mesmos não terem autonomia para brincar livremente, tornando implícita a sua disposição de uma aula com viés tradicional.

Afinal, nesta aula ideal, como deveriam estar os *parqueanos*?

Como elemento fundamental e centralidade no êxito dos planejamentos, é possível destacar que a prática pedagógica da professora determina o comportamento dos alunos, visto que a mesma era responsável por entreter, com sua leitura teatral, com gestos de censura, integrando os *parqueanos* mais dispersos.

No momento da leitura, o comportamento ideal do *parqueano* era estar sentado, em silêncio para ouvir aquilo que estava sendo ensinado e atento às palavras da professora que da qual decorrem a *"(...)moral que deverá ser <u>tirada</u> pelas crianças e depois sugerida pela narradora"(APMJ, 1971-1977 , ata de 5 de maio de 1975).*

Portanto, o único indicativo de possibilidade de participação da criança é posto, na qual a interpretação da mesma nada mais é do que o reflexo do esforço leitor de sua professora. Sendo que na possibilidade de divergência da interpretação do *parqueano* em relação à professora, a criança seria corrigida, após a exposição da moral correta.

O momento da leitura das atividades preconizava a modelização de comportamentos que não figuravam unicamente na postura, mas também nos pensamentos das crianças e professoras.

Ao propor estas atividades, com temáticas e métricas próprias para a criança , as professoras do P.I.P.M.A.M consideraram que há a possibilidade de integrar os *parqueanos* da mais tenra idade à proposta de civismo, evidenciando inclusive as metodologias que seriam empregadas durante as atividades, aproximando a proposta de Parque Infantil, à uma proposta de escola regular.

Na década de 1970 o P.I.P.M.A.M, imerso em um contexto de incerteza quanto à sua existência, visto que as pré-escolas e turmas de alfabetização isoladas foram implementadas no período, reformulou seu projeto pedagógico numa perspectiva de ser útil às preocupações da sociedade no período, de modo que antes se tornar oficialmente uma pré-escola, começou a incluir atividades próprias de uma em seus planejamentos.

Nesta proposta pedagógica, o conjunto de atividades exploravam a oralidade e a memória, tenderam a projetar nas palavras elementos que possibilitassem suprimir as carências morais e higiênicas, ao mesmo tempo que eram desenvolvidas habilidades necessárias ao pré-primário, bem como à vida adulta.

Ao se expressar oralmente, cantar, declamar e recitar, o *parqueano* estava sujeito à disciplina do corpo e da mente. A disciplina do corpo para a criança que deveria ser obediente e aprendia a usar higienicamente sua oralidade. A disciplina da mente ao repetirem as interpretações das morais presentes nas aulas e nos textos das atividades que exploravam a oralidade e a memória.

As professoras estavam incluídas nesta perspectiva ao serem apresentadas e orientadas ao modo modo correto de lecionar, aprender e planejar. Tanto na postura ereta, dicção, escolha das atividades e a aplicação de um método, durante a década de 1970 o primeiro Parque Infantil de Jundiaí já não permitia o brincar livre, mas os planejamentos das professoras indicam que há notável adoção de um modelo pré-escolar que tem como meta a antecipação da escolarização coadunada com jogos, brinquedos e brincadeiras, em um modelo compensatório.

Para além da higiene moral e física dos alunos, a imagem de uma pretensa liberdade didática é desfeita quando o P.I.P.M.A.M encontrou-se alinhado à proposta pedagógica de uma pré-escola, ao regime da ditadura Militar e ao contexto social do período, neste sentido as atividades *"(...)apesar de se apresentarem como métodos inovadores, expunham em muitos casos exercícios decorativos com nova roupagem"* (FILGUEIRAS, 2006, p.189)

Quadro 3 – Memorizações e falas : “côros falados, monólogos e diálogos, poesias, cantos				
	Título	Nome	Forma de registro	Mês
1	Os animais	Poesias	Manuscrito	Março
2	Os burrinhos sábios	Poesias	Manuscrito	Março
3	O leão e o camundongo	Poesias	Manuscrito	Março
4	O ideal de um ratinho	Poesias	Manuscrito	Março
5	Travessura de um macaco	Poesias	Manuscrito	Março
6	O caso das orelhas do burro	Poesias	Manuscrito	Março
7	O bichano n°1	Poesias	Manuscrito	Março
8	Setim	Poesias	Manuscrito	Março
9	Tição, o Burrinho	Poesias	Manuscrito	Março
10	O bichano n°2	Poesias	Manuscrito	Março
11	O sapo	Poesias	Manuscrito	Março
12	Os animais	Poesias	Manuscrito	Março
13	Totó	Poesias	Manuscrito	Março
14	O gato	Poesias	Manuscrito	Março
15	Amigo fiel	Poesias	Manuscrito	Março
16	Vozes dos animais	Poesias	Manuscrito	Março
17	Festa dos animais	Diálogos	Manuscrito	Março
18	Rinháunhaú	Monólogo	Manuscrito	Março
19	As Américas	Poesias	Manuscrito	Abril
20	Panamericanismo	Poesias	Manuscrito	Abril
21	Vultos Americanos	Poesias	Manuscrito	Abril
22	14 de abril	Poesias	Manuscrito	Abril
23	Saudação das Américas	Poesias	Manuscrito	Abril
24	Caramurú	Poesias	Manuscrito	Abril
25	Dia Pan americano	Coro Falado	Manuscrito	Abril

26	Deus Salve a América	Canção	Manuscrito	Abril
27	Terra do Amor	Canção	Manuscrito	Abril
28	Verdes mares e floresta	Canção	Manuscrito	Abril
29	Lindos campos	Canção	Manuscrito	Abril
30	Berço da amizade	Canção	Manuscrito	Abril
31	Do altar	Canção	Manuscrito	Abril
32	1º de maio	Poesias	Manuscrito	Maio
33	Festa do trabalho	Poesias	Manuscrito	Maio
34	O trabalho	Poesias	Manuscrito	Maio
35	Meu trabalho	Poesias	Manuscrito	Maio
36	Brincar de Trabalhar	Poesias	Manuscrito	Maio
37	Oração do lavrado	Poesias	Manuscrito	Maio
38	A oficina	Poesias	Manuscrito	Maio
39	Duas virtudes	Poesias	Manuscrito	Maio
40	Ao trabalho	Poesias	Manuscrito	Maio
41	Benção do trabalhador Brasileiro	Poesias	Manuscrito	Maio
42	O Operário	Monólogo	Manuscrito	Maio
43	Quadrinhas	Poesias	Manuscrito	Maio
44	Dia das mães	Poesias	Manuscrito	Maio
45	O dia da mães	Poesias	Manuscrito	Maio
46	Mãe nº 1	Poesias	Manuscrito	Maio
47	Mãe nº2	Poesias	Manuscrito	Maio
48	Mãe nº3	Poesias	Manuscrito	Maio
49	Mãe nº4	Poesias	Manuscrito	Maio
50	Nos anos da mamãe	Monólogo	Impresso	Maio
51	São Paulo	Poesias	Manuscrito	Julho
52	Os bandeirantes	Poesias	Manuscrito	Julho

53	7 de setembro	Monólogo	Manuscrito	Setembro
54	Sete de setembro	Monólogo	Manuscrito	Setembro
55	Dia da Pátria	Poesias	Manuscrito	Setembro
56	A pátria	Poesias	Manuscrito	Setembro
57	O Brasil	Poesias	Manuscrito	Setembro
58	Meu Brasil	Coro Falado	Manuscrito	Setembro
59	AS flores	Monólogo	Manuscrito	Setembro
60	As ortigas	Monólogo	Manuscrito	Setembro
61	Pela Pátria	Canção	Manuscrito	Setembro
62	O Brasil é bom	Canção	Impresso	Setembro
63	Oração à Bandeira	Poesias	Manuscrito	Novembro
64	A República	Poesias	Manuscrito	Novembro
65	Marechal Deodoro	Poesias	Manuscrito	Novembro
66	Velho Imperador	Poesias	Manuscrito	Novembro
67	Feriado Nacional	Poesias	Manuscrito	Novembro
68	15 de novembro	Poesias	Manuscrito	Novembro
69	Sou filho do Brasil	Poesias	Manuscrito	Novembro
70	A proclamação da República	Poesias	Manuscrito	Novembro
71	Salve 15 de novembro	Poesias	Manuscrito	Novembro
72	Hoje é 15 de novembro	Poesias	Manuscrito	Novembro
73	Hino Nacional	Hinos/ Canção	Recorte de Revista	Novembro
73	Hino da Proclamação da República	Hinos/ Canção	Recorte de Revista	Novembro
75	Pela pátria	Cantos	Manuscrito	Novembro
76	Canção da bandeira	Cantos	Manuscrito	Novembro
Fonte composta por informações presentes nas pastas de atividades mensais e no livro de Rossi (Opcit).				

Apesar de haver diversos autores, uma autora tem maior destaque ante outros, esta é a professora Maria Antonieta de Seixas Rossi. Existe uma hipótese acerca da preferência desta

autora em detrimento aos demais, verificamos que o livro "Poesias para o ensino Primário"(ROSSI, 1957) concentra um grande número de atividades e estas foram transcritas, pois este é um livro dedicado às crianças que frequentaram os Parques Infantis paulistas, com versos e temáticas próprias para a idade.

Esta publicação ganha contornos de publicação de relevância e oficial, a partir do momento em que é referenciado por Máximo de Moura Santos e seu financiamento se deu através das "*Campanhas Pedagógicas idealizadas pelo Departamento de Educação de São Paulo"*, possuindo penetração nas instituições voltadas para educação de crianças pequenas, incluindo o Parques Infantis.

Outro aspecto preponderante para a verificação da utilização deste livro no P.I.P.M.A.M é a coadunação de temas elencados na publicação "Poesias para o Ensino Primário" de Rossi(OpCit) e os temas apresentados no "Livro de Atas de Reunião Pedagógicas"(APMJ-1971- 1977).

E não apenas nos métodos de aplicação às primeiras turmas, as temáticas presentes nas atividades de "Memorização e Falas" evocam valores considerados necessários aos alunos da "primeira turma".

No intento de exemplificar as proposições presentes na publicação da professora Maria Antonieta de Seixas Rossi (*OpCit*), destacamos as poesias abaixo que exprimem as ideias que são recorrentes nas atividades reunidas em "Memorização e falas".

Memorização e fala em destaque 1:

> As Américas
>
> Sou da Classe a menor,
> Mas vim aqui recitar
> sobre 14 de abril
> Quero esses versos falar
>
> Sou pequena brasileira
> Deste país sem rival
> Pertencente a América
> Continente colossal
>
> Por um tratado soberbo
> Nas América assinado
> O continente americano
> Será livre e respeitado
>
> Por isso, neste recinto,
> Estamos mui jubilosas
> Para saudar entre risos
> As américas gloriosas. (ROSSI, *OpCit*, p.210)

Memorização e fala em destaque 2:

A desatenciosa
Certo dia uma professôra,
Numa aula de história,
Ensinava que caxias
Cobriu a Pátria de glória.

Falava entusiasmada
sôbre o Duque valente
Que defendeu sua terra
Lutando ardorosamente

Luizinha, uma pequena
Marota e buliçosa,
Durante a explicação
Estava desatenciosa.

Diz, a mestra de repente,
Com viva entonação:
-Diga-me qual foi o Duque
Que defendeu a nação?

Pêga, assim no flagrante,
Pensa.... Pensa… a Luizinha
E responde gaguejando:
Foi o Duque de Caixinha.

A classe, nesse instante,
Dá uma risada estrondosa.
Luizinha, desconcentrada,
Jura ser mais atenciosa. (ROSSI, *OpCit*, p.210)

Memorização e fala em destaque 3:

Dia do trabalho.
Estou contente, é verdade.
Digo isto com fervor
Por isso vim dizer o meu versinho
Com vivas ao trabalhador

Hoje aqui em nossa escola
Reina grande animação
Pois festeja-se o trabalho
Que enriquece a nação

Todo homem que trabalha
Da sorte não se maldiz
é por todos respeitado
Vive contente e feliz. (ROSSI, *OpCit*, p.160)

Memorização e fala em destaque 4:

Os Bandeirantes

Sertão adentro, entraram as bandeiras.
Transpondo serras e rios caudalosos
Palmilhando as terras brasileiras
Partiam as bandeiras corajosas

Enfrentavam, sem o temor da morte
Índios, feras e as fortes sezões

Lutaram contra os rigores da sorte
Esses desbravadores do sertão

Empunhando bandeiras imponentes
Foram, esses audazes pioneiros
Fundadores de vilas fluorescentes
Em todos os estados brasileiros

Aos bandeirantes, por seu heroísmo
Cantemos este poema de glória
Prestemos este culto de civismo
Aos imortais heróis de nossa história. (ROSSI, *OpCit*)

Memorização e fala em destaque 5:

O Brasil é bom

O Brasil é bom
O Brasil é mesmo bom
é mesmo, o Brasil é tudo
o que há de bom na terra
venham todos ao Brasil
que é muito bom
oh meu Deus, que país!
este meu Brasil
que Deus proteja o meu Brasil
tão grande e bom
Deus o faça bem feliz (ROSSI, *OpCit*)

Nos planejamentos que exploraram a oralidade e a memorização elencadas como 1, 2, 3, 4 e 5, têm em seus versos a intenção de transmitir às crianças valores considerados essenciais para os alunos do P.I.P.M.A.M, relacionados à *moral e ao civismo*.

Nos planejamentos destacados em 1 e 5, com os respectivos títulos *"As Américas" e "O Brasil é bom"*, resgatam o sentimento de pertencimento e soberania de uma região específica: As *"Américas" e o "Brasil"*.

No contexto de aplicação das atividades é interessante perceber que quando as "Américas" são apresentadas, há a ideia de liberdade garantida por um contrato efetivado pelos Estados Unidos da América, que supostamente protegiam a América Latina da invasão soviética.

Com o "Brasil é bom", percebemos a necessidade de valorização da nação, destacando como viver nesta terra traz vantagens, pois *"é bom"*, há forte menção religiosa quando há uma prece direta à *"Deus"* para que proteja o Brasil e "*faça bem feliz"*.

Nos planejamentos destacados em 2 e 3, com os títulos *"A desatenciosa" e "Dia do trabalho"*, há a evidente intenção de desenvolver hábitos considerados adequados e saudáveis.

Nos casos específicos, encontramos a *"Luizinha"* que é motivo de chacota em turma,

afinal não estava focada nas proposições da professora, logo para evitar ser exposto é necessário prestar atenção para não cometer erros.

No *"Dia do Trabalho"* há a glorificação do trabalho e as benesses que ele traz para a nação, pois *"enriquece"* e aquele que trabalha *"Vive contente e feliz"*.

No planejamento destacado como 4 e com o título *"Os Bandeirantes"*, há forte apelo ao caráter heróico que estes vultos supostamente desempenharam durante os anos que as bandeiras ocorreram.

No contexto da obra, com os versos *"Enfrentavam, sem o temor da morte; Índios, feras e as fortes sezões"* (ROSSI, 1957), fica evidente o caráter civilizatório atribuído aos bandeirantes em oposição aos povos indígenas que são comparados às feras.

Neste sentido, os bandeirantes trazem a civilização consigo, pois são *"Fundadores de vilas fluorescentes; Em todos os estados brasileiros"*, não obstante é justo que *"(...)por seu heroísmo; Cantemos este poema de glória; Prestemos este culto de civismo"*(ROSSI, 1957).

A reverência aos heróis nacionais, são utilizados sempre que são elencados valores considerados importantes como a coragem e remetem ao mito da origem e só sentimento de nação que não têm raízes africanas ou indígenas, são unicamente brancos, portugueses.

Os versos presentes nos planejamentos 1, 2, 3, 4 e 5, organizados em sistemas de atitudes e metodologias próprias de um pré-primário entre os anos de 1964 e 1977, afastando-se do modelo de Parque Infantil idealizado por Mário de Andrade na década de 30.

As atividades do P.I.P.M.A.M. se aproximam da proposta pedagógica presente em outras instituições escolares, para Plácido(2014, p.14) a educação se tornou um elemento estratégico na modalização de comportamentos e pensamentos ideais para um cidadão, englobando o civismo e a religiosidade.

Nas atividades que privilegiam a oralidade e a memorização, verifica-se mais correlações compatíveis com valores morais e cívicos que Correia(2007) aborda em seu trabalho, resumidamente a proposição de atividades:

> (...) tinha a pretensão de inculcar na mente dos educandos o "(...) conceito de nação, pátria, integração nacional, tradição, lei, trabalho, datas cíveis e religiosidade tornaram-se imprescindíveis das atividades didática-pedagógicas escolares, todas associadas às ideais de educação moral, civismo, patriotismo e amor a pátria. (CORREIA, 2007, p.492)

Apesar do grande acervo de atividades reunidas nestes planejamentos, da disponibilidade de versos, monólogos e diálogos variados, as temáticas abordadas voltam-se para comportamentos adequados, higiênicos, religiosidade declaradamente católica, amor à

pátria, formação do sentimento de nação, comumente associado à Educação Moral e Cívica.

Fernandes (2009) indica que com a urgência de corrigir as gerações que poderiam ser degeneradas, sem religião correta para professar e na iminência de afastar os adeptos do comunismo, as escolas adotaram programas curriculares que procuraram fomentar o desenvolvimento de um Brasil grandioso, pautado no Slogan: *"Brasil ame-o ou deixe-o"*.

Quanto à metodologia empregada na prática pedagógica, encontramos no "Livro de atas de Reunião Pedagógicas"(APMJ 1971-1977), que devido à natureza da instituição estar centrada no modelo de "Parque Infantil", apresentar-se como um recanto da liberdade de cátedra e de aprendizagem, contraditoriamente à isto, esta instituição, no período de interesse deste trabalho, já se encontra alinhada ao Regime da ditadura Militar e assim como outras instituições pelo Brasil, *"(...)apesar de se apresentarem como métodos inovadores, expunham em muitos casos exercícios decorativos com nova roupagem"*(FILGUEIRAS, 2006, p.189)

3.3.1 Preleção

No planejamento do P.I.P.M.A.M. a *preleção* tem um papel de destaque nas atividades do Parque Infantil visto que este material é a única fonte de acesso à conteúdos para a introdução de uma "Unidade de trabalho".

Assim como os temas, a construção das atividades denominadas como *preleção* foram desenvolvidas paulatinamente pelas professoras e pela supervisora Judith Almeida Curado Arruda.

Elaboramos esta hipótese ao considerar a forma peculiar com que estes materiais foram organizados de duas maneiras distintas:

1º - Pasta específica com o nome de "*Preleções*".

2º - Pastas mensais com temas correspondentes aos meses de Março a Dezembro.

Que serão apresentados abaixo:

A pasta de *"Preleções"* é um conjunto de textos que correspondem diretamente a temas sensíveis aos "eixos temáticos" próprios do P.I.P.M.A.M.

A pasta de "*Preleções*" foi confeccionada pela supervisora Judith Almeida Curado Arruda, nela estão inclusos o índice e as preleções.

O índice é composto de uma lista de preleções numeradas de 1 até 23. Todo o conteúdo do índice foi manuscrito pela Supervisora Judith Almeida Curado Arruda em folha de almaço.

Os títulos de 1 até 23 têm temáticas variadas e indicam que a pasta seria tratada como um repositório de atividades previamente selecionadas e que poderiam ser utilizadas pelas professoras do P.I.P.M.A.M.

A partir da análise efetuada, consideramos que a diferença que permitiu a separação dos conteúdos presentes na pasta de "*preleções*" para as atividades presentes em outras pastas está no fato de que os textos constantes na pasta de "preleções" não possuem plano de aula, sequência didática ou tema específico para um determinado mês.

Os textos presentes nas pasta de "*preleções*", que não possuem qualquer tipo de sequência didática, nos fizeram questionar se a ausência destes planos ou atividades pré-planejadas significava a possibilidade das professoras do P.I.P.M.A.M. desenvolverem autonomamente propostas pedagógicas a partir do conteúdo presente nos textos.

A adoção de uma pasta de "*Preleções*" com índice sugere que os conteúdos adequados e que poderiam ser utilizados já estavam previamente catalogados, formando-se assim uma parte de uma "Unidade de trabalho" ideal que seria complementado com atividades e posturas divulgadas e trabalhadas em reuniões pedagógicas.

Assim entendemos que devido às condições materiais precárias, para preservar os conteúdos, as professoras possuíam cadernos para anotações, nos quais elaboravam suas cópias das "*Preleções*" e outras atividades.

Destes cadernos, decorre o resumo diário de todas as atividades empregadas nas turmas durante o mês e que deveria ser entregue ao D.E.A.G[17], para que todo ocorrido fosse documentado e avaliado pelos responsáveis imediatos.

Essa prática recai diretamente nos meios pelos quais os conteúdos chegavam às Professoras e o ritmo de atualização dos mesmos.

Os textos presentes na pasta de *"Preleções"* tiveram suas origens por meio de recortes da revista "Família Cristã", "Revista Sesinho", circulares do *"Departamento de Saúde do Estado de Paulo"* por intermédio da *"Secção de Propaganda e Educação Sanitária"*, as professoras do P.I.P.M.A.M. e outros de origem que não pôde ser determinada.

[17] Como expressado algumas vezes neste trabalho, o D.E.A.G. (Departamento de Educação e Assuntos Gerais) é uma organização administrativa presente na cidade de Jundiaí por um período de tempo, assumindo outras denominações em outros momentos da administração municipal. Para facilitar o desenvolvimento deste trabalho e entendendo que o P.I.P.M.A.M. ficou mais tempo sob os cuidados do D.E.A.G. empregamos o nome desta secretaria, mas levando em consideração o período de estudo (1964-1985) poderiam ser empregados ainda D.E.A.S, S.E.C.E.T ou S.M.E.

Quanto aos textos presentes no índice destacamos que a maioria deles pertencem à publicação “Sesinho”, visto que sua diagramação e indicações contendo o nome da revista no rodapé indicam sua proveniência.

As preleções numeradas em 1 à 4, 8, 9, 18, 19 e 23, não puderam ter sua origem identificada.

A preleção 14 é originada de circulares provenientes do Departamento de Saúde do Estado de São Paulo.

As demais preleções são de publicações da revista “Família Cristã”, “Revista só para pequeninos” e de professoras do Parque Infantil.

Para resumir as características e informações dos textos presentes na pasta “Preleções” criamos o seguinte quadro resumo:

Quadro 4 : Quadro Resumo dos conteúdos presentes na pasta de Preleções

Nº	Nome	Origem	Suporte	Resumo
1-	Festa das Árvores	Sem nome (S.d)	Redação manuscrita	Texto explicativo acerca das origens da Festa da árvore que é comemorado no Parque Infantil.
2-	Produções do Estado de SP	Sem nome (s.d)	Plano de aula de Geografia manuscrita e ilustrada	O plano de aula descreve as principais produções agrícolas do Estado de São Paulo.
3-	Meios de transporte	Sem nome (s.d)	Plano de aula manuscrita.	O plano de aula descreve os meios de transporte no momento em que foi redigido.
4-	Movimentos respiratórios	Sem nome (s.d)	Plano de aula de ciências manuscrita e ilustrada.	O plano descreve minuciosamente a maneira como a professora conduziria sua aula
5-	Respeito à dor alheia	Professora Thereza Fagni.	Plano de aula manuscrita.	O plano de aula descreve o modo com o qual a professora deveria apresentar a empatia.
6-	Os efeitos nocivos do Alcool	Professora Thereza Fagni.	Plano de aula manuscrita.	O plano de aula descreve o modo com o qual a professora deveria apresentar o alcoolismo para as crianças.
7-	Asseio Corporal	Departamento de Saúde do Estado de São Paulo. (Março de 1952)	Conjunto de circular do Departamento de Saúde e Revista “Asseio Corporal”.	A circular pontua as resoluções e o material didático que seria usado. A revista “Asseio Corporal” contém informações sobre a importância de cuidar do

				corpo.
8-	Castanha do Pará	Não identificado / Sem data.	Recorte de revista.	Narrativa ilustrada acerca das informações nutricionais da castanha do Pará.
9-	Lenda da Erva Mate Sapecada	Não identificado / Sem data.	Recorte de revista.	Narrativa ilustrada acerca das informações nutricionais da Lenda da Erva Mate e sua produção.
10-	O milho	Coleção Sesinho. Sessão A aulas do Tonico (1947-1950)	Recorte de revista ilustrada.	Narrativa ilustrada que versa acerca da importância nutricional do milho e do seu processo de plantio.
11-	O Caju	Coleção Sesinho Sessão A aulas do Tonico (1947-1950)	Recorte de revista ilustrada.	Narrativa ilustrada que versa acerca da importância do caju para a economia do Brasil, também revelando as informações nutricionais do caju
12-	A uva - Suco de uvas	Coleção Sesinho Sessão A aulas do Tonico (1947-1950)	Recorte de revista ilustrada.	Narrativa ilustrada que versa acerca das informações nutricionais da uva e da sua produção.
13-	As passas e seu fabrico	Coleção Sesinho Sessão A aulas do Tonico (1947-1950)	Recorte de revista ilustrada.	Narrativa ilustrada que versa acerca das informações nutricionais da uva e da sua produção.
14-	A água	A família Cristã.	Recorte de revista ilustrada.	Narrativa ilustrada que versa acerca das informações nutricionais da água.
15-	O telefone	Coleção Sesinho Sessão A aulas do Tonico (1947-1950)	Recorte de revista ilustrada.	Narrativa ilustrada que remonta a história do telefone.
16-	A visão	Coleção Sesinho Sessão A aulas do Tonico (1947-1950)	Recorte de revista ilustrada.	Narrativa ilustrada que versa acerca da visão.
17-	A audição	Coleção Sesinho Sessão A aulas do Tonico (1947-1950)	Recorte de revista ilustrada.	Narrativa ilustrada que versa acerca da audição.
18-	A vitória régia	Não identificado / Sem data.	Recorte de revista.	Texto que relata os aspectos científicos da vitória régia, ilustrações em preto e branco
19-	Lenda da vitória régia	Não identificado / Sem data.	Recorte de revista.	História em quadrinho em preto e branco
20-	A lenda do chá	Coleção Sesinho Sessão A aulas do	Recorte de revista ilustrada.	Narrativa ilustrada que versa sobre o chá sua origem e

		Tonico (1947-1950)		produção.
21-	No reino animal -A cochinilla	Revista Só para pequeninos (s.d)	Recorte de revista	O texto versa sobre os insetos, especialmente a Cochinilla.
22-	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação
23-	Alimentação	Não identificado / Sem data.	Manuscrito	O texto versa sobre a alimentação saudável. Não contém indicações de atividades;
Tabela confeccionada a partir de informações presentes em nos arquivos: (APMJ Prefeitura Municipal) Parque Infantil Pref. Manoel A. Marcondes Planejamento de Atividades (década 1960)				

A palavra "preleção" revela o modo com qual os conteúdos presentes na pasta seriam adotados na prática pedagógica do P.I.P.M.A.M, segundo o dicionário Aurélio (FERREIRA, 2010, p.402) a palavra "Preleção" significa *"palestra com finalidade didática ou educativa; aula; lição"* e o uso das preleções era orientado através das reuniões que foram registradas no livro de atas de Reunião Pedagógicas (1971-1977).

A escolha da palavra *"preleção"* para nominar o conjunto de textos que nortearam as atividades do P.I.P.M.A.M. expressa a ideia de prática pedagógica presente nesta instituição de ensino no momento que esses conteúdos foram utilizados.

As *"Preleções"* foram usadas como fonte de conteúdos e mote para a apresentação dos conteúdos que seriam trabalhados através das atividades.

Como descrito anteriormente nesta pasta encontramos recortes da "revista Sesinho", "Família Cristã", planos de aulas de professoras do Parque Infantil, órgãos oficiais e de origem desconhecida.

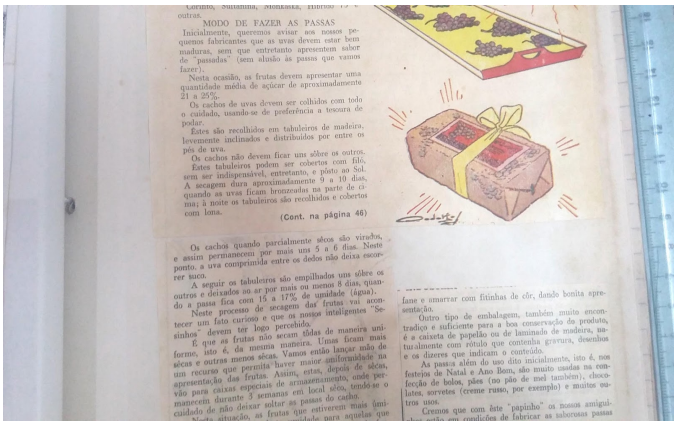
Ao analisarmos sistematicamente estes arquivos, destacamos os excertos da "Revista Sesinho".

Em sua materialidade, os recortes da revista Sesinho não puderam ter sua data de publicação aferida, pois os recortes não trouxeram consigo número de edição, ano e em alguns até a numeração das páginas foram suprimidas.

A forma com o qual os recortes foram realizados não é uniforme, algumas são de páginas completas e outras de excertos de páginas, mas todas ordenadas de modo a completar a informação.

Abaixo, exemplificamos o proposto:

Figura 2 - Preleção “Fabrico da Uvas Passas”



MODO DE FAZER AS PASSAS

Inicialmente, queremos avisar aos nossos pequenos fabricantes que as uvas devem estar bem maduras, sem que entretanto apresentem sabor de "passadas" (sem alusão às passas que vamos fazer).

Nesta ocasião, as frutas devem apresentar uma quantidade média de açúcar de aproximadamente 21 a 25%.

Os cachos de uvas devem ser colhidos com todo o cuidado, usando-se de preferência a tesoura de podar.

Estes são recolhidos em tabuleiros de madeira, levemente inclinados e distribuídos por entre os pés de uva.

Os cachos não devem ficar uns sôbre os outros.

Estes tabuleiros podem ser cobertos com filó, sem ser indispensável, entretanto, e pôsto ao Sol. A secagem dura aproximadamente 9 a 10 dias, quando as uvas ficam bronzeadas na parte de cima; à noite os tabuleiros são recolhidos e cobertos com lona.

(Cont. na página 46)

Os cachos quando parcialmente sêcos são virados, e assim permanecem por mais uns 5 a 6 dias. Neste ponto, a uva comprimida entre os dedos não deixa escorrer suco.

A seguir os tabuleiros são empilhados uns sôbre os outros e deixados ao ar por mais ou menos 8 dias, quando a passa fica com 15 a 17% de umidade (água).

Neste processo de secagem das frutas vai acontecer um fato curioso e que os nossos inteligentes "Sesinhos" devem ter logo percebido.

É que as frutas não secam tôdas de maneira uniforme, isto é, da mesma maneira. Umas ficam mais sêcas e outras menos sêcas. Vamos então lançar mão de um recurso que permita haver maior uniformidade na apresentação das frutas. Assim, estas, depois de sêcas, vão para caixas especiais de armazenamento, onde permanecem durante 3 semanas em local sêco, tendo-se o cuidado de não deixar soltar as passas do cacho.

Fane e umarrar com fitinhas de côr, dando bonita apresentação.

Outro tipo de embalagem, também muito encontradiço e suficiente para o bos conservação do produto, é a caixeta de papelão ou de laminado de madeira, inteiramente com rótulo que contenha gravura, desenhos e os dizeres que indicam o conteúdo.

As passas além do uso dito inicialmente, isto é, nos festejos de Natal e Ano Bom, são muito usadas na confecção de bolos, pães (no pão de mel também), chocolates, sorvetes (creme russo, por exemplo) e muitos outros usos.

Cremos que com êste "papinho" os nossos amiguí-

Fonte: (APMJ Prefeitura Municipal) Parque Infantil Pref. Manoel A. Marcondes Planejamento de Atividades (década 1960)

Figura 3 – Preleção - recorte e seleção da revista Sesinho

O CAJÚ

CREUSA

O CAJÚ — (Conclusão)

Fonte: Planejamento de Atividades (década 1960)

Na figura 3, destacamos a reportagem “O Caju”, neste excerto percebemos a colagem de uma página completa que trata da produção da fruta, a riqueza de seus nutrientes e o aproveitamento da mesma por outros países.

Percebemos que o recorte de um quadro de outra página foi efetuado para completar o conteúdo e com as colagens afirmamos que esta é uma forma de selecionar aquilo que deve ser lido e considerado para uma aula ou atividade.

Na figura 2 destaca-se a reportagem acerca do *"Fabrico das uvas passas"*, com os recortes que selecionava 3 excertos que operam funcionalmente do mesmo modo, extraindo os conteúdos de outras páginas para que os temas da revista *"Sesinho"* sejam condensados em apenas uma página da pasta *"Preleções"*, selecionando conteúdos da revista "Sesinho", suprimindo outros.

Os conteúdos das preleções *"O milho" , "A uva - Suco de uvas"* foram redigidos e editados com o mesmo padrão, detalhando a produção e a importância nutricional destes alimentos.

Acerca da "Revista Sesinho". Demétrio e Royer (2013, p.97) relatam que esta publicação foi criada em 1947 pelo Serviço social da Indústria (SESI), sendo descontinuado em meados de 1960. Para o autor a revista foi criada: *"(...)para divertir e educar toda uma geração, tendo como personagem principal o menino Sesinho, exemplo de menino: educado, 'gente boa', honesto e amigo, capaz de grandes gestos para auxiliar as pessoas"* e em na sua análise acerca do discurso presente nas capas de edições de dois momentos distintos, eles destacaram que *"(...) o conteúdo trata de experiências comuns do personagem e do leitor e mostram situações e formas de agir diante delas."*

Na publicação "Revista Sesinho", para os autores, a criação do personagem "Tonico", indicava ao leitor comportamentos ideais no ambiente escolar. A seguir, destacamos uma das páginas recortadas e preservadas pela Supervisora Judith Almeida Curado Arruda.

Na Figura 4 destacamos a seção "As aulas do Tonico", de autoria da professora Bellagamba. Esta narrativa relata um ocorrido no cotidianos de uma sala de aula no qual a "Tonico" diz:

> Dona Lurdes, tenho uma nota interessante. Hoje na rua quando me dirigia à escola, vi um senhor munido de um aparelho engraçado. Imagine a senhora que pelo pescoço do homem descia um fio que vinha de trás do ouvido e entrava na gola do paletó. Que será aquilo? (APMJ Prefeitura Municipal - Parque Infantil Prefeito Manoel A. de Marcondes Planejamento de Atividades s/d)

A professora, Dona Lurdes, percebe a oportunidade presente na questão de "Tonico" para explanar acerca do aparelho auditivo e das minúcias de cada uma das partes que compõem o ouvido.

Este padrão se repete e em outro recorte encontramos termos que são relativos à uma sala de aula, no item listado em 16 na "Tabela 3" encontramos o tema

> "A visão" na seção "As aulas do Tonico":
> A turma estava interessadísssimas pelas explicações da dona Lurdes sôbre os órgãos e os sentidos

> Ao terminar a explanação acêrca do sentido do gosto, uma vozinha elevou-se do meio da criançada indagando:
> E a visão? Dona Lurdes, ensine agora o que é a visão." (APMJ Prefeitura Municipal) Parque Infantil Prefeito Manoel A. de Marcondes Planejamento de Atividades s/d

As narrativas ambientadas em sala de aula evocam comportamentos esperados dos alunos em sala de aula e da personagem que, embora não seja nomeada como tal, é uma professora, a Dona Lurdes.

A personagem "Dona Lurdes", como demonstrado na narrativa, sempre está preparada para explanar sobre os mais variados assuntos, detalhando-os sem interrupções e de modo que todos aprendem.

Figura 4 – Aulas do Tonico

Fonte: Planejamento de Atividades, 1960 do P.I.P.M.A.M

Na seção " As aulas do Tonico", todas as páginas são ilustradas e coloridas, com uma narrativa de caráter enciclopédico que tem o propósito expor conteúdos importantes e demonstrar comportamentos considerados ideais.

Apesar do questionamento de "Tonico" presente no excerto em destaque, a participação dos alunos não era um ideal almejado, pois os alunos atentos devem ouvir a "Dona Lurdes" que explana, expondo os conteúdos em forma de monólogo.

Em resumo: A professora fala e o aluno deve ouvir.

A ausência da tratativa de “professora” para a “Dona Lurdes” por parte das crianças da narrativa “As aulas de Tonico” identifica o modo com o qual a mulher era percebida como profissional do magistério.

A adoção do pronome de tratamento “Dona” promove a ideia de que a situação que está ocorrendo não é uma “aula”, mas uma conversa informal.

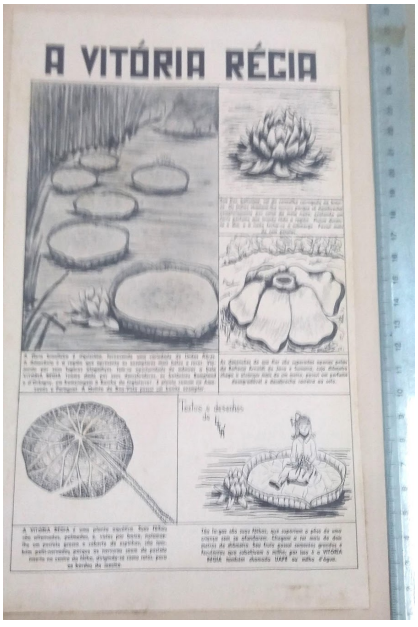
Quanto à isto, no 4º parágrafo encontramos *“- Por que êsse interesse em conhecer o que é a visão? perguntou a mestra”*. Em destaque, grifamos os dizeres *“perguntou a mestra”*, pois esta é a única menção à função de professora, mesmo que através de um sinônimo, nos recortes da revista “Sesinho”.

Em sua maioria, o padrão narrativo dos recortes da Revista “Sesinho” presente na pasta “Preleções” é formado por produções textuais com uma narrativa própria para as crianças.

Outro recurso utilizado pela revista Sesinho são as histórias em quadrinhos.

Figura 5 - Lenda Vitória Régia. A história em quadrinhos em preto e branco narra a lenda da vitória régia.

Figura 6 - Lenda Vitória Régia. A história em quadrinhos em preto e branco narra a lenda da vitória régia.



Fonte: Parque Infantil Pref. Manoel A. Marcondes Planejamento de Atividades (década 1960)

Para Demétrio e Royer (2013) a história em quadrinhos foram recursos utilizados pelos editores da Revista Sesinho para atrair e engajar seu público,os recortes deste tipo de suporte textual sempre respeita a linearidade da narrativa e a integridade da página.

Para Eisner:

> A configuração geral da revista em quadrinhos apresenta uma sobreposição de palavra e imagem, e assim, é preciso que o leitor exerça suas habilidades interpretativas visuais e verbais. As regências da pintura (por exemplo, perspectiva, simetria, pincelada) e as regências da literatura (por exemplo, gramática, enredo, sintaxe) superpõem-se mutuamente. A leitura da revista em quadrinhos é um ato de percepção estética e de esforço intelectual (EISNER, 2010, p.8).

As histórias em quadrinho da "Revista Sesinho" foram publicadas em preto e branco e suas temáticas têm cunho folclórico ou histórico-científico.

Dentre as histórias em quadrinhos presentes nas preleções destacamos a *"Lenda da Vitória Régia" (*figuras 5 e 6*)* que traz as origens folclóricas da planta, no entanto até mesmo nos quadrinhos percebemos ideias e comportamentos consideradas ideais:

A "Lenda da Vitória Régia" é posta e em sequência, na pasta de "Preleções" há um texto com caráter científico, explicando as características da planta vitória Régia. A sequência de conteúdos, primeiro a lenda dos índios e posteriormente a ciência, corrobora a premissa de que as lendas indígenas são apresentadas de maneira descomprometida no que tange seu caráter cultural e ou religioso.

Se demonstrado o fundamento científico e subentendida a vertente religiosa da índígena, a narrativa indígena perde seu valor cultural, visto que a ciência explica as características da planta que nada se assemelha à uma indígena, ao mesmo tempo que aponta a religião considerada adequada, desmistificando o que é sagrado para o outro.

Outras culturas e experiências que diferem das vivências do homem branco e católico sempre são tratadas de maneira excêntrica, com o objetivo de apresentar o diferente e para que as crianças não sigam ou adotem comportamentos considerados inadequados.

Como afirmado anteriormente, a pasta de "Preleções" apresenta organização e reúne um compêndio de texto que poderiam ser usados em uma aula. Na pasta de "Preleções" encontramos exemplos de aulas e estes planos estão listados no índice da pasta com as numerações de 1 até 7. A análise destes planos de aulas está presente neste trabalho.

Além da pasta "preleções", há ainda outras preleções que estão alocadas nas pastas de atividades mensais (Março até dezembro).

Abaixo listamos as preleções que foram definidas pelas professoras do Parque Infantil:

Quadro 5 – Síntese das Preleções presentes nas pastas mensais

Nº	Nome	Origem	Suporte	Resumo
1-	Fevereiro, dia 17 - Aniversário do	Professora do Parque Infantil	Manuscrito em folha de almaço.	O texto da preleção versa acerca do aniversário do Parque

	Parque Infantil			Infantil.
2-	Março - O Navio do deserto	Revista Sesinho	Manuscrito em folha de almaço.	O texto da preleção versa acerca das características do dromedário e do camelo.
3-	Abril, dia 14 - O dia do Panamericanismo.	Boletim interno da divisão de Educação, Assistência e Recreio da Prefeitura de São Paulo	Manuscrito em folha de almaço	Descreve como deveriam ocorrer as festividades do Parque Infantil.
4-	Abril, dia 14 - As Américas.	Não há informações acerca desta preleção.[18]		
5-	Abril, dia 14 - Organização dos Estados Americanos	Não há informações.	Manuscrito em folha de almaço	A redação versa sobre a história da O.E.A. e sua importância para o Brasil.
6-	Abril, dia 14 - O que é a O.E.A?	Não há informações.	Manuscrito em folha de almaço	A redação versa sobre o significado da sigla O.E.A e os países que a compõem.
7-	Abril, dia 21 - Tiradentes.	Folhinha de São Paulo	Manuscrito em folha de almaço	O texto versa sobre os feitos heróicos de TIradentes, apresentando-o como mártir da Independência.
8-	Abril, dia 22 - 21 de abril.	Não há informações acerca desta preleção.		
9-	Abril, dia 21 - Joaquim José da Silva Xavier	Não há informações acerca desta preleção.		
10-	Abril, dia 22 - O descobrimento do Brasil	Boletim interno da divisão de Educação, Assistência e Recreio da Prefeitura de São Paulo.	Manuscrito em folha de almaço	O texto narra os fatos históricos acerca do descobrimento do Brasil.
11-	Abril, dia 22 - Pedro Álvares Cabral	Revista Sesinho.	Manuscrito em folha de almaço	O texto versa sobre os feitos de Pedro Álvares Cabral, apresentando-o como responsável pelo descobrimento de uma "nova terra".
12-	Maio, dia 1º - Dia do trabalho	Não há informação.	Manuscrito em folha de almaço.	Versa acerca das benesses do trabalho, que afasta o "pensamento do mal".

[18] Todas as preleções constantes na tabela foram conferidos e analisados. A inscrição "*Não há informações acerca desta preleção"* indica que nas pastas mensais há um índice temático que revela a existência da preleção, no entanto, este material não está presente na pasta. Consideramos que este é um movimento natural de supressão que pode ter ocorrido devido à questões de preservação do acervo.

13-	Maio, dia 1º - O trabalhador	Não há informações acerca desta preleção.		
14-	2º domingo de maio - Dia das mães.	Professor Oswaldo de Almeida Leite	Manuscrito em folha de almaço	O texto descreve
15-	Nossa Mãe	Professora Maria Da Glória Pontes de Toledo	Manuscrito em folha de almaço	A preleção homenageia as mães se valendo de termos católicos.
16-	Mãe!	Professora Maria Cândida Jacomelli	Manuscrito em folha de almaço	O texto homenageia todas as mães, em especial a senhora Mercedes, um servidora do do Parque Infantil.
17-	As grandes mães	Revista Sesinho	Impresso.	A reportagem trata das mães consideradas exemplares pelos editores da revista.
18	A abolição da escravatura	Não há informações acerca desta preleção.		
19	A escravatura (13 de maio de 1888)	Não há informações acerca desta preleção.		
20	Os escravos	Não há informações acerca desta preleção.		
21	Biografia da princesa Isabel	Não há informações acerca desta preleção.		
22	Dia do Soldado Constitucionalista	Sem informações	Manuscrito em folha de almaço	O texto narra os fatos históricos de 23 de maio e da luta do povo “contra a ditadura”.
23	M.M.D.C.- O início de uma epopeia.	Professora Maria Cândida Jacomelli	Manuscrito em folha de almaço	O texto narra os fatos históricos de 23 de maio e a luta constitucionalista pautada na força moral.
24	Invenções e Descobertas	Não há informações acerca desta preleção.		
25	Dia da árvore	Professora Maria da Glória Pontes de Toledo	Manuscrito em folha de almaço	O texto descreve a importância das árvores para os seres humanos
26	Para o dia das árvores	Oswaldo Almeida Leite	Manuscrito em folha de almaço	O texto descreve a importância da árvore e da criação de um dia par a sua homenagem,
27	Semana educativa contra o incêndio - Os dez	Prefeitura do Município de Jundiaí.	Impresso	O texto elenca 10 importantes ações para prevenir e combater o

	mandamentos da prevenção contra incêndio.			incêndios.
28	Biografia do Padre Anchieta. (Figura de relevo na colonização de São Paulo)	Sem informações	Manuscrito em folha de almaço	Biografia com fatos históricos de Padre Anchieta.
29	São Paulo reverencia a memória de Anchieta	Sem informações	Manuscrito em folha de almaço	Biografia com fatos históricos de Padre Anchieta.
30	Sugestão para as festas do mês de Junho: Santo Antônio, São João e São Pedro.	Boletim interno da divisão de Educação, Assistência e Recreio da Prefeitura de São Paulo.	Manuscrito em folha de almaço	Orientações para a preparação e realização de uma festa Junina.
31	Lenda da fogueira e fogos de São João	Sem informações	Manuscrito em folha de almaço	Narrativa, acerca da vinda de Cristo predita por João Batista.
32	Noite de São João	Boletim interno da divisão de Educação, Assistência e Recreio da Prefeitura de São Paulo.Sem informações	Impresso	Descrição da tradição paulista na realização de uma festa em honra à São João.
33	O dia do Pescador	Não há informações acerca desta preleção.		
34	O dia 9 de julho	Sem informações	Manuscrito em folha de almaço	Relato dos motivos históricos que levaram à da Revolução Constitucionalista.
35	9 de julho	Sem informações	Manuscrito em folha de almaço	O texto descreve a luta dos paulista para o fim de uma ditadura e criação de uma constituição.
36	A independência do Brasil	Não há informações acerca desta preleção.		
37	Independência ou Morte	Não há informações acerca desta preleção.		
38	D. Pedro I e a Independência	Não há informações acerca desta preleção.		
39	Vultos da Independência	Não há informações acerca desta preleção.		
40	Deus, Salve a Pátria	Aldo Cipolato	Manuscrito em folha de almaço	A redação versa acerca sobre a importância da Pátria e de preservar tudo o que foi construído.

41	As aves	Não há informações acerca desta preleção.		
42	O dia das aves	Não há informações acerca desta preleção.		
43	Os pombos	Sem informações	Manuscrito em folha de almaço	O texto versa sobre a utilidade do pombo para a humanidade.
44	A criança	Não há informações acerca desta preleção.		
45	O dia da Criança	Não há informações acerca desta preleção.		
46	A semana da criança	Serviço de Parques Infantis	Manuscrito em folha de almaço	O texto versa acerca da importância do Parque Infantil na realização e promoção de uma educação integral para as crianças parqueanas.
47	A descoberta da América	Serviço de Parques Infantis	Manuscrito em folha de almaço	O texto versa acerca dos fatos históricos que envolveram a descoberta da américa e o papel de Cristovão Colombo neste ato.
48	Biografia de Cristóvão Colombo	Não há informações acerca desta preleção.		
49	12 de outubro	Não há informações acerca desta preleção.		
50	Santos Dumont	Sem informações	Manuscrito em folha de almaço	A preleção é uma pequena biografia que coloca Santos Dumont como pioneiro e criador do primeiro modelo de avião.
51	Biografia de Santos Dumont	Regina Pimentel	Manuscrito em folha de almaço	A preleção versa acerca da vida de Santos Dumont, sem revelar os motivos de sua morte.
52	Aeromodelismo	Serviço de Parques Infantis	Impresso	O texto versa acerca da importância do aeromodelismo nos Parques Infantis, e na infância.
53	15 de novembro	Revista Sesinho	Impresso	A redação da preleção versa acerca da destituição da monarquia em favor de uma república.
54	2 marechais	Revista Sesinho	Impresso	Esta preleção narra acerca da importância dos 2 marechais que governaram o Brasil durante a República das espadas.
55	A bandeira do Brasil	Revista Sesinho	Impresso	A redação descreve a bandeira do Brasil e a sua importância.
56	Símbolos nacionais	Serviço de Parques Infantis	Impresso	Reprodução do decreto lei 4545 de julho de 1942 que Dispõe

				sobre a forma e apresentação dos símbolos nacionais
57	Bandeiras e Brasões atuais do Brasil	Não há informações acerca desta preleção.		
Fonte: produzida a partir de informações presentes em nos arquivos: (APMJ Prefeitura Municipal) Parque Infantil Pref. Manoel A. Marcondes Planejamento de Atividades (década 1960)				

No quadro 5, apresentam ao total 80 preleções, com temas concernentes à temas considerados importantes para a aplicação entre Março e Dezembro no período de interesse deste trabalho. Ao compararmos as as informações contidas nos quadros anteriores, verificamos que há importantes temas que não foram contemplados nas “Preleções” presentes nas atividades preservadas no acervo.

Um exemplo é o “Natal” ou o “Dia do patrono”, cujo a existência é confirmada através de atas presente no “Livro de Atas de Reunião Pedagógicas”, “índices”, “Planejamentos de atividades” e outros.

Para a ausência destas preleções consideramos as hipóteses:

1º, estes materiais se perderam devido à movimentação destes documentos.

2º, estas preleções não foram entregues pelas professoras do P.I.P.M.A.M. para a composição do acervo do museu Solar do Barão, pois teriam utilidade na “Escola de Pré e Ensino Básico Municipal” em 1977.

Os temas apresentados neste trabalho na “Quadro 1 - Unidades de trabalho” e estes são condizentes com as preleções das que figuram no quadro 5 e 6, indicando que entre os anos 1964 e 1985 há o interesse do poder público de estabelecer no Parque Infantil conteúdos que são próprios de uma escola regular.

Sem a liberdade de cátedra das professoras e no brincar para as crianças da primeira turma, no período sensível a este trabalho (1964-1985), todos têm papéis a serem cumpridos e expectativas a serem atendidas.

A Supervisora Judith Almeida Curado Arruda, impondo temas, atividades, objetivos e fiscalizando cada etapa do desenvolvimento da proposta curricular.

As professoras deveriam punir com rigor os desatentos, adequando os desajustados e educando a todos com postura maternal.

As crianças, deveriam estar atentas, cumprir a proposta pedagógica com vigor, na certeza de não repetir os vícios de seus pais e responsáveis.

Entre os anos de 1964 e 1985, P.I.P.M.A.M. já não era o proposto por Mário de Andrade, repleto de um brincar livre, com o mínimo de interferência de um adulto, esta instituição se adequou vagarosamente à proposta pedagógica de uma "Pré-escola" que objetiva a inserção dos alunos em uma escola.

3.4 Modelos de desenho: O modelo como referência para criar

Os modelos de desenhos foram utilizados largamente no P.I.P.M.A.M. durante os anos de 1971 a 1977, sendo citados nas reuniões de planejamento ocorridas na década de 1970, como importantes para a ilustração dos temas geradores e às crianças, pois o *"(...)desenho é uma forma de expressão do pensamento humano, e como tal é o meio mais acessível à criança. Representa, uma forma natural no qual se manifestam os interesses e tendências da criança.(*APMJ, 1971-1977 , ata de 1º de setembro de 1973).

No conjunto de planejamentos de atividades elencadas como modelos de desenhos, estão presentes nas pastas mensais uma quantidade elevada de cópias de desenhos que são referências para a efetivação dos temas e que versam acerca de assuntos importantes ao P.I.P.M.A.M., ilustrando-os, ao mesmo tempo que são caros ao centro de interesse da criança que gostaria de desenhar, naturalmente.

Nas reuniões pedagógicas ocorridas no P.I.P.M.A.M. na década de 1970, os planejamentos que envolveram o desenho não o definem como uma possibilidade na qual espraia se a liberdade criativa da criança, ao contrário, ao definir um tema e um modelo a ser copiado ou colorido, limitava a possibilidade de desenvolvimento criativo e autonomia.

Ao passo que, no P.I.P.M.A.M., na possibilidade de um desenho ser feito pela criança sem um modelo de referência, ele deveria conter no seu verso *"(...)a informação se o desenho é espontâneo."* (APMJ, 1971-1977 , ata de 1º de setembro de 1973).

Isto pôsto, no P.I.P.M.A.M., o desenho livre ou espontâneo não é valorizado no planejamento pela equipe pedagógica que percebe nele reflexos de aspectos culturais e sociais que foram aprendidos fora dos muros do Parque Infantil e que estão presentes nas crianças, bem como é marca indelével da ausência do planejamento da professora que ao escrever no verso de uma folha, evidenciando o desenho livre, indiretamente aponta a quantidade de tempo que o parqueano esteve sem orientações.

Para além destes motivos, as justificativas e o objetivo que levaram o desenho para o Parque Infantil de Jundiaí, foram:

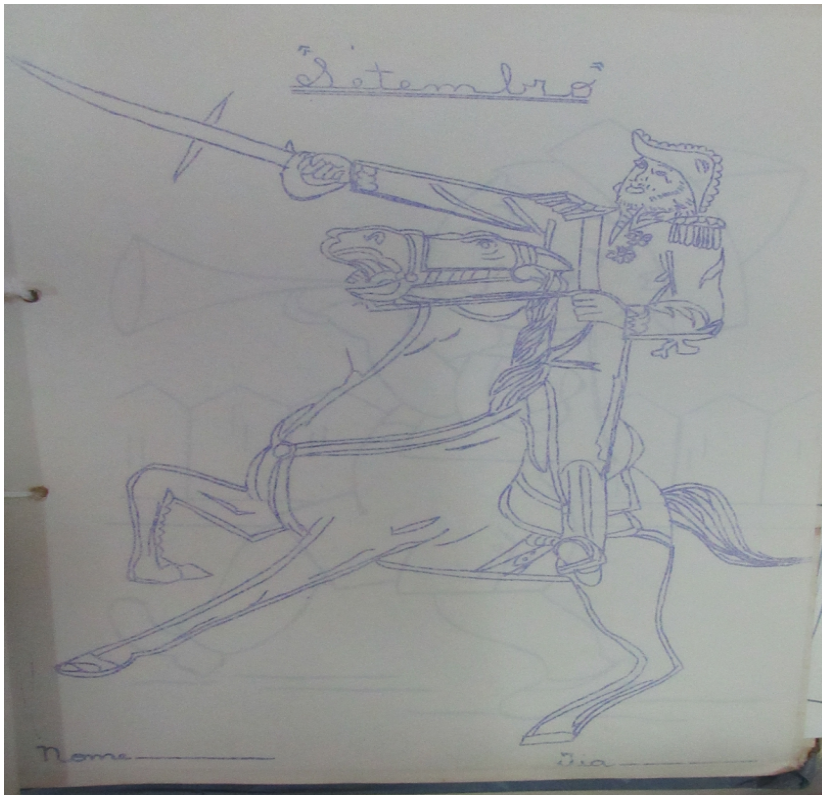
> As crianças que desenham estão sempre exercitando as funções motoras e a capacidade de exprimir e afirmar a personalidade, apurando o gosto estético.
> No Parque Infantil o desenho deve privilegiar a formação da personalidade, do que a aquisição de uma técnica.
> A base fundamental do desenho e do trabalho manual nos Parques Infantis deve ser a expressão pessoal da criança. Esta deve ser levada a descobrir a alegria de criar. (APMJ -1971-1977, Reunião pedagógica de 1 de março de 1973)

Nas justificativas que possibilitaram a inclusão dos desenhos no trabalho das professoras do P.I.P.M.A.M., estavam as possibilidades de desenvolvimento das habilidades motoras, da personalidade e do gosto estético.

Portanto, nos planejamentos é pressuposto que as habilidades motoras, a personalidade e gosto estético poderiam ser trabalhados através de modelos, sendo que o desenvolvimento destas habilidades é uma obrigação presente nos programas de ensino do P.I.P.M.A.M..

Os desenhos como modelo impossibilitam a criança de criar livremente, eles servem para reforçar do ponto de vista do conteúdo, como o exemplo que veremos a seguir, o patriotismo, a disciplina, a moral e etc.

Figura 7: Modelo para pintura e desenho mimeografado referente ao 7 de setembro.
(APMJ Prefeitura Municipal)



Fonte: Parque Infantil Pref. Manoel A. Marcondes Planejamento de Atividades (década 1960)

O desenho “Setembro”, compõe a unidade de trabalho referente ao 7 de setembro, nele, apesar de constar a inscrição *Setembro*, é possível identificar a figura de Dom Pedro I, em posição de destaque, indicando um momento de bravura com a espada em sua mão direita, pronto para o combate e em evidente alusão à narrativa de declaração de Independência do Brasil.

A escolha deste desenho está inclusa na tentativa de representar Dom Pedro I, uma figura de relevância na história do Brasil, como um exemplo de coragem, vigor e moral, neste caso, a criança, ao desenhar a partir de um modelo ou ao colori-lo, refina suas habilidades motoras ao mesmo tempo que aprende o que é considerado belo e virtuoso.

E no contexto do uso de um modelo desenho, a possibilidade de criar está intimamente ligada à capacidade de reproduzir valores que são refletidos em sua personalidade, de modo que, a escolha de um outro personagem pela criança poderia representar a falta de atenção do *parqueano* ou o insucesso dos objetivos do Parque Infantil.

E na atividade de desenhar e pintar, é esperada a sujeira e desorganização do espaço, mas deste infortúnio surge a possibilidade de mais algumas noções de cidadania, pois as crianças ao terem de limpar aquilo que sujaram, *“(...)darão ensejo à que elas se acostumem ao cuidado, à ordem, à limpeza e à economia (...)encorajando a criança a terminar aquilo que começaram.(APMJ, 1971-1977 , ata de 1º de setembro de 1973).*

Na perspectiva do Parque Infantil na década de 1970, a inserção de um modelo de desenho foi pautada em uma proposta pedagógica compensatória, na qual “*(...) a observação do desenho se dava a partir da vida adulta, valorizando assim a análise do produto final por meio de uma apreciação orientada pelos padrões estéticos da arte adulta”* e como etapa imediatamente anterior à alfabetização da criança. (TRINDADE, 2011, p.19)

Uma valorização que exigia o contorno firme e a colorização de modelos de desenhos de vultos históricos importantes, figuras religiosas e folclóricos como meio para a higiene moral, corporal e do espaço.

Os propósitos da aplicação de modelos de desenhos entre os anos de 1964 e 1977 objetivaram transformar comportamentos, ensinando os *parqueanos* a terem atitudes e pensamentos consideradas ideais, compensando carências, enfim eram dados os modelos como referência para o criar.

3.5 A dança como modelo comportamental: Danças folclóricas e danças pedagógicas

Os planejamentos de atividades que envolveram a dança, elaboradas pelo DEF-SP na década de 1950, junto da ginástica e do esporte, eram entendidos como elemento *"(...) capaz de levar a juventude a aceitar regras de convívio"*. (GHIRALDELLI JUNIOR, 1994, p.19)

Para Ferreira (2016, p.50) as danças e coreografias elaboradas pelo DEF-SP e distribuídas aos Parques Infantis de São Paulo na década de 1950 eram parte integrante da Educação Física como referência para padrões da moralidade e higiene das crianças.

No P.I.P.M.A.M. entre os anos de 1964 e 1977, os planejamentos pedagógicos que envolveram danças estiveram em consonância com os planejamentos modelares enviados pelo DEF-SP na década de 1950, na qual a dança foi utilizada como meio para apresentar hábitos, comportamentos e pensamentos ideais aos "*parqueanos"*.

Para além deste objetivo, em reuniões pedagógicas, foram aventadas outras características acerca da dança no P.I.P.M.A.M.:

> I Objetivo: Desenvolver a atenção, a sociabilidade, ritmo, harmonia, graça , audição, expressão corporal, compreender os companheiros.
> II Conteúdos: Danças nos Parques Infantis.
> III Desenvolvimento: Através da coreografia a criança erra com naturalidade, faz amizades no âmbito da higiene pessoal, as danças podem ser folclóricas ou pedagógicas. *(APMJ, 1971-1977 , ata de 4 de setembro de 1972)(Grifo Nosso).*

Nas orientações expressas às professoras do P.I.P.M.A.M. durante a década de 1970, figuraram os objetivos da adoção de uma dança em um Parque Infantil para as crianças da primeira turma, revelam-se portanto que estes não dizem respeito unicamente aos aspectos artísticos que uma dança pode ter.

Mais profundamente, estes objetivos inserem-se no campo do relacionamento interpessoal dos alunos por meio da sociabilidade que dialoga com a expressão corporal, contribuindo para a percepção do outro no espaço, daquilo que é bonito, através da harmonia e graça, bem como o reconhecimento da necessidade do empenho na adesão a um projeto coletivo por meio do respeito a um determinado ritmo através da atenção e audição.

Destacando a coreografia como elemento motriz dos movimentos que serão empregados pelas crianças, nota-se que nos planejamentos de uma dança não há espaço para a ideia da livre expressão do corpo da criança no espaço, ao passo que na definição de um modelo que envolve

a combinação de música e movimentos ritmados, só conclui assertivamente a atividade o aluno que percebe o erro e corrigi-se, educando seu corpo.

Enfim, com corpos e mentes treinados por uma coreografia, as professoras consideravam que seria possível fazer amizades que colaborem para o bem comum, na qual, no processo que envolve a imitação dos movimentos, não há espaço para o vislumbre de pautas de cunho pessoal e danças com temáticas espontâneas ou improvisadas das crianças, pois os assuntos e movimentos das danças já estavam postos nos eixos temáticos.

Não obstante, a metodologia para a aplicação de uma dança coreografada apresentada para as professoras do P.I.P.M.A.M. possuía etapas rígidas que deveriam ser seguidas para o sucesso da empreitada.

Em reunião ocorrida em 7 de maio de 1972 foi destacado acerca do correto emprego de uma coreografia presente nos planejamentos:

> 1. noção do todo.
> 2. ensino dos passos sem música.
> 3. ensino dos passos com música.
> 4. ensino da coreografia sem música.
> 5. ensino da coreografia com música .
> 6. (...)correção de postura(...)
> 7. vestimentas características(APMJ - 1971-1975, reunião de 7 de maio de 1972).

A metodologia, ao ser apresentada em etapas, favorece o entendimento que, primeiramente ela está inserida em um contexto escolar específico, revestida de um eixo temático e dentro de uma unidade de trabalho, que deveria ser totalmente exposta aos alunos para que eles tivessem "*a noção do todo"*.

A partir deste processo inicial é possível presumir que houve etapa anterior que envolveu o planejamento pedagógico da professora que, a partir de um tema aprendeu uma coreografia, inserindo-a como proposta pedagógica considerada interessante aos *parqueanos*, que, segundo a falta de afirmações em contrário, não teriam a possibilidade de escolher a trilha sonora, tema ou até mesmo opinar acerca da inclusão de um movimento em uma coreografia.

Neste caso, o DEF-SP e as professoras, ao desenharem o modelo ideal de uma coreografia, os objetivos para o aprendizado dos alunos que foram descritos anteriormente, poderiam ser alcançados a partir da imitação das etapas.

O progresso dos alunos no decorrer das etapas definiria o êxito da metodologia empregada pela professora, através do aperfeiçoamento dos movimentos com a *correção das posturas*, sendo que, no caso das danças folclóricas, a culminância se daria a partir de uma apresentação.

Para professores e *parqueanos*, com os objetivos e a metodologia referentes ao planejamento das danças, fica destacado o caráter utilitário da dança, na qual o dançar tem o propósito de modelar comportamentos.

As danças apresentadas nos planejamentos do P.I.P.M.A.M. tem dois formatos: Danças folclóricas e Danças pedagógicas.

Primeiramente são apresentadas as *Danças folclóricas*, que através das fontes consultadas, são caracterizadas como planejamentos de coreografias elaboradas e entregues através do DEF-SP, intimamente relacionadas aos eixos temáticos trabalhados durante os anos letivos.

No acervo do P.I.P.M.A.M. há 9 coreografias de *Danças folclóricas*[19] do DEF-SP e que são próprias para a 1ª turma, estas coreografias são complexas, respeitam as etapas ideais do aprendizado de uma dança descritas anteriormente, elaboradas de modo a serem exibidas em festividades, exigindo intenso planejamento da professora e treinamento da criança.

Estas coreografias receberam o nome *Danças folclóricas*, pois remetem ao folclore brasileiro ou de povos que compõem os grupos étnicos, nesse ínterim, de acordo com o DEF-SP que orientava:

> (...) que as danças fossem obrigatoriamente ligadas a temas do folclore, retratando a forte influência da construção de uma identidade nacional que se materializava nos corpos e nas cidades, nas carnes e nas pedras.(PIZANI, GÓIS JUNIOR e AMARAL, 2016, p.716).

Não obstante, apesar de contribuir para a construção e o desenvolvimento de uma identidade nacional, conforme o planejamento pedagógico dos Parques Infantis de 1930, os planejamentos originados do DEF-SP, ao descreverem os movimentos característicos, não sugerem o reconhecimento do respeito às diferenças entre as culturas e tradições.

Enfim, os planejamentos que descrevem as coreografias, trazem o entendimento que aquele que dança tradicionalmente uma *quadrilha caipira* ou o *boi bumbá* são exóticos, avessos àquilo que é considerado normal e portanto não urbano.

Ao passo que, após a apresentação de culminância do projeto, findando a música e se desfazendo da vestimenta, os objetivos finais estariam cumpridos: Entretenimento dos pais, a demonstração de organização na execução de uma festividade por uma instituição pública e o adestramento dos corpos dos pequenos.

É importante ressaltar que os planejamentos do P.I.P.M.A.M. fez parte de um processo natural de entendimento do conceito de folclore que "(...) *foi sendo ressignificado em função de*

[19] No ANEXO IV há a Quadro 5 com a descrição das coreografias referentes à 1ª turma.

cada contexto histórico e cada contexto geográfico, e assim, historicamente o uso do termo Folclore passou a ser, por várias vezes, questionado (....)"(OLIVEIRA, 2004, p.20)

Assim, a dinâmica natural de ressignificação do folclore descrito por Oliveira (2004), também ocorreu no P.I.P.M.A.M., na medida em que o conceito de folclore, tradições e as *Danças folclóricas* foram apresentadas com propósitos diferentes daqueles que motivaram tais manifestações em seus povos.

Em segundo lugar, e não menos importante, são apresentadas as *Danças pedagógicas* que são coreografias, rodas e as cantigas de rodas, com movimentos simples, e segundo a Supervisora Judith há a *"(...) "Pasta Rodas"[20] com mais de 200 rodas compiladas e explicadas". (APMJ - 1971-1975, reunião de 7 de maio de 1972).*

Dada a importância das *Danças pedagógicas* para o P.I.P.M.A.M.:

> *"(...) as rodas são as atividades mais rotineiras do Parque Infantil, mas para alcançar os objetivos é necessário: planejamento, análise e unidade de trabalho, entrosando-o no centro de interesse do mês (APMJ - 1971-1977, reunião de 7 de maio de 1972).*

Partindo do princípio da recorrência do uso das Danças Pedagógicas, é evidenciado pela Supervisora que há um grande número destas atividades no acervo do P.I.P.M.A.M. e a inclusão destes nos planejamentos deveria estar alinhada à proposta pedagógica, considerando as unidades trabalhadas durante o período em questão.

As danças pedagógicas foram *"(...) criadas com letras que sugerem movimentos, com objetivos didáticos e de recreação"(APMJ - 1971-1977, reunião de 7 de maio de 1972), e* do modo como são descritas e de acordo com o acervo disposto nas pastas mensais, é demonstrado que estas tinham propósitos educacionais, no sentido que, com letras e coreografias simples, propunham conhecimentos práticos, consideradas importantes às crianças, tais como rimas, indicações de partes do corpo, profissões, civismo e patriotismo.

Para além das temáticas de cunho recreativo como aquelas que envolvem sons onomatopaicos e sons de animais, os temas de relevância social eram os preferidos para os planejamentos das professoras e na perspectiva do aprendizado dos alunos era orientado às professoras do P.I.P.M.A.M.:

> (...) é indicado à tomar cuidado com o número de participantes, o lugar , forma de realização, condições atmosféricas, etc.
> Cuidar da apresentação, movimentos, formação, melodia.
> A melodia deve ser cantada pela educadora uma vez, se possível com movimentação para que a criança tenha noção do todo.
> A letra deve ser ensinada em separado e as palavras "estranhas" explicadas.(APMJ -

[20] A referida "Pasta Rodas" não está presente no acervo do Centro de Memória de Jundiaí.

1971-1975, reunião de 7 de maio de 1972).

Novamente, a ideia de espontaneidade da professora e dos alunos é descartada, no contexto criado, a professora deveria preparar um planejamento que justificasse o uso deste tipo de atividade, respeitando os objetivos expressos na proposta pedagógica do Parque Infantil na década de 1970, ao mesmo tempo que proporciona recreação aos alunos.

Apesar de parecer paradoxal, a educação infantil, inserida em um contexto compensatório e higienista, permite planejamentos que incluam cantigas de roda e coreografias simples permeadas de valores morais e comportamentais, sendo que, conforme orientações em reuniões pedagógicas, o cantar, dar as mãos, rodar, dar o exemplo *"(...)as professoras estão "brincando" com os alunos"*. (APMJ - 1971-1975, reunião de 7 de maio de 1972).

O termo "brincando" grifado e entre aspas, foi transcrito tal como presente na ata das reuniões pedagógicas, duas interpretações são possíveis para este trecho, a primeira pensada sugere que ao brincarem, as professoras na verdade estão trabalhando, realizando o trabalho pedagógico, a segunda sugere que talvez não haja brincadeira, mas um aprendizado de conhecimentos concatenados através de uma proposta pedagógica coesa.

Enfim, no P.I.P.M.A.M., as Danças folclóricas e Danças pedagógicas, mesmo que de maneira não violenta, implementou ideários morais e cívicos nos planejamentos de atividades para as crianças e professoras.

Nesta perspectiva, a dança como expressão da arte e criatividade é eclipsada e entre movimentos ritmados, posturas corrigidas e pensamentos alinhados, resta um importante questionamento: Estaríamos diante de uma marcha militar?

3.5.1 As danças pedagógicas

O planejamentos do P.I.P.M.A.M. entre os anos de 1964 e 1985 contemplavam as danças entendidas como *Danças pedagógicas.*

Em reunião de 7 de maio de 1972 a supervisora Judith Almeida Curado Arruda apresentou as Danças pedagógicas às professoras substitutas e proferiu explanações *"(...) dirigidas especialmente à estas no intuito de fazê-las participarem ativamente das atividades patrióticas e da importância delas."*

Descrevendo as atividades que são desenvolvidas em um Parque Infantil, a supervisora dá especial destaque que *"(...)sâo creadas com letras que sugerem movimentos, com objetivos*

didáticos e de recreação". (APMJ - 1971-1975, reunião de 7 de maio de 1972).

Não obstante *"as rodas e os brinquedos são as atividades mais rotineiras do "Parque Infantil", mas alcançar os objetivos é necessário: "planejamento, análise e unidade de trabalho, entrosando-o no centro de interesse do mês" (APMJ - 1971-1975, reunião de 7 de maio de 1972).*

As danças pedagógicas são, portanto, rodas cantadas e se apresentam junto com os brinquedos[21] como aquelas que são mais utilizadas dentre as atividades do Parque Infantil, apesar disto o seu emprego é condicionado às unidades de trabalho.

O fato deste tipo de atividade ser reconhecido pela *"supervisôra"* como *"rotineira"*, intensifica as instruções e preocupações quanto à sua aplicabilidade no P.I.P.M.A.M. que objetiva desenvolver a "(...)desenvolver a sociabilidade, o amor pela música, ritmo, harmonia, graça, memória, destreza, etc.*(APMJ - 1971-1975, reunião de 7 de maio de 1972).*

Para as novas professoras:

> (...) é indicado tomar cuidado com o número de participantes, o lugar , forma de realização, condições atmosféricas, etc.
> Cuidar da apresentação, movimentos, formação, melodia.
> A melodia deve ser cantada pela educadora uma vez, se possível com movimentação para que a criança tenha noção do todo.
> A letra deve ser ensinada em separado e as palavras "estranhas".(APMJ - 1971-1975, reunião de 7 de maio de 1972).

Do cuidado com a correta aplicação a Supervisora Judith Almeida Curado Arruda *"(...)pediu para que cooperassem sugerindo novas rodas e apresentou a "Pasta Rodas"[22] com mais de 200 rodas compiladas e explicadas". (APMJ - 1971-1975, reunião de 7 de maio de 1972).*

A Supervisora Judith Almeida Curado Arruda indica que há uma pasta para consulta das professoras, apesar da impossibilidade de consulta desta pasta, as "rodas" ou "danças pedagógicas" estão presentes nas pastas mensais.

Todas as *Danças pedagógicas* são próprias para as crianças da 1ª turma, devido ao elevado número de rodas presentes nas pastas mensais destacamos unicamente aquelas são próprias do mês de Março:

[21] Na transcrição disponível em ata da reunião de 7 de maio de 1972, a supervisora Judith Almeida Curado Arruda não especifica de qual brinquedo está tratando, se é um Parque ou outro tipo de brinquedo, no entanto, até mesmo a utilização destes passa pelo crivo da professora que deve "liderar" o seu uso.
[22] A referida "Pasta Rodas" não está presente no acervo do Centro de Memória de Jundiaí.

Quadro 6 - Danças Pedagógicas (Rodas) do mês de Março.				
Nº	Título	Tipo de atividade	Suporte	Centro de Interesse
1	Cachorrinhos	Danças Pedagógicas (Rodas)	Manuscrito em folha de almaço.	Semana dedicada aos animais.
2	O meu boi morreu	Danças Pedagógicas (Rodas)	Manuscrito em folha de almaço.	Semana dedicada aos animais.
3	Boi Barroso	Danças Pedagógicas (Rodas)	Manuscrito em folha de almaço.	Semana dedicada aos animais.
4	Atirei o pau no gato	Danças Pedagógicas (Rodas)	Manuscrito em folha de almaço.	Semana dedicada aos animais.
5	A gatinha	Danças Pedagógicas (Rodas)	Manuscrito em folha de almaço.	Semana dedicada aos animais.
6	A história do macaco	Danças Pedagógicas (Rodas)	Manuscrito em folha de almaço.	Semana dedicada aos animais.
7	Meu gatinho	Danças Pedagógicas (Rodas)	Manuscrito em folha de almaço.	Semana dedicada aos animais.
8	Carneirinho, carneirão	Danças Pedagógicas (Rodas)	Manuscrito em folha de almaço.	Semana dedicada aos animais.
9	Os bichinhos	Danças Pedagógicas (Rodas)	Manuscrito em folha de almaço.	Semana dedicada aos animais.
10	Os gatinhos	Danças Pedagógicas (Rodas)	Manuscrito em folha de almaço.	Semana dedicada aos animais.
Tabela confeccionada a partir de informações presentes em nos arquivos: (APMJ Prefeitura Municipal) Parque Infantil Pref. Manoel A. Marcondes Planejamento de Atividades (década 1960)				

A título de exemplo destacamos duas danças pedagógicas, a de título “Boi barroso” e a denominada com o título “Carneirinho, carneirão”, conforme podem conferir no quadro acima.

Boi Barroso

Eu mandei fazer um laço do couro do jacaré
Pra laçar o boi barroso, num cavalo pangaré

Refrão Meu Boi Barroso, meu Boi Pitanga
O teu lugar, ai, é lá na cana
Adeus menina, eu vou me embora
Não sou daqui,ai, sou lá de fora

Meu bonito Boi Barroso,que eu já dava por perdido

Deixando rastro na areia logo foi reconhecido (APMJ Prefeitura Municipal) Parque Infantil Pref. Manoel A. Marcondes Planejamento de Atividades (década 1960)

Abaixo, a roda de número 8:

Carneirinho, carneirão

Carneirinho, carneirão-neirão-neirão,
Olhai pro céu, olhai pro chão, pro chão, pro chão,
Manda o Rei, Nosso Senhor, Senhor, Senhor,
Para todos se ajoelhar.
Carneirinho, carneirão-neirão-neirão,
Olhai pro céu, olhai pro chão, pro chão, pro chão,
Manda o Rei, Nosso Senhor, Senhor, Senhor,
Para todos se levantar.

Carneirinho, carneirão-neirão-neirão,
Olhai pro céu, olhai pro chão, pro chão, pro chão,
Manda o Rei, Nosso Senhor, Senhor, Senhor,
Para todos se sentar.
Carneirinho, carneirão-neirão-neirão,
Olhai pro céu, olhai pro chão, pro chão, pro chão,
Manda o Rei, Nosso Senhor, Senhor, Senhor,
Para todos se levantar. (APMJ Prefeitura Municipal) Parque Infantil Pref. Manoel A. Marcondes Planejamento de Atividades (década 1960)

Como demonstrado pela Supervisora e confirmado pelo quadro 6, ambas as rodas fazem parte da *Unidade de trabalho* da *Semana dos Animais* que compõem uma sequência didática na qual incidiam uma série de outras atividades.

Neste contexto não era permitido uma *Dança pedagógica* que não contemplasse a *Unidade de Trabalho*, esta obrigatoriedade nos motivou a elaborar a hipótese de que apesar de serem rotineiras e próprias da primeira turma, estas deveriam ser planejadas e incluídas em uma proposta que não permitiria improvisos ou mesmo a preferência das crianças por outras “rodas” que fossem interessantes às crianças.

E mesmo quando estas fossem de autoria das professoras, estas deveriam compartilhá-las com o grupo e com a Supervisora Judith Almeida Curado Arruda para enriquecimento do acervo e para a aprovação para aplicação no P.I.P.M.A.M..

Como abordado anteriormente na introdução deste trabalho, as duas *Danças pedagógicas* deviam seguir os propostos para a sua realização que são:

1. noção do todo.
2. ensino dos passos sem música.
3. ensino dos passos com música.
4. ensino da coreografia sem música.
5. ensino da coreografia com música .(...)(APMJ - 1971-1975, reunião de 7 de maio de 1972).

Deste modo, após a demonstração de como executar uma coreografia, a professora orientava os *parqueanos* em cada um dos passos a serem seguidos. Considerando a metodologia, a aplicação das *Danças pedagógicas* enumeradas como 3 e 8 no Quadro 6 têm suas especificidades, a saber.

De uma roda cantada e ritmada na *Dança pedagógica 3*, à uma roda com aspectos de aleatoriedade na *Dança pedagógica 8* que permite a adesão de movimentos diversificados quando os dizeres *"Manda o Rei, Nosso Senhor, Senhor, Senhor, Para todos se ajoelhar"* são proferidos.

Nas rodas 8 e 3 notamos novamente a influência de aspectos religiosos e comportamentais.

Enfim, na brincadeira que referencia a religião católica, há a indicação de obediência em mandamentos e comportamentos para que seja completada.

Na reunião pedagógica a Supervisora Judith Almeida Curado Arruda adverte que na execução das *Danças pedagógicas "(...)as professoras devem estar "brincando" com os alunos"*. (APMJ - 1971-1975, reunião de 7 de maio de 1972).

O termo *"brincando"* está no texto das professoras entre aspas, isso se deve ao fato de que elas ao brincarem, na verdade estão trabalhando, realizando o trabalho pedagógico e ou que talvez não haja brincar livre, mas aprendizado através de uma proposta pedagógica que era considerada coesa.

Para Farias(2013), o brincar das crianças associado às cantigas de roda deve ser utilizada como instrumento para a aquisição do ensino formal, neste sentido:

> (...) é possível afirmar que as cantigas e brincadeiras de roda devem estar incluídas no processo educativo, não apenas como mera diversão, mas como um campo minado de possibilidades a ser explorada para tornar a alfabetização uma experiência única na vida tanto das crianças, como dos próprios educadores. (FARIAS, 2013, p. 49).

Moyses (2002, p.100) corrobora esta hipótese ao entender que o *"(...) o brincar deve estar impregnado as atividades de aprendizagem apresentadas às crianças (...)"*, portanto para estes autores não seria adequado que as *Danças pedagógicas* sejam validadas unicamente pelo aspecto lúdico, é necessário que haja relevância curricular objetivando o aprendizado de habilidades que preconizam a inserção da criança no ensino regular.

Quanto a adoção desta prática no planejamento, autores como Gaspar (2010), Nicolau e Dias (2003), concordam com sua aplicabilidade tanto como enriquecedora no que tange a aquisição de vivências relacionadas à diversas culturas quanto aos objetivos expressos para a

adoção dos mesmos no Parque Infantil.

As *Danças pedagógicas* relacionadas ao mês de Março na “Tabela 6”, as cirandas apresentam os costumes, as crenças, o cotidiano das pessoas, a fauna, a flora, culinária, dentre outros aspectos de um lugar. (GASPAR, 2010).

Da mesma maneira que:

> As brincadeiras de roda assumem grande importância por levar a formação do círculo, situação em que o grupo pode-se comunicar frente a frente. Dando as mãos, as crianças formam um todo. Cantam, dançam ou tocam juntas; criam e seguem regras, exercitam textos e movimentos de forma coletiva, desenvolvendo a socialização(...) (NICOLAU E DIAS 2003, p.78).

No P.I.P.M.A.M., as *Danças folclóricas e Danças pedagógicas* compõem as atividades de uma *Unidade de Trabalho*, não podiam ser empregadas à esmo, pois elas compunham uma sequência didática que deveria ser respeitadas.

Nas cantigas e movimentos, mesmo que de maneira não violenta, ideários morais da Ditadura Militar foram implementados. A influência do “Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo”, datada de meados da década de 1930, ganhou novos contornos nas proposições dos “Parques Infantis” nas décadas de 1960 e 1970. Em resumo, nas décadas de 1960 e 1970 as crianças aprenderam a conceituar e excluir comunistas e aqueles que consideravam diferentes, dançando.

3.5.2 As danças folclóricas

As danças folclóricas são todas as danças e bailados que envolvem a cultura e tradição de um povo. Os modelos de *Danças folclóricas* são complexas e geralmente orientadas para crianças com idade mais elevada devido ao grau de dificuldade de execução.

O resumo acerca do planejamento elencado de *Dança folclórica*, está disposto no quadro abaixo:

Quadro 7 - Coreografias próprias e do DEF-SP

Nº	Título	Origem	Suporte	Resumo
1	Boi bumba	Não há informações.		
2	Evolução com bandeiras	Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo	Manuscrito em folha de almaço	A atividade descreve movimentos com bandeiras de países da américa latina.

3	Bailado boliviano	Cópia datilografada do “Livro de danças tradicionais das Américas”. A cópia é de responsabilidade do Departamento de Educação Física e Esporte do Estado de São Paulo.	Impresso	Descreve os aspectos culturais e históricos do bailecito. Descreve também os passos e características para reproduzir o “bailecito”.
4	Dançarei	Cópia datilografada da coreografia “Dançarei”. A cópia é de responsabilidade do Departamento de Educação Física e Esporte do Estado de São Paulo.	Impresso	Descreve uma dança típica da cidade de Belo Horizonte. é uma dança própria para crianças, *“(...)por isso não é uniforme e permite improvisações”*.
5	Large circle	Cópia datilografada realizada a partir das instruções de Mr. Harald Bacon. A cópia é de responsabilidade do Departamento de Educação Física e Esporte do Estado de São Paulo.	Impresso	Descreve a dança inventada e descrita pelo estadunidense Mr. Harald Bacon, em visita ao departamento de Educação Física do Estado de São Paulo.
6	Argentina	Cópia datilografada do “Livro de danças tradicionais das Américas”. A cópia é de responsabilidade do Departamento de Educação Física e Esporte do Estado de São Paulo.	Impresso	Descreve os aspectos culturais e históricos das danças da argentina.
7	Dança do café	Não há informações.[23]		
8	Grande quadrilha	Não há informações.		
9	Quadrilha infantil	Não há informações.		
Quadro elaborado a partir das fontes presentes no acervo do Centro de memória de jundiaí(APMJ Prefeitura Municipal) Parque Infantil Pref. Manoel A. Marcondes Planejamento de Atividades (década 1960).				

No quadro acima podem ser conferidas 9 coreografias, do DEFSP e que são próprias para a primeira turma de um Parque Infantil.

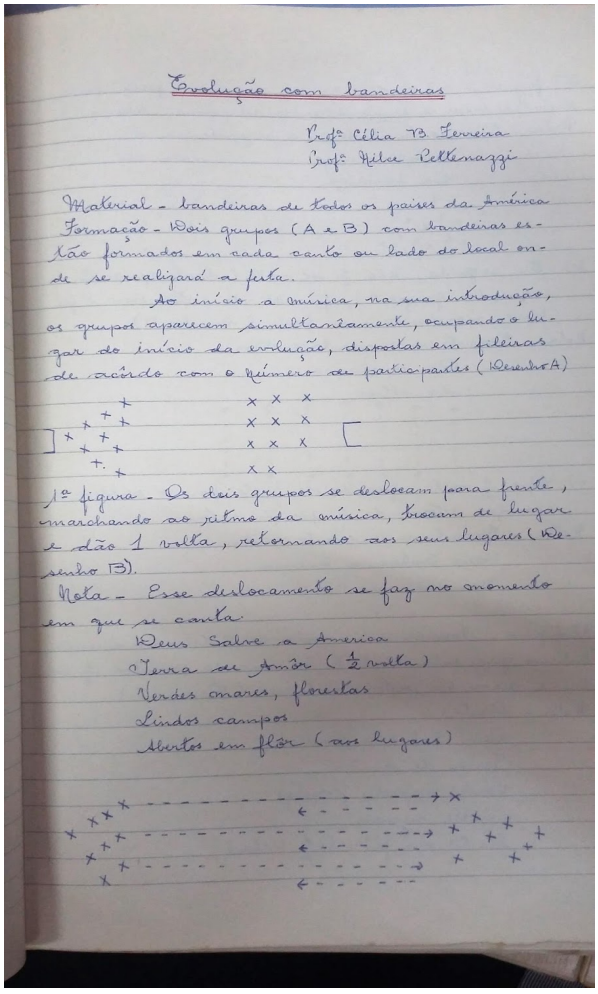
A procedência destas coreografias são diversas, desde excerto de livros e palestras acerca dos locais no qual estas danças são tradicionais, porém há um ponto comum nestas *Danças folclóricas* como um componente curricular interessante à um Parque Infantil: Todas as *Danças folclóricas* analisadas no Quadro 5 foram editadas e distribuídas pelo DEFSP.

Portanto, todas as danças elencadas foram consideradas adequadas por um departamento e também foram aprovadas pela Supervisora Judith Almeida Curado Arruda que incentivava as professoras a trabalharem estes conteúdos com os *parqueanos.*

[23] O termo “Não há informações” foi adotado para demonstrar que a coreografia existiu e foi registrada em um índice, no entanto, não há conteúdo para análise.

A maneira com a qual estas coreografias são apresentadas às professoras sempre se deu por meio de reuniões pedagógicas, nelas as impressões datilografadas ou manuscritas foram comentadas.

Figura 8 – Evolução com brincadeiras



Fonte: Foto de nossa autoria.

Apresentamos acima o planejamento da coreografia *"Evolução com bandeiras"*, podemos perceber o nível de detalhamento de todas as etapas e como os movimentos são cronometrados, o respeito à bandeira é o mote para que sejam elevados valores cíveis e morais.

A marcante presença do DEFSP é fruto da tendência empregada pelo do *Departamento de Educação Física e Desporto* de interferir na educação física escolar.

Para Araújo e Furtado (2019, p.8), esta tendência foi sistematizada com maior intensidade após a reorganização da estrutura e dos objetivos da Educação Física escolar.

As mudanças, ocorridas em esfera federal, *"(...)visava incorporar de forma efetiva a prática da Educação Física no processo da educação geral e integral devido ao valor do esporte como fenômeno social"*(ARAÚJO E FURTADO, 2019, p.16).

No P.I.P.M.A.M. a utilização do esporte e da educação física escolar como meio de integração se deu em diversos momentos, através das atividades e também da organização de festividades e desfiles, amplamente utilizados, com valor moral e cívico.

Das instruções copiadas à metodologia de aplicação destas coreografias pelas professoras têm rigor didático, até mesmo quando há uma indicação de liberdade, assim como demonstrado no excerto abaixo:

> É uma dança de crianças, encontrada há anos em Belo Horizonte já que nem mesmo no estado de origem há uniformidade ou maneira de dançá-las e uma vez que nela é permitida improvisação de movimentos, *sentimo-nos com liberdade, respeitando o que lhe é característico (as fileiras avançam, afastam-se e mudam de lado)*, difundí-las entre as crianças e os jovens paulistas , de forma que seus versos nos inspiram. (Coreografia Dançarei, APMJ Prefeitura Municipal) Parque Infantil Pref. Manoel A. Marcondes Planejamento de Atividades (década 1960)

No excerto da coreografia *"Dançarei"* destacamos que há liberdade de movimentos, mas com a condição de respeito às características próprias que são as fileiras que alternam os lados.

Não obstante as danças folclóricas obedecem à seguinte formação:

> a)Formação em rodas simples com participantes formadas para o centro da roda.
> b)formação em roda simples, com participantes voltados para a direita e esquerda.
> c)formação em rodas duplas para fora.
> d)formação em rodas duplas com pares de frente.(...) Essas são chamadas de "danças de rôdas" e caracterizam-se por um detalhe coreográfico, a umbigada, e são de modo geral de origem africana. Ex:. Samba, batuque, côco lundu, etc.
> e)formação de fleira oposta (...) de origem ameríndia ou europeia (...):. Caratê, quadrilha, etc. *(APMJ, 1971-1977 , ata de 4 de setembro de 1972).*

Cada uma das danças folclóricas, elencadas e apresentadas dos itens *"a)"* até *"e)"* são postas apresentadas e definidas pela "supervisora Judith Almeida Curado Arruda" que assinala os traços considerados interessantes e que caracterizam cada uma delas.

O folclore de outas culturas são apresentadas de maneira exótica e esta é a premissa que justifica todos os movimentos e a confecção de roupas. O planejamento não considerava aspectos que evoquem o desenvolvimento do sentimento de valorização de outras culturas ou tradições.

A preparação de uma *Dança folclórica* culmina em alguma apresentação é um momento que exige o registro para a eternidade:

Foto 9: Festa Junina de 1968

Fonte: Acervo do Centro de Memória de Jundiaí

Foto 10: Festa Junina de 1968

Fonte: Acervo do Centro de Memória de Jundiaí

Apesar das professoras do P.I.P.M.A.M. se valerem da sazonalidade para ensaiar as coreografias características presente nas *Danças folclóricas*, este não é um elemento definidor.

A sazonalidade presente na apresentação das danças folclóricas remete unicamente ao tempo escolar, visto que povos de matriz cultural diversa daquela que estavam inseridas. O P.I.P.M.A.M. possui seus próprios períodos, sagrados ou não, para que tais danças sejam empregadas. Entendemos que:

> O conceito de Folclore, portanto, inaugura uma nova visão para a sistematização e organização do universo material e imaterial provenientes do povo, ou melhor da autoria anônima. É importante notar também que a preocupação em conceituar algo proveniente do anonimato foi sendo ressignificado em função de cada contexto histórico e cada contexto geográfico, e assim, historicamente o uso do termo Folclore passou a ser, por varias vezes, questionado suas lacunas constantemente apontadas. (OLIVEIRA, 2004, p.20).

Assim, a dinâmica natural de ressignificação do folclore descrito por Oliveira (2004), também ocorreu nesta instituição escolar, na medida das *Danças folclóricas* serem planejadas com objetivo diverso daquele que era utilizado.

Nas reuniões transcritas no Livro de atas de Reunião Pedagógicas(APMJ 1971-1977) a proposição de danças, em certos períodos do ano é recorrente e coincidem com as festividades que o P.I.P.M.A.M. participou ou organizou.

Apesar dos elementos levantados, a inclusão de “Danças folclóricas” pelas professoras do P.I.P.M.A.M. é vanguardista e antecipou a iniciativa presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1971.

Para Costas *et al* (2018, p.127) a obrigatoriedade quanto ao ensino de artes, fomentou a necessidade da contratação de professores especializados neste componente curricular e consequentemente impactou na qualidade dos conteúdos propostos aos alunos.

3.6. Os jogos do Parque Infantil a serviço da higiene do corpo e da mente

Os jogos integraram os planejamentos de atividades do Parque Infantil de Jundiaí, sendo considerados pelas professoras como fontes de recreação para as crianças e elementos definidores dos serviços prestados.

Definir o jogo é uma tarefa difícil, mas a professora Tizuko Morchida Kishimoto aprofundou o assunto e a partir de suas pesquisas, destacou as contribuições de Gilles Brougère e Jacques Henriot que afirmaram que os significados atribuídos à um jogo podem recair ao: *“1- o resultado de um sistema lingüístico que funciona dentro de um contexto social; 2- um sistema de regras e 3- um objeto”*(KISHIMOTO, 1996, p.16).

Notadamente, cada jogo presente no acervo Parque infantil de Jundiaí poderia ser esmiuçado e estudado perante tais significados, mas ao ser efetuada a análise de todos os planejamentos que envolvem os jogos é possível compreender suas funções, dentro de seu contexto social e escolar.

Nestes planejamentos, conscientes de suas responsabilidades, as professoras do P.I.P.M.A.M., pontuaram a importância do uso do jogo na educação das crianças pequenas, estabelecendo-o como um valioso recurso pedagógico para sanar problemas de saúde e moral, como a:

> (...) chamada carência lúdica pode levar a criança a graves neuroses . Tem-se (...) na privação dos jogos um dos fatores que provocam a neurose e podem levar a criança a atitudes associais, além de prejudicar a sua escolaridade. No Parque Infantil a recreacionista sabe dosar convenientemente os brinquedos, o exercício físico, etc.(...) (APMJ - 1971 -1975, ata de maio de 1971).

Numa perspectiva médica, as justificativas que pautam a aplicação de um jogo centram a carência lúdica como causadora de graves neuroses, isto relaciona-se à percepção das professoras quanto ao público que atendiam e ao contexto social no qual o parque infantil estava inserido, definindo as crianças como carentes no âmbito familiar, na medida em que seus pais e ou responsáveis não conseguiam proporcionar possibilidades para as crianças desenvolverem-se através de brincadeiras e jogos.

Com a inserção de jogos justificadas por meio de um discurso médico e indicando que os distúrbios de natureza mental poderiam ser evitados através da ação pedagógica das professoras no Parque Infantil, na década de 1970, este tipo de atividade foi entendido como um dos elementos fundamentais para o êxito da futura vida escolar do parqueno.

E em um intrincado contexto social no qual a professora tentava compensar os aspectos mentais, morais e culturais deficitários de seus alunos, os planejamentos dos jogos para a criança tem em seus objetivos o mesmo argumento que pauta sua inserção nos planejamentos:

> (...) proporcionar às crianças a recreação ao mesmo tempo visa aperfeiçoamento de atributos físicos e desenvolvimento mental, fortalecendo física e moralmente, aumentando-lhes as energias e aumentando o caráter, ajustando as crianças ao meio, corrigindo falhas preparando-as enfim para a nova geração"(APMJ - 1971-1975, reunião de 24 de junho de 1976).

Na perspectiva de promover a recreação dos *parqueanos,* os objetivos revelam a real intenção que não finda na simples organização de um jogo e a diversão dos alunos por um determinado período de tempo, mas a partir deste, a higiene do corpo e da mente é fomentada para que as crianças sejam adaptadas ao meio pré-escolar, recreação que permitiria que

eventuais falhas pessoais fossem suprimidas em razão dos conhecimentos e comportamentos considerados ideais, tornando-as aptas ao ensino primário.

Enfim, com tarefa homérica à frente, para atingir seus objetivos, o planejamento do P.I.P.M.A.M. divide os jogos em três tipos distintos: Os Jogos motores, os jogos sensoriais e jogos sociais)[24].

Abaixo elaboramos uma tabela com o conjunto de atividades citadas pelas professoras no Livro de atas de Reunião pedagógicas (1971-1977) e que pertencem a primeira turma entre os anos de 1960 e 1970:

Quadro 8 - Jogos para a primeira turma do "Parque Infantil Prefeito Aníbal Marcondes"					
Jogos Motores		Jogos psíquicos/sociais		Jogos sensoriais	
Título	Eixo temático	Título	Eixo temático	Título	Eixo temático
Levar o porco a feira	Semana dedicada aos animais.	Pau de sebo	Festa junina	Caçando a raposa	Semana dedicada aos animais.
Ratinho no túnel	Semana dedicada aos animais.	Quebrar potes ou furar a sacola	Festa junina	Cachorro e o Osso	Semana dedicada aos animais.
Corrida de Cangurus	Semana dedicada aos animais.	Colocar rabo no porco	Festa junina	Cabra-cega (variante)	Semana dedicada aos animais.
Raposa Manca	Semana dedicada aos animais.	Revista a tropa	7 de setembro	Cabra-cega	Semana dedicada aos animais.
O cavalo em vassoura	Semana dedicada aos animais.	Batalha campal	7 de setembro	Provar para saber	----------
Corrida a cavalo	Semana dedicada aos animais.	Quem é a flor?	Dia da árvore	Embrulhinhos	----------
Cachorro e coelhinho	Semana dedicada aos animais.	Pássaros e flores	Dia da árvore	Reconhecer perfumes	----------
Corra "seu"	Semana	Iniciação	Dia da	Pássaro voa	Dia da

[24] No ANEXO VII há uma tabela com todos os jogos sociais, motores e sensoriais que são próprios para a 1ª turma, com seus respectivos eixos temáticos.

urso	dedicada aos animais.	aritmética	proteção aos animais.	(variante)	proteção aos animais.
Esquilo sai da toca	Semana dedicada aos animais.	Aí vem o ganso	Dia da proteção aos animais.	Passarinhos no bosque.	Dia da proteção aos animais.
Foge raposa	Semana dedicada aos animais.	Bem-te-vi	Dia da proteção aos animais.	As côres	15 de novembro
Gato e rato	Semana dedicada aos animais.	Pássaro voa	Dia da proteção aos animais.		
O gato esta dormindo	Semana dedicada aos animais.	Adivinhações	Dia das crianças		
A lebre no jardim	Semana dedicada aos animais.	Dez crianças	Dia das crianças		
A raposa e o coelhinho	Semana dedicada aos animais.	Nomes emprestados	Dia das crianças		
O jabuti	Semana dedicada aos animais.	Fitas	Não eixo temático evidenciado		
O leão e a jaula	Semana dedicada aos animais.	Berrem	Não eixo temático evidenciado		
O cachorro e o gato	Semana dedicada aos animais.	Os aviões	Não eixo temático evidenciado		
Cada macaco em seu galho	Semana dedicada aos animais.	O esconde -lenço	Não eixo temático evidenciado		
Lá vem o rato	Semana dedicada aos animais.	Quem se moveu	Não eixo temático evidenciado		
O lôbo e os pintinhos	Semana dedicada aos animais.	Choque-elétrico	Não eixo temático evidenciado		
Os gatos assustados	Semana dedicada aos animais.	Vizinhas amigas	Não eixo temático evidenciado		

Os coelhinhos	Semana dedicada aos animais.	Simão disse	Não eixo temático evidenciado	
Caçadores e os ursos	Semana dedicada aos animais.	Jericó e Jerusalém	Não eixo temático evidenciado	
Mamãe e o sapinho	Dia das mães	Operários Silenciosos	Não eixo temático evidenciado	
Bandeirinha	Pan americano	Refeiões às cegas	Não eixo temático evidenciado	
Corrida das bandeiras	Pan americano	Passando o gato preto	Não eixo temático evidenciado	
Bandeira individual	Pan americano	Passeio de tartaruga	Não eixo temático evidenciado	
A batalha	7 de setembro	Olhar a chave	Não eixo temático evidenciado	
Caçadores de avestruz	Dia da proteção aos animais.	Longe de vista	Não eixo temático evidenciado	
Os pássaros voam para fora do celeiro	Dia da proteção aos animais.	Côres e formas	Não eixo temático evidenciado	
Pombinha	Dia da proteção aos animais.	Pássaro voa	Não eixo temático evidenciado	
O pombo voa	Dia da proteção aos animais.	O burrinho	Não eixo temático evidenciado	
Pinto aleijado	Dia da proteção aos animais.	Quais eram	Não eixo temático evidenciado	
Briga de galo	Dia da proteção aos animais.	Canções inacabadas	Não eixo temático evidenciado	
A galinha do	Dia da	Dez crianças	Não eixo	

vizinho	proteção aos animais.		temático evidenciado	
O matemático	Dia do professor	Casinha de boneca	Não eixo temático evidenciado	
Voadores	Semana da ASA			
Viagem a lua	Semana da ASA			
Passarinho no bosque	Semana das aves			
Bandeirinha	15 de novembro			
Corridas das bandeirinhas	15 de novembro			
Revezamento das bandeiras	15 de novembro			
Bandeiras em lutas	15 de novembro			
Tabela confeccionada a partir das informações presentes no Livro de ata de Reuniões pedagógicas (1971-1977) e Pastas de atividades mensais. (Década de 60 e 70)				

3.6.1 Jogos motores: Movimento do corpo em prol da moral e do futuro

Os jogos motores fizeram parte dos planejamentos elaborados pelas professoras do P.I.P.M.A.M., que justificaram seus usos em reuniões pedagógicas destacando que o *"(...)desenvolvimento da criança se dá através dos jogos motores, pois ele fortalece toda a sua atividade moral e será importantíssimo nos trabalhos em sua vida adulta."* (APMJ, 1971-1977 ,ata de 4 de abril de 1976).

A justificativa contribui para o entendimento que o jogo motor possui metas pedagógicas que incidem para além do aprimoramento do corpo das crianças, sendo este o ponto inicial para o desenvolvimento de habilidades e metas consideradas realmente importantes.

Primeiramente, por intermédio do exercício sistematizado por um jogo motor, as

crianças desenvolveriam forças e aprenderiam a respeitar regras, importantes à moralidade e fundamentais para que estas se enquadrarem nos seus futuros trabalhos.

Estes trabalhos que seriam destinados às crianças do P.I.P.M.A.M. não exigiam habilidades mentais, de comunicação ou raciocínio lógico, por outros caminhos, a partir da destreza do corpo, o principal objetivo de um jogo motor é posto: Habilitar o futuro adulto para ser exitoso em seu trabalho e, em paralelo à este, antecipar habilidades necessárias ao ensino primário.

Para tanto acerca das crianças de 4 à 6 anos:

> Sobre o planejamento, a professora deve considerar:
> (...) quanto a sua coordenação motora frisando que a criança passa por uma série de estágios, do nascimento até o quinto, sexto ano, evoluindo da fase de bilateralidade, para uniteralidade . O desenvolvimento da lateralidade alternada culminaria no andar
> É interessante a professora descobrir onde está a criança quanto a coordenação e os tipos de atividade que ela precisa desenvolver a fim de passar o nível seguinte (...) *(APMJ, 1971-1977 , ata de 2 de março de 1975).(grifo nosso)*

Durante a década de 1970, as professoras do P.I.P.M.A.M., apesar de não terem oportunidade de frequentar cursos de formação continuada, relembravam e renovavam seus conhecimentos através das reuniões pedagógicas, fomentando assim seus planejamentos e práticas para o enriquecimento das habilidades da criança.

Neste caso, é factível que as professoras, em uma escola pré-primária que possui métodos rígidos para aplicação das atividades, efetivaram planejamentos para desenvolver as habilidades de seus alunos, primeiramente, ao saber as habilidades motoras correspondentes à uma idade específica, poderiam avaliar e discriminar as atividades que seriam mais eficazes para o desenvolvimento dos pequenos.

Pelas de avaliações diagnósticas e identificando o nível no qual a criança da primeira turma está, as atividades foram planejadas, do mais simples para o mais complexo, de acordo com "*(...) a capacidade e o nível de desenvolvimento de cada turma, adaptando o currículo às necessidades reais da criança." (APMJ, 1971-1977 , ata de 2 de março de 1975).*

Neste contexto, a formação de um currículo é explicitada, indicando que este é rígido, porém pode ser modificado, a partir do momento em que é identificada a necessidade real de uma criança, bem como necessidades relacionadas às suas carências motoras e morais.

No P.I.P.M.A.M., os jogos motores objetivavam oportunizar ao *parqueano*, carente de valores morais, importantes noções ao convívio social e ao futuro laboral que coincide com projeto de nação e educação em ocorrência no período da Ditadura Militar: Uma educação higienista e compensatória.

Para tal, os jogos motores integraram as crianças às propostas de higiene moral e física da Ditadura Militar (1964-1985), com temas geradores como Proclamação da República, Dia do trabalho, Dia do Soldado ou *Sesquicentenário da independência*.

E, nos planejamentos:

> As professoras devem se preparar para o Monumental desfile de 7 de setembro que o Parque Infantil, prazerosamente participará pela primeira vez. O culto à bandeira deverá ser rendido diariamente durante a semana da Pátria, com cerimônia simples, porém dentro das normas que regem tão simbólico ato."(APMJ, 1971-1977 , ata de 2 de setembro de 1972).

No projeto de desenvolvimento para se atingir a vida adulta, dentro de uma cerimônia simples, se aprende a fazer fila, marchar, hastear e honrar a bandeira, pular corda, cabo de guerra, atividades que se fundem para a educação do corpo e da moral.

A distribuição dos jogos motores e outros planejamentos através de uma proposta pedagógica do DEF-SP coaduna-se com interesse de agentes públicos em promover um projeto eugenista transmitido desde o início dos primeiros *playgrounds* da cidade de São Paulo na década de 1930, neste sentido o jogos motores estavam:

> (...) em grande parte ligados ao movimento eugenista, justificavam o investimento público no esporte com apelos ao desenvolvimento racial do brasileiro, pois a manifestação esportiva era interpretada como uma forma de desenvolver o vigor físico e moral da população. (DALBEN, 2019, p.9)

No P.I.P.M.A.M., a Educação Física escolar era entendida como um importante elemento para a normatização de comportamentos considerados ideais, colaborando para o desenvolvimento de outras habilidades como desenhos, danças e coreografias.

3.6.2 O jogo sensorial e a educação do corpo

As justificativas que pautaram os jogos sensoriais no P.I.P.M.A.M. direcionaram-os para uma faixa-etária específica, às crianças da primeira turma, mais especificamente, em reunião ocorrida em 1977, é destacado que o *"(...) jogo sensorial aguça nas crianças os sentidos, sendo necessário que sejam ministrados às crianças de 4 a 6 anos ou as sensorialmente deficientes"*(APMJ, 1971-1977 , ata de abril de 1977).

Nesta justificativa, datada de um período no qual já estava estruturado um pré-primário com foco na alfabetização no lugar do Parque Infantil ,as professoras evidenciam o entendimento que os jogos de natureza sensorial, possibilitam às crianças treinar seus sentidos.

Ao delimitar um grupo etário para a elaboração de planejamentos de atividades voltadas especificamente para a estimulação dos sentidos, as professoras circunscrevem um grupo de

crianças com o desenvolvimento adequado de 4 a 6 anos, distinguindo-as de outro grupo de crianças que necessitam deste tipo de atividade, aquelas que apresentam algum déficit no desenvolvimento dos sentidos.

Considerando os cinco sentidos, tato, visão, paladar, olfato e audição, a partir dos indicativos de outras reuniões pedagógicas, é possível inferir que as professoras entendiam que cada etapa da vida infantil possuía níveis ideais, sendo que quando a avaliação das professoras não percebessem estas correspondências, este aluno era enquadrado como sensorialmente deficiente.

Portanto, não é possível afirmar aqui que as professoras presentes na reunião de 1977, estavam planejando atividades para alunos com necessidades especiais de natureza mental e física, ou descrevendo algum método de inclusão em seus planejamentos.

No bojo dos planejamentos, termos ou inferências referentes aos alunos com necessidades especiais nunca foram utilizados, neste caso a interpretação adotada neste trabalho para as crianças sensorialmente deficientes refere-se àquelas que não se desenvolveram adequadamente devido sua condição carente, sendo responsabilidade da instituição pré-primária normatizar estes déficits a partir de jogos que são lúdicos, neste caso interessantes às crianças.

Na mesma lida, o objetivo específico dos jogos sensoriais *é "(...)estimular o desenvolvimento das faculdades da criança e é por isso que a educação sensorial ocupa proeminente lugar entre as de caráter educativo"*. (APMJ, 1971-1977 , ata de abril de 1977).

Neste objetivo, destaca-se primeiramente que o jogo sensorial é previsto nos planejamentos dentro do projeto educacional da instituição e a partir do acervo é possível destacar que estes planejamentos têm aspectos interessantes em comum, a primeira é que todos têm origem no DEF-SP, em segundo lugar, todas fazem uso do jogo sensorial para estimular, além dos sentidos, comportamentos úteis à uma organização escolar.

Com planejamentos dos jogos sensoriais datados da década de 1950 e entendida pelo corpo pedagógico como pertencente à Educação Física, há uma flagrante ressignificação dos processos que envolveram as aplicações destas atividades.

Nestes planejamentos, as professoras fizeram uso de conhecimentos pedagógicos que circularam na instituição entre as décadas de 1950 e 1970 que partiram do DEF-SP nos primórdios do Parque Infantil, adaptando estes conhecimentos às características do novo projeto de pré-primário, incutindo nestes um caráter utilitário para o ensino primário.

Da utilidade para o futuro das crianças no pré-primário, as professoras se preocuparam com o correto desenvolvimento das faculdades sensoriais de seus alunos, dito correto, porque a

partir do objetivo apresentado, as crianças desenvolvem-se, aprendendo em suas casas e nas ruas, daí surge a necessidade dos planejamentos de jogos para estimular corretamente os sentidos através da prática planejada e no trabalho educativo.

Na década de 1970, apesar da meta implícita de preparar para a educação primária, os jogos sensoriais buscaram recrear em um ambiente cooperativo, ao passo que nas proposições destas atividades não há inferências de atividades que indiquem um vencedor ou um perdedor, pois a meta estava em preparar para o ensino pré-primário em uma perspectiva compensatória.

3.6.3 Jogos sociais, o brincar e o aprender com o outro como meio para a socialização;

No P.I.P.M.A.M., os jogos sociais são aqueles que estabelecem oportunidades para a socialização dos alunos por meio de brincadeiras, utilização de aparelhos do parque e outros brinquedos, a justificativa para a adoção desta atividade é de cunho psicológico e moral, pois seu uso *"(...)domina toda a sua atividade mental e impele a sua conduta e é o melhor para o desenvolvimento da criança". (APMJ 1971-1975, Reunião de abril de 1977).*

Amplamente utilizadas durante as décadas de 1969 e 1970, 16 atividades tiveram seus usos aferidos através das atas lavradas em reuniões pedagógicas e a partir destes foram encontrados objetivos para sua inclusão nos planejamentos pedagógicos para as atividades de crianças de 4 até 6 anos.

Os objetivos destes dos jogos sociais estão em seus planejamentos[25], são estes: *"Atenção", "Observação", "Memória", "Vocabulário", "Agilidade", "Autocontrole"*, "Sistematização dos conhecimentos relativos a quantidade de 1 a 10" e *"Desenvolvimento de bons costumes" e "Boa conversação."* (APMJ Prefeitura Municipal – Jogos Sociais. S/D).

Os objetivos dos jogos sociais, quando analisados, permitem questionamentos acerca do tipo de socialização que estes almejam, de certo, é possível destacar que tais metas evidenciam habilidades sociais importantes e que podem ser atingidos por atividades que estipulam tais metas.

Nos planejamentos que envolvem os jogos sociais, o tipo de socialização considerado adequado está pressuposto nas instruções que são propostas nas atividades. Por exemplo, no jogo social "Berrem", com o objetivo atenção, são dadas as seguintes instruções:

[25] No ANEXO VII há uma "Tabela" que foi elaborada a partir da a organização disposta no caderno de "Jogos Sociais". durante os anos de funcionamento do P.I.P.M.A.M., entre os anos de 1964 à 1977.

> Todas as crianças sentadas em roda: Cada uma receberá um nome de uma animal, no meio da roda da bicharada, ficará um guarda que contará história qualquer de animais. Na história irá citando nomes deste animais, de sorte que as crianças ali formadas ouvindo a citação dos nomes que têm, tratam de imitar a voz deste animal. Quando o guarda falar no leão todos os animais meneiam e urram como faz o leão. Segue a história até que conte nova história.(APMJ Prefeitura Municipal – Jogos Sociais. S/D)

Na brincadeira, a socialização é dada a partir da atenção que a criança presta em cada uma das etapas que fazem parte do jogo: sentar em uma roda, ouvir a professora falar uma história relacionada ao jogo, ao passo que oportunamente ao ouvir o nome do animal emitem o som deste, notadamente a recreação é efetivada, sendo que a interação com o outro é dada a partir de palavras chave.

As regras destes jogos, do modo como são expostos nos planejamentos das atividades, permite que o mesmo seja executado apenas se as crianças estiverem sentadas, ouvindo suas professoras, sendo isto requisito fundamental para corresponder o nome do animal com um som, enfim, em um ambiente escolar, deve-se ficar em silêncio e falar apenas quando autorizado.

Como pano de fundo a estas orientações, é esperado que as professoras sejam capazes de organizar as crianças, sendo que a rigidez das propostas indica que, para além dos objetivos nominalmente expressos, há a premissa de que o jogar no P.I.P.M.A.M. é uma atividade imbuída de objetivos pedagógicos bem delimitados, no caso dos jogos sociais: Ensinar a criança a ter comportamentos adequados.

No caso dos jogos sociais, uma característica interessante se destaca, para o início de todos, é solicitado aos alunos que sentem, aguardem, formem filas, rodas ou fiquem em silêncio, na qual a busca por uma organização escolar adentra à um espaço que tem nome de parque.

Considerando a influência do DEF-SP nos planejamentos elaborados durante a década de 1950 e utilizadas até a década de 1970, a proposição dos jogos objetiva:

> (a) adestrar fisicamente os escolares, tendo em vista o aumento do rendimento produtivo no mundo do trabalho; (b) formar atletas profissionais, considerando os possíveis benefícios políticos de conquistas esportivas no cenário internacional; e (c) pelo uso político do esporte, desviar a atenção da população de questões sociopolíticas. (REI e LUDORF, 2012, p.484)

No excerto, nos itens *"(a), (b) e (c)"*, é possível identificar similaridades com a proposta pedagógica presente no planejamento do P.I.P.M.A.M., estas que buscam adestrar os corpos e mentes ao requisitar silêncio ou a necessidade do aluno estar sentado para iniciar uma atividade, trazendo a tona a mensagem que a socialização adequada é aquela que só se expressa quando dada a possibilidade.

Valendo-se da recreação, partindo do centro de interesse do *parqueano*, a capacidade imersiva de um jogo social inculcou pequenos comportamentos práticos considerados ideais para o ensino primário.

Na dećada de 1970, dentro da pré-escola que estava em transição, estas atividades foram pautadas no planejamento, pois com elas era possível extirpar a liberdade do corpo, estabelecendo que para a atividade acontecer era necessário obedecer copiosamente às instruções e em uma perspectiva de educação compensatória, esta já dava indícios que só se aprende a ler e escrever sentado e ouvindo o professor.

Aos olhos do observador, a criança joga, se diverte e socializa. Para a professora, em seus planejamentos, destacavam-se a necessidade de apresentar a moral, o cuidado com o corpo e tudo que não lhe era ensinado em casa, inclusive o cultivo de boas relações entre os colegas e outras pessoas.

De certo, os planejamentos de jogos sociais previram que ao brincar com o outro, a criança estabelece relações importantes à vida adulta e à escolarização regular e através de atividades direcionadas, era possível ensinar os *parqueanos* a discernir as relações que seriam úteis, em detrimento daquelas que não seriam, bem como valores sociais que eram caros à sociedade e carentes nas crianças.

Destes comportamentos, tal como dito anteriormente, o mais importante se centrava em obedecer e aceitar comandos, distanciando-se da pretensa liberdade pedagógica e lúdica que revestiu os planejamentos dos Parques Infantis

3.7 Educar, recrear e assistir: O atendimento assistencial nos planejamentos pedagógicos do P.I.P.M.A.M. entre os anos de 1964 e 1977

Neste capítulo foram aprofundadas questões relativas ao planejamento de atividades das professoras para as crianças da primeira turma do P.I.P.M.A.M., sendo que, para além de recrear ou permitir o brincar livre das crianças, era objetivado o ensino de comportamentos e habilidades considerados importantes pelas professoras.

Portanto, a formação de um acervo de planejamentos em um Parque Infantil, propiciou a noção de que a inclusão de temas de cunho cívicos, higiênicos, de saúde pública, fauna, flora, abarcavam o interesse das crianças através da ludicidade e integrava-os à um currículo para a

transmissão dos costumes e tradições que supostamente não estavam presentes no ambiente familiar.

A assistência como elemento recuperador da infância

A ideia assistencialista não é exclusividade do P.I.P.M.A.M., para Danailof a percepção da carência cultural, material e moral das famílias está presente desde a idealização dos Parques Infantis da cidade de São Paulo nos idos anos de 1930, pois eles deveriam estar *"(...) o mais perto possível das famílias e servindo à educação moral, higiênica e estética da saúde e de alegria"(DANAILOF, 2006. p.5).*

Enfim, na esteira de cumprir a missão dos primeiros Parques Infantis da cidade de São Paulo, na década de 1970, as professoras do P.I.P.M.A.M., reproduziam e adaptaram a ideia de que as famílias eram carentes no poder aquisitivo, cultural e *moral* em documentos oficiais e atas de reuniões.

Um destes documentos são os ofícios elaborados pela gestão do P.I.P.M.A.M. e que solicitavam recursos materiais para a realização de festividades à iniciativa privada.

Em 29 de maio de 1973 foi solicitado:

> À Indústria Pozzano S.A.
> O Parque Infantil" Pref. Manoel Aníbal Marcondes, fará realizar, como acontece anualmente, a comemoração em homenagens ao dia dos pais.
> Neste sentido, solicito a generosa colaboração dessa conceituada indústria, para uma oferta de xícaras de café, às crianças sem recursos desse Parque. (APMJ, Ofícios Convites e agradecimentos, 1946-1982).

Ao requerer a *oferta de xícaras de café, às crianças sem recursos* a gestão expõe a realidade econômica de ao menos uma parcela das crianças pequenas, cujo as famílias não tinham o mínimo para oferecer ao Parque Infantil para realizar a festividade, ao contrário, necessitavam de doações e apoio para se manterem.

Os convites para as festividades do Parque Infantil de Jundiaí também foram analisados por Vinagre, que ao verificar a publicação de um convite no *Jornal da Cidade* datado de 11 de fevereiro de 1972 questionou o propósito de uma fotografia[26]: *"(...) seria uma imagem para a comoção de leitores que se mobilizaram para auxiliar a instituição que as atendia, ou somente uma forma de demonstrar que a instituição era responsável por assistir crianças pobres e sem motivações futuras?"*(VINAGRE, OpCit, p.91).

Para elucidar este questionamento destacado-se:

[26] A fotografia em questão apresenta crianças desoladas, com o olhar para um ponto no horizonte, com roupas com um aspecto surrado e pés descalços, indicando carência material.

> Nos anos 70, o Brasil absorve as teorias desenvolvidas nos Estados Unidos e na Europa, que sustentavam que as crianças das camadas sociais mais pobres sofriam de privação cultural e eram colocadas para explicar o fracasso escolar delas, esta concepção vai direcionar por muito tempo a Educação Infantil, enraizando uma visão assistencialista e compensatória(...)(CARVALHO, 2016, p.14)

Com este apoio, é possível concluir que o convite do Jornal da Cidade, ao mostrar as crianças em situação de pobreza, demonstrava a relevância do serviço prestado, visto que sem o Parque Infantil não haveria um atendimento de qualidade para as *crianças proletárias*, que consequentemente ficariam sem a assistência moral e material que tanto necessitavam, ao mesmo tempo que comovia a comunidade de leitores para participarem desta obra assistencial, daí fortalece-se a hipótese de que o projeto educacional do P.I.P.M.A.M., entre os anos de 1964 e 1977, tinha matrizes assistencialistas e compensatórias.

Para Maria Malta de Campos (2013, p.27) as teorias de *privação cultural*, influíram fortemente através de ideias assistencialistas e compensatórios, sendo que, nos planejamentos das professoras do P.I.P.M.A.M., a circulação destes, que se tornaram saberes pedagógicos, favoreceram a antecipação da alfabetização em idade pré-escolar.

Rompendo os muros da escola, entre os anos de 1964 e 1977, o assistencialismo e as ideias compensatórias não eram restritas aos planejamentos pedagógicos, incidindo na percepção da população atendida pelo Parque Infantil de Jundiaí.

Um exemplo da disseminação destes saberes pedagógicos na população em geral é a entrevista concedida pela Dona Erotildes e presente na publicação *"E tudo começou assim... 40 anos depois, um processo significativo de mudança nas funções da pré-escola"(JUNDIAI, 1986)*.

Nesta entrevista, é relatado que Dona Erotildes, a primeira servente da instituição, atuante por mais de 30 anos, mãe de 10 alunos que frequentaram oP.I.P.M.A.M. e que graças à escola *"(...)criou a Maria Elizabeth, Maria da Glória, o Antônio, o José Paulo, a Maria Lúcia, o João José, o João Gilberto, o José Fernando, o josé Renato e o José Geraldo, <u>sem problemas</u>"*(JUNDIAÍ, 1986, p.6. Grifo Nosso).

Ao grifar o termo *sem problemas* na fala da *dona Erotildes* destaca-se que a mesma considerou a importância do Parque Infantil na escolarização, na higiene física, moral, alimentação e acesso aos serviços de saúde pelos seus filhos que viviam em uma casa em condição pobreza na qual *"(...) entravam sapos e cobras que não parava mais(...)"*(JUNDIAÍ, OpCit, p.6), não obstante, apesar da precariedade a mesma garante que com a educação do Parque Infantil *"(...) não saiu nenhum marginal."*(JUNDIAÍ, OpCit, p.6.).

Dona Erotildes parabeniza o trabalho educacional das professoras do P.I.P.M.A.M., pois, segundo a orgulhosa mãe, sua filha mais velha, Maria Elizabeth, tornou-se pianista devido às aulas ministradas com o *"piano desafinado"* da instituição.

Este não é o único caso de sucesso, na publicação *"E tudo começou assim(1986)"* outros são destacados como alguns médicos, atleta da seleção brasileira de basquetebol, professores e juízes de direito.

Neste sentido, a publicação sugere que os prodígios do P.I.P.M.A.M.s surgiram porque, em meios às atividades, alimentação e acesso aos serviços de saúde guiados pelo lema Educar, recrear e Assistir, *"(...) as professoras iam permitindo que as vocações dos alunos surgissem naturalmente"(Jundiaí, Opcit, p.6).*

Educar, recrear e assistir em Jundiaí entre os anos de 1964 e 1977

O lema do Parque Infantil, grafado neste trabalho na seguinte ordem Educar, Recrear e Assistir, difere da grafia de outros trabalhos, Vieira (2004, p.117) cita o lema tríplice da seguinte maneira *"(...)assistir, educar e recrear"* enquanto que outros autores como Vinagre (op cit), Faria (op cit) e Fonseca (1981) citam *Educar, Assistir e Recrear*.

Apesar de diferir em suas transcrições, quanto aos sentidos, são similiares.

Ao buscar entender um processo de transição que justificasse tais mudanças no tríplice objetivo dos Parques Infantis, verificou-se que o termo mais utilizado e divulgado desde o início do projeto na cidade de São Paulo é; Educar, Assistir e Recrear.

Neste trabalho, o lema educar, recrear e assistir foi utilizado deste modo porque as professoras do P.I.P.M.A.M., mencionaram-o nesta ordem em entrevistas que foram concedidas, ou seja, do modo com o qual elas entenderam e replicaram.

Durante toda a duração do P.I.P.M.A.M., a assistência permaneceu indissociável da educação e recreação, de modo que nos planejamentos presentes no Livro de Atas e Reunião Pedagógica (APMJ 1971-1977), as orientações pedagógicas proferidas nas reuniões foram dadas em conjunto com orientaçẽos relativas à área da saúde, alimentação, higiene física e moral dos *parqueanos*.

Porém quando não figura temáticas planejadas não é indicativo do livre brincar das crianças, do recesso para os servidores do Parque Infantil ou da falta de ação pedagógica, ao contrário, é aferível por meio de atas de reuniões pedagógicas e ofícios que este era o mês reservado para verificação de registros médicos pela equipe gestora e pedagógica da instituição.

Durante os anos de funcionamento do primeiro P.I.P.M.A.M., este era o mês no qual os professores mensuravam o desenvolvimento físico e mental, verificavam a saúde bucal, marcas no corpo ou qualquer outra doença que as crianças tivessem.

A partir destas verificações, as professoras realizavam registros e encaminhavam-os por meio de ofícios à municipalidade e os casos que inspiraram maiores cuidados eram encaminhados aos postos de saúde. Este cuidado com o bem estar físico das crianças e adolescentes eram estendidos durante todo o ano letivo, repetindo-se o procedimento quando constatado doença em alguma das crianças.

Neste sentido, as professoras eram orientadas quanto à verificação de doenças endêmicas e em caso de epidemias as atividades pedagógicas poderiam ser suspensas, fato ocorrido em dois momentos no período de interesse deste trabalho, a primeira em agosto de 1974, no qual o P.I.P.M.A.M. teve suas atividades interrompidas devido à um surto de meningite e, a segunda, em outubro de 1978 devido à um surto de tuberculose.

Em ambas as ocasiões as aulas foram reiniciadas paulatinamente, com o auxílio dos servidores da saúde, entre os quais médicos e enfermeiros, que indicaram:

> "(...) o reinicio da aula foi adiado para o dia 20 de agosto também foi caráter experimental, podendo as mesmas serem adiadas caso haja incidência maior de casos.
> Com o reinício das aulas, como medida pedagógica, houve intensa campanha em conjunto com a saúde com o tema "Noções de higiene para acabar com o mal que assola as nossas crianças".(APMJ, 1971-1977, ata de 31 de agosto de 1974).

E no ano de 1978 *"(...) houve uma intensa campanha sobre a vacinação contra a tuberculose, campanha essa dirigida pelo Posto de Saúde Local."*(APMJ, 1971-1977).

Deste modo, os temas geradores que envolvem assuntos relacionados à saúde eram pautas interessantes aos planejamentos do P.I.P.M.A.M. e, mais especificamente, à saúde das crianças que conviviam com suas famílias carentes e sobreviviam em casas empobrecidas.

No esquema de temas geradores e palestras proferidas pelos servidores da saúde às crianças e às professoras, os conteúdos que envolviam a assistência aos parqueanos pautavam aspectos físicos e morais de situações ou a realidade da criança e da família.

Á exemplo disso encontram-se nos planejamentos uma cartilha intitulada *"Asseio Corporal"*(APMJ - Planejamentos 1960 - 1970), com o subtítulo grafado em letras garrafais *"O QUE SE DEVE SABER SOBRE O ASSEIO CORPORAL"*.

A partir do título conclui-se que os autores efetuaram um recorte de conteúdos considerados importantes acerca do asseio corporal, *estes conteúdos* foram condensados em

forma de uma cartilha, sendo excetuados outros conhecimentos que poderiam ser relevantes aos *parqueanos.*

Nesta cartilha há uma imagem central com duas mãos brancas iluminadas. A iluminação destaca a limpeza das mãos, fazendo uso do símbolo que indica santidade, marca indelével da religiosidade que é latente nas atividades do P.I.P.M.A.M.do a mensagem indica como deve ser a assepsia do corpo e o modo correto de lavar-se, ante as mazelas e a sujeira que as crianças poderiam estar imersas.

Datado da década de 1950, a tiragem da qual a cartilha descrita faz parte teve tiragem de 160.000 cópias, e na contracapa estão inscritas informações sobre outras cartilhas da coleção "*O que se deve saber sobre"*, na qual encontram-se os temas: Malária, alcoolismo, verminose, câncer, nutrição, raiva, difteria, sífilis, gripe, varíola, tabagismo, tracoma e tuberculose.

A cartilha *Asseio Corporal* (APMJ - Planejamentos 1960 - 1970)foi formulada pelo Departamento de Educação Física e Esporte do Estado de São Paulo (DEF-SP), na década de 1950, sob a tutela do Departamento de Saúde do estado de São Paulo e do Serviço de Recreação dos Parques Infantis.

A redação presente na cartilha *O que se deve saber sobre o asseio corporal* é percebida como uma *Preleção*, ou seja, uma dissertação com fins pedagógicos e informativos que centraliza e seleciona aquilo que deve ser apresentado aos alunos do Parque Infantil para que estes, se quisessem desviar-se das desventuras e mazelas que nomeavam os números da coleção *"O que se deve saber sobre"*, deveriam seguir o que era proposto.

Com projetos integrados, a área da saúde tinha campanhas que adentravam o Parque Infantil no intento de proporcionar às crianças acesso a um sistema de saúde municipal que permanecia distante das famílias.

De campanhas de vacinação, verificação de doenças e ou comorbidades, as professoras estiveram envolvidas diretamente em processos de atendimento assistencial à criança e, na maioria das vezes, o trabalho pedagógico estava alinhado à estas ações de modo que, nas décadas de 1960 e 1970, era incumbido de estabelecer processos de avaliação da condição de saúde das crianças, bem como servir de apoio aos setores de saúde para a efetivação de suas campanhas que favorecem o entendimento de que a municipalidade confiava no Parque Infantil para atingir as famílias carentes e desinformadas, conteúdos acerca da importância e aplicação de vacinas e outros protocolos de saúde através de palestras informativas sobre doenças e outras mazelas derivadas de maus hábitos de higiene.

Ou seja, pelas das cartilhas com temas que tratam desde o asseio corporal, até o alcoolismo e o tabagismo, há a responsabilidade das professoras de incutir nos alunos hábitos saudáveis de modo que, na escola, distante do ambiente hostil presente nas famílias, os *parqueanos* poderiam tornar-se prodígios como os destacados médicos, juízes, jogadores de basquetebol e pianistas.

Portanto, nos temas que tangenciaram a área da saúde não era tratado unicamente de ensinar a lavar as mãos ou como escovar os dentes, mas de moralizar e ou civilizar os hábitos ensinados pelas famílias às crianças e, para além destes, proporcionar uma alimentação saudável.

Alimentação no Parque Infantil de Jundiaí

Entendida como parte integrante do projeto educativo e assistencial, a alimentação dos *parqueanos* foi uma preocupação diária para os servidores do P.I.P.M.A.M. entre os anos de 1964 e 1977, como relatado anteriormente, até o ano de 1969, a responsável por pensar o cardápio e administrar o recurso público para aquisição de alimentos era *supervisora* do P.I.P.M.A.M. (Livro Caixa/Balancete de de Lanches, APMJ 1953- 1968) e as responsáveis pela produção da merenda escolar eram as professoras.

No projeto inicial de Parque Infantil a alimentação tinha caráter de relevância para execução das atividades que seriam desenvolvidas pelos parqueanos, neste sentido Nicanor Miranda pontuou o seguinte acerca dos objetivos da alimentação nas instituições paulistas da década de 1930:

> a) diminuir tanto quanto possível o deficit nutritivo apresentado pela criança proletária; b) fornecer aos parqueanos alimentos com princípios indispensáveis ao seu desenvolvimento, os quais são parcos ou inexistentes em sua alimentação habitual; c) responder à maior necessidade de alimentação, determinada pelos exercícios físicos e processos recreacionais adotados nos Parques Infantis, impedindo assim que as causas da desnutrição sejam agravadas; d) favorecer a educação higiênica, econômica e social da criança proletária. (MIRANDA, 1945, p.78)

Com a perspectiva de fornecer à criança proletária suporte com alimentos nutritivos que seriam indispensáveis ao desenvolvimento sadio e sustentável, a ideia de alimentar adequadamente uma criança não estava calcada unicamente na premissa de fornecer alimento para quem tem fome, mas para corrigir os déficits provenientes de uma família em situação de pobreza e , mais profundamente, alinhada à proposta pedagógica, fornecia energia para que a proposta pedagógica que ocorreria ali fosse satisfatoriamente absorvida pelos parqueanos, neste

contexto, há a sugestão de que, se não houvesse esta ação de assitência, os trabalhos desenvolvidos na instituição seriam perdidos.

Para atender esta demanda, os alimentos para a dieta semanal pensada por nutricionistas e ratificada por Nicanor Miranda (MIRANDA, 1945, p.81) para os Parques Infantis na década de 1930 da cidade de São Paulo, chegavam aos domingos por intermédio da municipalidade e era composta por *"(...)900 g de leite, 600 g de pão, 10 g de manteiga, 100 g de banana (2), 200 g de carne de vaca, 160 g de queijo e 50 g de goiabada. Nos meses de inverno, 40 g de mel de abelha", por parqueano.*

Na cidade de Jundiaí, na década de 1960, os parcos recursos advindos da municipalidade destinados à gastos com gêneros alimentícios, aliada às múltiplas demandas das professoras com a preparação de alimentos que proporcionou lanches matutinos e vespertinos nos quais estavam regularmente incluídos pão, leite condensado, café, doces diversos e leite com açúcar ou achocolatado.

E com ou sem cardápio dotado das premissas dos Parques Infantis paulistas na década de 1930, o momento do lanche era lúdico e instrutivo, pois era considerado parte integrante dos planejamentos pedagógicos de atividades, no qual Nicanor Miranda convencionou nomear de "*jogos alimentares"*(MIRANDA, Op Cit, p.81).

No P.I.P.M.A.M., os tais jogos alimentares foram concentrados nos Jogos sensoriais, nos quais os sentidos do corpo humano foram considerados importantes elementos constitutivos na formação da pessoa bem como do futuro cidadão.

Os jogos alimentares, alinhados à proposta de um jogo sensorial, foram dotados de experimentações com pedaços de frutas, doces e outros alimentos importantes.

A educação dos sentidos, em prol de uma antecipação de comportamentos considerados importantes, dotaram a hora da alimentação com canções embalaram os lanche e antecipavam as ações das crianças, a título de exemplo, encontra-se:

> Já é hora de merendar
> Vamos todos alegres aguardar
> E depois que o sinal tocar
> Vamos todos de nôvo estudar (APMJ- Reuniões de fevereiro - 1971 - 1977)

Com o alimento na boca e o estômago preenchido, tempos escolares foram evocados, da organização escolar para o lanche, do "*aguardar"* o lanche à espera do "*sinal tocar" para "estudar"*.

Tais comportamentos, alinhados aos esforços de criação de um departamento de nutrição de Jundiaí em 1969, iniciou um cardápio composto por uma maior variedade de

gêneros alimentícios, a alimentação foi uma importante linha de ação da instituição, ao mesmo tempo que comprovava o desamparo da municipalidade com as condições materiais que envolviam o P.I.P.M.A.M. durante a maior parte de sua existência.

As responsabilidades das professoras do Parque Infantil (1964 -1985), além de planejarem as atividades pedagógicas, incorporaram a aplicação de inquéritos e procedimentos próprios da área da saúde, do preparo da merenda, o projeto educacional do P.I.P.M.A.M. foi uma ação assistencial integrada à ações pedagógicas, dotadas de recreação e, consequentemente, educação.

Considerações Finais

Esta dissertação dedicou-se a aprofundar a influência das políticas públicas voltadas para a educação da criança durante a Ditadura Militar, com foco na história e na análise dos planejamentos das práticas pedagógicas do P.I.P.M.A.M. no contexto de mudanças que ocorreram em Jundiaí.

Para tal, verificou-se a urbanização desordenada e acentuada pela industrialização do município de Jundiaí entre as décadas de 1950 e 1980, a ausência de iniciativa pública para a criação de creches que atendessem à crescente demanda.

Em Jundiaí, na ausência do Estado, as creches de natureza privada foram criadas e atenderam minimamente à demanda de crianças pobres que necessitavam de um espaço para estarem seguras enquanto suas mães estivessem trabalhando.

Filantrópicas ou administradas por indústrias, estas creches que buscaram atender à população pobre careciam de apoio e objetivos pedagógicos, sendo que a assistência alimentar e médica nortearam os trabalhos institucionais.

Na esfera pública, a ausência de financiamento adequado e orientação administrativa/pedagógica para a formação de uma rede educacional centrada na educação de crianças de 4 até 6 anos no município de Jundiaí foram marcas indeléveis da rede de educação municipal.

É no contexto de ausência de políticas públicas efetivas voltadas para o atendimento às crianças carentes que o P.I.P.M.A.M., fundado em 1946, firmou-se como a única instituição pública de Jundiaí para a educação de crianças pequenas até a década de 1970.

Com as mudanças políticas, administrativas e pedagógicas, o lema do P.I.P.M.A.M. que era Educar, Recrear e Assistir foi paulatinamente alterado para a alfabetização em idade pré-escolar.

Entre os anos de 1964 e 1985, as alterações ocorridas na administração da educação pública, originadas nas leis de diretrizes e bases e as parcerias com órgãos internacionais, incidiram na estrutura do P.I.P.M.A.M., mudando de um amplo espaço para a recreação, para um adequado à alfabetização em idade pré-escolar.

Na década de 1970, imerso em um movimento de mudança institucional, mas com a ausência de um plano municipal de ensino que orientasse o planejamento e a adoção de práticas pedagógicas voltadas para a alfabetização, houve um vácuo na gestão da rede municipal de

educação que permitiu que o prenome Parque Infantil e suas práticas continuassem a ser adotadas pelas professoras do P.I.P.M.A.M. até 1977.

A permanência dos planejamentos pedagógicos permitiu que o lema Educar, Recrear e Assistir ganhasse contornos de assistencialistas e compensatórios, no sentido de suprir às crianças pobres, alimento e o cultivo de hábitos higiênicos físicos e morais.

Ao analisar os planejamentos das atividades e considerar os conceitos utilizados pelas professoras do P.I.P.M.A.M., identificou-se que as atividades utilizadas pelas professoras entre os anos de 1964 e 1977 possuíam temática e metodologias que invariavelmente tangeram a higiene física e moral, aspectos que as professoras do Parque Infantil consideravam deficitários em seus alunos.

Apesar de não haver uma disciplina que destaque a Educação Moral e Cívica, os temas concernentes à pátria, moralidade e civismo são recorrentes em brincadeiras, jogos, textos, preleções, danças e outros planejamentos.

Na década de 1970, a higiene da década de 1930 e a educação compensatória se encontraram, sendo que os planejamentos pedagógicos incidiam para a adequação do lema institucional Educar, recrear e assistir com as novas orientações voltadas para a educação pré-escolar.

Calcado na ausência de orientações pedagógicas municipais, os planejamentos do DEF-SP, da década de 1950, foram utilizadas nas décadas de 1960 e 1970 pelas professoras do P.I.P.M.A.M., evidenciando a precariedade na renovação das propostas pedagógicas para a educação infantil durante o período de interesse deste trabalho.

Assim sendo, a manutenção dos usos de planejamentos da década de 1950 pelas professoras do P.I.P.M.A.M. durante a Ditadura MiIlitar indicam a continuidade do projeto higienista, assistencialista e excludente.

A falta de investimentos e financiamento da educação para a criança entre os anos de 1964 e 1977 e as demandas sociais favoreceram a utilização das atividades que objetivavam o adestramentos de corpos e mentes através de brincadeiras.

Nas atividades que exploraram a memorização, oralidade, danças, desenhos e jogos, há elementos que vinculam o lema Educar, Recrear e Assistir aos propósitos da Ditadura Militar(1964-1985):

1. Controle do corpo;
2. Controle da mente;
3. Assistencialismo;

4. Educação por meio da recreação;

Enfim, ao sentar em roda, recitar um verso, ouvir histórias, participar do exame biométrico, os parqueanos estavam participando e tornando vivo projeto pedagógico de um Parque Infantil voltado para os propósitos de uma educação que buscava formar nas crianças pequenas, advindas de famílias em situação de vulnerabilidade, no futuro trabalhador.

Entre os anos de 1964 até 1977, o projeto pedagógico do P.I.P.M.A.M. representava um projeto conservador, católico, branco e excludente.

Na falta de investimento e na adoção de ideias conservadoras, o Parque Infantil de Jundiaí esteve alinhado à Ditadura Militar: Os jogos, brinquedos, brincadeiras que envolviam a prática do lema institucional Educar, recrear e assistir dedicou parte substancial de seu programa à promoção golpe de 1964 e de uma educação compensatória.

Na preleção redigida pela professora Maria da Glória Pontes de Toledo, evidencia-se a expressão da sútil incorporação de ideais higienistas e compensatórios no P.I.P.M.A.M. durante a Ditadura Militar:

> A revolução de março de 1964
> Exmas. Autoridades, Sra. Diretora, prezadas professôras, queridos alunos.
> Aqui estamos hoje para comemorar o 8° aniversário da revolução de março.
> Vocês ainda hão de ouvir o Brasil todo falar em duas fases da vida nacional.
> Sim, haverá essa diferenciação, porque antes de março de 1964, durante anos que pareceram séculos, o insuportável aumento do custo de vida, a descuidada segurança nacional, o ensino e a educação do povo, o desamparo à pobreza e a degringolada dos costumes dava-nos uma desesperança em tudo e em todos. Caminhávamos para o completo caos da Nacionalidade.
> Foi então que o povo brasileiro se ergueu como um homem só, cheio de indignação e de asco, em face de tanta vilania. E o exército , a mulher brasileira, saíram de seus quartéis e de seus lares, imanando-se de corpo e alma com a Nação.
> No Rio de Janeiro, formou-se uma junta militar para manter a ordem pública e consolidar a revolução.
> Em Brasília, o congresso Nacional resumido elegeu para presidente da República o saudoso General Humberto de Alencar Castelo Branco que traçou o rumo das reformas e planejamentos.
> Se não fôsse a Revolução de 31 de março, é bem possível que o Brasil fôsse hoje um país comunista, satélite da Rússia ou da China como é no continente americano a Cuba de Fidel Castro.
> Por todas essas razões é que a revolução de 31 de março entra na história brasileira com o título de revolução Redentôra.
> O governo do Marechal Costa e Silva e atualmente do General Emílio Garrastazú Médice, está consolidando com firmeza a obra saneadora que norteou essa revolução.

> Depois de 31 de Março de 1964, tem sido, como vocês percebem, aquilo que todos nós desejamos: Um Brasil gigante - mas não só pelo seu território extenso e fértil, mas sobretudo pelo teor cívico de seus homens, pela pureza de seus costumes, pela compreensão e exercício de uma liberdade esplêndida.
> Surgiu então um Brasil novo, próspero, um Brasil - Brasil que é o orgulho de todos nós (APMJ Prefeitura Municipal) Parque Infantil Pref. Manoel A. Marcondes Planejamento de Atividades (década 1970)

Enfim, até o ano de 1977, ao proporem brincadeiras, os planejamentos de atividades do P.I.P.M.A.M. estiveram impregnados com os ideais considerados adequados durante a Ditadura Militar.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, L.B.P. **Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 193 p.

ARIÈS. P. ***História social da criança e da família***, 2. ed., Rio de Janeiro: Hahar Editores, 1981.

ASSIS, R. M. **A educação brasileira durante o período militar: a escolarização dos 7 aos 14 anos.** Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 3, n. 2, p. 320-339, jul./dez. 2012.

BATISTA, S. L. e NASCIMENTO, E. P. do. **A argumentatividade no gênero ata: Operadores argumentativos e modalizadores discursivos.** disponível em: http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/ABRALIN_2009/PDF/Silvana%20Lino%20Batista.pdf. Acessado em 12 de junho de 2019. - ARRUMAR REFERENCIA

BARBOSA, C. G. Fontes Históricas: cotidiano e história por meio dos periódicos. **Revista Discente Ofícios de Clio**, Pelotas, vol. 3, n°05 | julho - dezembro de 2018 .|

BARBOSA, M. C. S.; HORN e M. da G. S. **Organização do Espaço e do Tempo na Escola Infantil.** *In.:* CRAIDY, M.; KAERCHER, G. E. P. da S.. Educação infantil: pra que te quero?– Porto Alegre: Artmed Editora, 2001, p. 67-79.

BRITO, Priscila Fernanda de. **"Foi respeitada a expressão da criança quando disse o que fez"? - artes nos parques infantis através das fotografias de Benedito Junqueira Duarte**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/D.48.2017.tde-15022017-144914. Acesso em: 2022-02-19.

CABRAL, M.A.S. **Um novo olhar para a infância: Mario de Andrade e o projeto dos Parques Infantis em São Paulo (1935-1938).** XVI Encontro Regional de História (ANPUH). Rio de Janeiro. 2014. Disponível em : http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400515561_ARQUIVO_texto.anpuh.rj.2014.pdf. Acessado em : 27 de julho de 2019.

CARVALHO, M. M. C. de; NUNES, C. **Historiografia da educação e fontes. In**:

CARVALHO, D. M. **A Importância Do Brincar Na Construção De Conhecimentos De Crianças Na Pré-escola.** Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Fernando Pessoa para obtenção do grau de Mestre em Docência e Gestão da Educação, na área de Administração Escolar e Administração Educacional. Universidade Fernando Pessoa, Porto. 2016.

CATANI, D. B.; SILVA, V. B. **Manuais Pedagógicos.** Dicionário de Verbetes. GESTRADO – Grupo de Estudos Sobre Política Educacional e Trabalho docente. Disponível em: www.gestrado.net.br/?pg=dicionario-verbetes&id=109 Acesso em: 20 de jan. de 2018.

CAMOLEZE, J. M. C., & MACHADO, B. H. . (2021). Pelas lentes dos Janczur: a fotografia como representação da vida urbana no início do século XX em Jundiaí [SP]. *Labor E Engenho*, *15*(00), e021015. https://doi.org/10.20396/labore.v15i00.8665043

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1990.

_____. "Escutar os mortos com os olhos". **Estudos Avançados** 24 (69), São Paulo, p. 7-30, 2010.

CHOPPIN, A.. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. Educação e Pesquisa,** v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004.

COSTA, D. **A infância e a Recreação. Ministério da saúde:** Departamento nacional da criança Rio de Janeiro. 1960

CURY, C. R. J.. **A educação infantil como direito**. Brasília, maio 1998. p. 9 - 14

DALBEN, André et al . **Criação Do Departamento De Educação Física Do Estado De São Paulo** (1925-1932). Cad. Pesqui., São Paulo , v. 49, n. 171, p. 264-286, Mar. 2019 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742019000100264&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Jan. 2021. Epub May 20, 2019. https://doi.org/10.1590/198053145203.

DELGADO. L. A. N e FERREIRA, M. M. História do tempo presente e ensino de História. **Revista História Hoje**, v. 2, nº 4, p. 19-34 - 2013. https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/viewFile/90/70#:~:text=Ou%20ainda%2C%20como%20afirma%20Hobsbawm,para%20um%20passado%20que%20somente

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. Revista do Programa de Pós graduação em História, Florianópolis, v.4.n.1, p.5-22, jan/jun, 2012. 10.5965/2175180304012012005. Disponível em: https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304012012005/2014. Acesso em 06 nov 2020.

FARIA, A. L. G. de. **A contribuição dos parques infantis de Mário de Andrade para a construção de uma pedagogia da educação infantil.** Educ. Soc., Campinas , v. 20, n. 69, p. 60-91, Dec. 1999 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301999000400004&lng=en&nrm=iso>. access on 05 Mar. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73301999000400004.

GOMES, L. O. O cotidiano, as crianças, suas infâncias e a mídia: imagens concatenadas. **Pro-Posições** , Campinas, v. 19, n. 3, p. 175-193, set./dez. 2008.

GOMES, A. C. V.; DALBEN, A. O controle médicoesportivo no Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo: aproximações entre esporte e medicina nas décadas de 1930 e 1940. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, n.2, abr.-jun. 2011, p.321-335.

FERREIRA, D. M. **Os parques infantis de Ribeirão Preto**: um estudo sobre a sua implantação. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2016. doi:10.11606/D.59.2016.tde-29032016-093744. Acesso em: 2021-08-17.

FIGUEIRA, Natalia Tazinazzo. **O parque como espaço educativo**: práticas corporais num projeto de formação de professoras para educação infantil. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/D.48.2014.tde-14102014-143748. Acesso em: 2021-07-06.

FILGUEIRAS, J. M. **A Educação Moral e Cívica e sua produção didática: 1969- 1993.** [dissertação]. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; 2006.

FONSECA, J. P. **Educar, assistir e recrear:** um estudo dos objetivos da pré-escola. São Paulo: Feusp, 1981

FONSECA. V.. Educação e escravidão: um desafio para a análise historiográfica. Revista Brasileira de História da Educação. Minas Gerais: UFMG, n°. 4, jul./dez, 2002

FRANCO, M e LEVÍN, F. **El pasado cercano en clave historiografica**. Historia reciente: perspectivas y desafios para un campo en construcción. Buenos Aires, Barcelona, México: Paidos, 2007.

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. História social da educação (1926-1996). São Paulo: Cortez, 2009

GHIRALDELLI JUNIOR P. *Educação Física Progressista* – **A Pedagogia crítico-social dos conteúdos e a Educação Física Brasileira.** 3ª ed., São Paulo: Editora Loyola, 1994.

GOBBI, M. A. **Desenhos de outrora, desenhos de agora: o desenho das crianças pequenas no acervo Mário de Andrade.** 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004

HOBSBAWM, E. O presente como história. In: HOBSBAWM, E. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

JAPIASSÚ, H e MARCONDES, D. **Terceira edição revista e ampliada.** Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 2001.

KISHIMOTO, T. M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 1996.

Kuhlmann Jr, M. Parque Infantil: a singularidade e seus componentes. Apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), bolsa de produtividade. **Projeto "Historiografia da educação no quadro das relações sociais: infância e instituições"** . Educar em Revista [online]. 2019, v. 35, n. 77 [Acessado 22 Fevereiro 2021] , pp. 223-244. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.68371>. Epub 31 Out 2019. ISSN 1984-0411. https://doi.org/10.1590/0104-4060.68371.

Kuhlman Jr., M. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação [online]**. 2000, n. 14 [Acessado 6 Janeiro 2022] , pp. 5-18. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S1413-24782000000200002>. Epub 20 Dez 2012. ISSN 1809-449X. https://doi.org/10.1590/S1413-24782000000200002.

KUHLMANN, Moysés Jr. FERNANDES, Rogério. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). A Infância e sua Educação: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004

LAUREANO, R. E. Educar, **assistir e recrear : as práticas educativas no Parque Infantil Professor Carlos Zink e o projeto de educação da infância campineira**. Tese de doutorado Pós-graduação na área de Formação de Professores. Pontífica Universidade de Campinas – Campinas, SP 2017

LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (dir.). História – Novos Problemas / História – Novas Abordagens / História – Novos Objetos. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 3 vols., 1995.

LOBO, G. **O tempo presente na obra de Eric Hobsbawm**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

LUCAS, M. A. O. F. A influência do UNICEF e da UNESCO na educação infantil brasileira contemporânea. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 9, n. 35, p. 126–140, 2012. DOI: 10.20396/rho.v9i35.8639618. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639618. Acesso em: 6 jan. 2021.

MARQUES, J. R. **Jundiaí Um impasse regional - O papel do Município de Jundiaí entre duas regiões metropolitanas:Campinas e São Paulo**. 2008 - Dissertação (Mestrado em História Econômica) FFLCH-USP, 2008.

OLIVEIRA, T. e ALVES, I.G. Legião Brasileira de Assistência e políticas sociais: primeiro-damismo, gênero e assistência social. **Boletim Historiar**, vol. 07, n. 02, Mai./Ago. 2020, p. 16-32. Disponível em: https://seer.ufs.br/index.php/historiar/article/view/14379/10876. Acessado em: 13 de janeiro de 2021.

Grupos de pesquisa sobre infância, criança e educação infantil no Brasil: primeiras aproximações Isabel de Oliveira e Silva, Iza Rodrigues da Luz, Luciano Mendes de Faria Filho Revista Brasileira de Educação v. 15 n. 43 jan./abr. 2010

KUHLMANN, M. Jr. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

KUHLMANN, M. Jr. O jardim de infância e a educação das crianças pobres: final do século XX. In: MONARCHA, Carlos (Org.). Educação da infância brasileira: 1875-1983. Campinas/SP: Autores associados, 2001.

KUHLMANN, M. Jr. Educando a infância brasileira. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira. FILHO, Luciano Mendes de Faria. VEIGA, Cynthia Greive. (Orgs.). 500 anos de educação no Brasil. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, , 2003.

KUHLMANN, M. Jr. FERNANDES, Rogério. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). A Infância e sua Educação: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004

FERREIRA. E. M."Criança (s) e infância (s)": perspectivas da história da educação. Revista Linhas, Florianópolis, v. 14, n.27 . jul/dez. 2013. p. 234 - 252

MIGUEL, M. E. (Org.). **Coletânea da Documentação Educacional paranaense no período de 1854 a 1889**. Campinas: Autores Associados; SBHE, 2000

MICARONI, S. **A educação física nos parques infantis da cidade de São Paulo: 1947 a 1957**. Campinas: Millenium, 2010.

MOURA, T.; VIANA, F.; LOYOLA, V. Uma análise de concepções sobre a criança e a inserção da infância no consumismo. Brasília: Psicologia: Ciência e Profissão, 2013. Disponível em: . Acesso em: 23 de agosto de 2022

MONTALVÃO, Sérgio. A LDB de 1961: Apontamentos Para Uma História Política da Educação. **Revista Mosaico**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 2010. Disponível em:< http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/62786>. Acesso em: 10 janeiro 2020.

OLIVEIRA, M. A. T de. **Educação Física Escolar E Ditadura Militar No Brasil (1968-1984): Entre A Adesão E A Resistência**. Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas, v. 25, n. 2, p. 9-20, jan. 2004

OLIVEIRA, S.A.R. **A história do primeiro parque infantil municipal de Sorocaba: o contexto histórico e as circunstâncias específicas da criação e da instalação da escola.** Conjectura, v. 15, n. 3, set./dez. 2010

PIZANI, R. S. ; GÓIS JUNIOR, Edivaldo ; AMARAL, S. C. F. **A Educação Do Corpo Nos Parques E Recantos Infantis De Campinas-sp (1940 - 1959)**. Movimento , v. 22, p. 707, 2016.

PEREIRA, A.C.C; PEREIRA, D.E. Manuais escolares de matemática: Uma visão panorâmicasobre sua história e políticas públicas. **Revista HISTEDBR On -line**, Campinas, nº 71,p.214-229,mar.2017.

PÉREZ GÓMEZ, A. I. **A cultura escolar na sociedade neoliberal.** Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2001.

PRANDI, M. B. R.. **A construção da imagem dos parques infantis de Ribeirão Preto das décadas de 1950 e 1960**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015. doi:10.11606/D.59.2015.tde-12092015-112250. Acesso em: 2021-07-06.

PRIORE, M. História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, **1999.**

REI, B. D.; LUDORF, S. M. A. Educação física escolar e ditadura militar no Brasil (1964-1985): balanço histórico e novas perspectivas. **Rev. educ. fis. UEM**, Maringá , v. 23, n. 3, p. 483-497, Sept. 2012 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-30832012000300015&lng=en&nrm=iso>. access on 13 Mar. 2021.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales: a inovação em história**. São Paulo. Paz e Terra, 2000.

ROSEMBERG, F. A educação pré-escolar brasileira durante os governos militares. In: **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n.82, p. 21-30, ago.1992

_____.Do embate para o debate: educação e assistência no campo da educação infantil. MACHADO, Maria Lucia A. (Org.).**Encontros e desencontros em educação infantil.** São Paulo: Cortez, 2002. p. 63-78.

SABINO, R. F.; ROCHA, F. G. S**ecretariado: do escriba ao webwriter.** Rio de Janeiro: Brasport, 2004

SIDOU, J. M. O. **O Direito legal (história, interpretação, retroatividade e elaboração de leis).** Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1985.

SHIROMA E.O.; CAMPOS, R.F.; GARCIA, R. M. C. Decifrar texto para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. Perspectiva, **Revista do Centro de Ciências da Educação da UFSC**, Florianópolis, v. 23, p. 427-446, 2005.

TEIXEIRA, A. A Educação escolar no Brasil. In: FORACCHI, Marialice Mencarini & PEREIRA, Luiz. Educação e Sociedade (leituras de sociologia da Educação). 5a . edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970. pp. 388-413.

TOLEDO, C. A. A. de; GIMENEZ, J. C.. Educação e pesquisa: fontes e documentos. In: Casimiro, A. P. B. S. (Org.). **A pesquisa e a preservação de arquivos e fontes para a educação, cultura e memória**. Campinas: Editora Alínea, 2009.

TRINDADE, R. G. **Desenho infantil: contribuições da educação infantil para o desenvolvimento do pensamento abstrato sob a perspectiva da psicologia histórico-cultural**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/D.48.2011.tde-15062011-123124. Acesso em: 2021-07-16.

UNGLAUB, T. A prática do canto orfeônico e cerimônias cívicas na consolidação de um nacionalismo ufanista em terras catarinenses- in: **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 10, n. 01, p. 105 – 127, jan. / jun. 2009. Disponível em: http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1831/1407

VIEIRA, S.A.B. Os Parques Infantis Da Cidade De São Paulo (1935-1938): Análise Do Modelo Didático-Pedagógico. **Revista da Iniciação CIentífica da FCC**. v. 4 n. 1 2004. Disponível em: https://doi.org/10.36311/1415-8612.2004.v4n1.75

VINAGRE, E. da S. G. **Instituições para a educação da Infância em Jundiaí (1880-1984).** Dissertação de Mestrado. Itatiba. Universidade São Francisco. p.114, 2009

FONTES

ARQUIVOS DO CENTRO DE MEMÓRIA DE JUNDIAÌ

(APMJ Prefeitura Municipal) Parque Infantil Pref. Manoel A. Marcondes Livro Caixa do Grêmio das Crianças (jul. 1952).

_____.Parque Infantil Pref. Manoel A. Marcondes Planejamento de Atividades (década 1960).

_____.Parque Infantil Pref. Manoel A. Marcondes Termo de visitas das inspetoras dos serviços de parques infantis (1947 a 1999)

_____. Parque Infantil Pref. Manoel Aníbal Marcondes – Controle de Despesas (dez. 1954 a jul. 1972).

_____. Parque Infantil Pref. Manoel Marcondes – Livro Caixa/ Balancetes de Lanches (1953 a 1968).

_____. Jogos Sociais. S/D) (APMJ Prefeitura Municipal) Parque Infantil “Pref. Manoel A. Marcondes” Planejamento de Atividades (décadas 1960 a 1970).

_____. Parque Infantil Prefeito Manoel A. de Marcondes Ofícios, Convites e Agradecimentos (1946 a 1982).

_____. Livro de Atas de Reunião Pedagógicas”(APMJ, 1971-1977).

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943. **Aprova a consolidação das leis do trabalho**. Lex: coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, v.

_____. **Lei Federal de nº781 de 17/08/1949. Institui o Dia Nacional de Ação de Graças.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 ago. 1949.

_____. **Lei Nº 3854 de 22/051957. Institui o "Dia do Pescador", a ser comemorado no dia 29 de junho de cada ano.** Diário oficial do Estado de São Paulo, SP, 22 de maio de 1949.

_____. Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2º graus, e dá outras providências.** Brasília, DF: 1971. Disponível em: < http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75529.htm>. Acesso em: 30 jan. 2021.

_____. Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: DF. 1961. Disponível em:< http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75529.htm>. Acesso em: 25 jan. 2021.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Seção 1, p. 27833, 23/12/1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acesso em 08 janeiro 2021.

JUNDIAÍ. decreto-lei n°336, de 10 de julho 1941. **Disponibiliza dotação orçamentária de 47:000$000 para a construção do Parque Infantil**. Jundiaí. 1941.

_____. Lei municipal nº 1.335 de 10 de novembro de 1965. **Autoriza a municipalidade a fornecer posto de puericultura da colônia - Cidade e Pitangueiras, Cr.$300.000, amais para a cobertura dos encargos de limpeza, energia elétrica e manutenção**. Jundiaí. 1965

_____. Lei municipal nº326 de 2 de maio de 1967. **Autoriza a municipalidade a fornecer posto de puericultura da da Paróquia de São João Batista o auxílio de Cr.$30.00,00.** Jundiaí. 1967

_____. Lei n° 1609 de 1969. **Cria o Setor Municipal de Alimentação Escolar. Diário oficial de Jundiaí**. Jundiaí. 1969.

_____. n°529 de 1° de outubro de 1948. **Cria a "Diretoria de Ensino e Assistência Social"**. Diário Oficial da Cidade de Jundiaí. 1948.

_____. Lei municipal nº Lei 3024/1976. **Declara De Utilidade Pública O Lar Creche Wilson De Oliveira. Jundiaí, 4 de outubro de 1976.** Disponível em: http://sapl.camarajundiai.sp.gov.br/sapl_documentos/norma_juridica/2189_texto_integral.pdf. Acessado em: 30 de janeiro de 2021.

SÃO PAULO (Cidade). **Ato n. 767, de 9 de janeiro de 1935. Regimento interno.** São Paulo: Departamento de Cultura, 1935. Disponível em: http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Noticia/Visualizar/PortalSMESP/Legislacao-Historica. Acessado em: 10 de fevereiro de 2022.

SÃO PAULO (ESTADO). Decreto nº 10.243 de 30 de maio de 1939. **Dispõe sobre a educação física no Estado**. Diário Oficial do Estado de São Paulo. 1939. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1939/decreto-10243-30.05.1939.html. Acesso em 10 de julho de 2021.

_____. Decreto nº 5.846, de 21 de fevereiro de 1933. **Regula a formação profissional de professores primários e secundários e administradores escolares, transformando o Instituto "Caetano de Campos" em Instituto de Educação, em nível universitário**. Disponível em: Acesso 09 de julho de 2021.

_____. Lei n° 2.749, de 29 de setembro de 1954. **Dispõe sobre a fusão dos Departamentos de Educação Física e de Esportes, que passam a constituir o Departamento de Educação Física e Esportes, e dá outras providências.** Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, São Paulo, 2 de outubro de 1954. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/norma/33165. Acessado em: 22 de janeiro de 2021.

REVISTAS E PUBLICAÇÕES

MIRANDA, N. **O significado de um parque infantil em Santo Amaro**. Revista de Educação Física, Rio de Janeiro, ano 7, n. 46, p. 3-5, out. 1939.

_____. A alimentação nos Parques Infantis de São Paulo. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Ministério da Educação e Saúde, v.6, n.16, p.71-86, 1945. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/web/guest/inicio. Acesso em: 21 set. 2021.

ROSSI, M.A.S. **Poesias para o ensino primário.** São Paulo. Companhias Educativas.1957.

FERREIRA, M. Imagem: Praça da Bandeira. Disponível em: https://www.facebook.com/professormauricioferreira/photos. Acessado em 05/01/2021.

JUNDIAÍ.E tudo começou assim... 40 anos depois, um processo significativo de mudança nas funções da pré-escola – revista comemorativa, Jundiaí. 1986

_____. Imagem: Mapa do Estado de São Paulo, com destaque para a região administrativa e em vermelho a cidade de Jundiaí. Disponível em: :https://jundiai.sp.gov.br/a-cidade/perfil/, consultado em 10 de novembro de 2021.

_____. Imagem: Cidade de Jundiaí. disponível em: https://jundiai.sp.gov.br/a-cidade/perfil/, consultado em 10 de novembro de 2021.

ANEXO I

TABELA 2 - MEMORIZAÇÕES E FALAS - “côros falados, monólogos e diálogos, poesias, cantos				
	Título	Nome	Forma de registro	Mês
1	Os animais	Poesias	Manuscrito	Março
2	Os burrinhos sábios	Poesias	Manuscrito	Março
3	O leão e o camundongo	Poesias	Manuscrito	Março
4	O ideal de um ratinho	Poesias	Manuscrito	Março
5	Travessura de um macaco	Poesias	Manuscrito	Março
6	O caso das orelhas do burro	Poesias	Manuscrito	Março
7	O bichano n°1	Poesias	Manuscrito	Março
8	Setim	Poesias	Manuscrito	Março
9	Tição, o Burrinho	Poesias	Manuscrito	Março
10	O bichano n°2	Poesias	Manuscrito	Março
11	O sapo	Poesias	Manuscrito	Março
12	Os animais	Poesias	Manuscrito	Março
13	Totó	Poesias	Manuscrito	Março
14	O gato	Poesias	Manuscrito	Março
15	Amigo fiel	Poesias	Manuscrito	Março
16	Vozes dos animais	Poesias	Manuscrito	Março
17	Festa dos animais	Diálogos	Manuscrito	Março

18	Rinháunhaú	Monólogo	Manuscrito	Março
19	As Américas	Poesias	Manuscrito	Abril
20	Panamericanismo	Poesias	Manuscrito	Abril
21	Vultos Americanos	Poesias	Manuscrito	Abril
22	14 de abril	Poesias	Manuscrito	Abril
23	Saudação das Américas	Poesias	Manuscrito	Abril
24	Caramurú	Poesias	Manuscrito	Abril
25	Dia Pan americano	Coro Falado	Manuscrito	Abril
26	Deus Salve a América	Canção	Manuscrito	Abril
27	Terra do Amor	Canção	Manuscrito	Abril
28	Verdes mares e floresta	Canção	Manuscrito	Abril
29	Lindos campos	Canção	Manuscrito	Abril
30	Berço da amizade	Canção	Manuscrito	Abril
31	Do altar	Canção	Manuscrito	Abril
32	1º de maio	Poesias	Manuscrito	Maio
33	Festa do trabalho	Poesias	Manuscrito	Maio
34	O trabalho	Poesias	Manuscrito	Maio
35	Meu trabalho	Poesias	Manuscrito	Maio
36	Brincar de Trabalhar	Poesias	Manuscrito	Maio
37	Oração do lavrado	Poesias	Manuscrito	Maio
38	A oficina	Poesias	Manuscrito	Maio

39	Duas virtudes	Poesias	Manuscrito	Maio
40	Ao trabalho	Poesias	Manuscrito	Maio
41	Benção do trabalhador Brasileiro	Poesias	Manuscrito	Maio
42	O Operário	Monólogo	Manuscrito	Maio
43	Quadrinhas	Poesias	Manuscrito	Maio
44	Dia das mães	Poesias	Manuscrito	Maio
45	O dia da mães	Poesias	Manuscrito	Maio
46	Mãe nº 1	Poesias	Manuscrito	Maio
47	Mãe nº2	Poesias	Manuscrito	Maio
48	Mãe nº3	Poesias	Manuscrito	Maio
49	Mãe nº4	Poesias	Manuscrito	Maio
50	Nos anos da mamãe	Monólogo	Impresso	Maio
51	São Paulo	Poesias	Manuscrito	Julho
52	Os bandeirantes	Poesias	Manuscrito	Julho
53	7 de setembro	Monólogo	Manuscrito	Setembro
54	Sete de setembro	Monólogo	Manuscrito	Setembro
55	Dia da Pátria	Poesias	Manuscrito	Setembro
56	A pátria	Poesias	Manuscrito	Setembro
57	O Brasil	Poesias	Manuscrito	Setembro
58	Meu Brasil	Coro Falado	Manuscrito	Setembro

59	AS flores	Monólogo	Manuscrito	Setembro
60	As ortigas	Monólogo	Manuscrito	Setembro
61	Pela Pátria	Canção	Manuscrito	Setembro
62	O Brasil é bom	Canção	Impresso	Setembro
63	Oração à Bandeira	Poesias	Manuscrito	Novembro
64	a República	Poesias	Manuscrito	Novembro
65	Marechal Deodoro	Poesias	Manuscrito	Novembro
66	Velho Imperador	Poesias	Manuscrito	Novembro
67	Feriado Nacional	Poesias	Manuscrito	Novembro
68	15 de novembro	Poesias	Manuscrito	Novembro
69	Sou filho do Brasil	Poesias	Manuscrito	Novembro
70	A proclamação da República	Poesias	Manuscrito	Novembro
71	Salve 15 de novembro	Poesias	Manuscrito	Novembro
72	Hoje é 15 de novembro	Poesias	Manuscrito	Novembro
73	Hino Nacional	Hinos/ Canção	Recorte de Revista	Novembro
73	Hino da Proclamação da República	Hinos/ Canção	Recorte de Revista	Novembro
75	Pela pátria	Cantos	Manuscrito	Novembro
76	Canção da bandeira	Cantos	Manuscrito	Novembro

Tabela 2 composta por informações presentes nas pastas de atividades mensais e no livro de Rossi (Opcit).

ANEXO 2

Tabela 3: Quadro Resumo dos conteúdos presentes na pasta de Preleções				
Nº	Nome	Origem	Suporte	Resumo
1-	Festa das Árvores	Sem nome (S.d)	Redação manuscrita	Plano de aula[27] acerca das origens da Festa da árvore que é comemorado no Parque Infantil.
2-	Produções do Estado de SP	Sem nome (s.d)	Plano de aula de Geografia manuscrita e ilustrada	O plano de aula descreve as principais produções agrícolas do Estado de São Paulo.
3-	Meios de transporte	Sem nome (s.d)	Plano de aula manuscrita.	O plano de aula descreve os meios de transporte no momento em que foi redigido.
4-	Movimentos respiratórios	Sem nome (s.d)	Plano de aula de ciências manuscrita e ilustrada.	O plano descreve minuciosamente a maneira como a professora conduziria sua aula
5-	Respeito à dor alheia	Professora Thereza Fagni.	Plano de aula manuscrita.	O plano de aula descreve o modo com o qual a professora deveria apresentar a empatia.

[27] A pasta de “Preleções” apresenta organização e reúne um compêndio de texto que poderiam ser usados em uma aula. Na pasta de “Preleções” encontramos exemplos de aulas e estes planos estão listados no índice da pasta com as numerações de 1 até 7. A análise destes planos de aulas está presente neste trabalho.

6-	Os efeitos nocivos do Álcool	Professora Thereza Fagni.	Plano de aula manuscrita.	O plano de aula descreve o modo com o qual a professora deveria apresentar o alcoolismo para as crianças.
7-	Asseio Corporal	Departamento de Saúde do Estado de São Paulo. (Março de 1952)	Conjunto de circular do Departamento de Saúde e Revista “Asseio Corporal”.	A circular pontua as resoluções e o material didático que seria usado. A revista “Asseio Corporal” contém informações sobre a importância de cuidar do corpo.
8-	Castanha do Pará	Não identificado / Sem data.	Recorte de revista.	Narrativa ilustrada acerca das informações nutricionais da castanha do Pará.
9-	Lenda da Erva Mate Sapecada	Não identificado / Sem data.	Recorte de revista.	Narrativa ilustrada acerca das informações nutricionais da Lenda da Erva Mate e sua produção.
10-	O milho	Coleção Sesinho. Sessão A aulas do Tonico (1947-1950)	Recorte de revista ilustrada.	Narrativa ilustrada que versa acerca da importância nutricional do milho e do seu processo de plantio.
11-	O Caju	Coleção Sesinho Sessão A aulas	Recorte de revista ilustrada.	Narrativa ilustrada que

		do Tonico (1947-1950)		versa acerca da importância do caju para a economia do Brasil, também revelando as informações nutricionais do caju
12 -	A uva - Suco de uvas	Coleção Sesinho Sessão A aulas do Tonico (1947-1950)	Recorte de revista ilustrada.	Narrativa ilustrada que versa acerca das informações nutricionais da uva e da sua produção.
13 -	As passas e seu fabrico	Coleção Sesinho Sessão A aulas do Tonico (1947-1950)	Recorte de revista ilustrada.	Narrativa ilustrada que versa acerca das informações nutricionais da uva e da sua produção.
14 -	A água	A família Cristã.	Recorte de revista ilustrada.	Narrativa ilustrada que versa acerca das informações nutricionais da água.
15 -	O telefone	Coleção Sesinho Sessão A aulas do Tonico (1947-1950)	Recorte de revista ilustrada.	Narrativa ilustrada que remonta a história do telefone.
16 -	A visão	Coleção Sesinho Sessão A aulas do Tonico (1947-1950)	Recorte de revista ilustrada.	Narrativa ilustrada que versa acerca da visão.
17 -	A audição	Coleção Sesinho Sessão A aulas do Tonico (1947-1950)	Recorte de revista ilustrada.	Narrativa ilustrada que versa acerca da audição.

18 -	A vitória régia	Não identificado / Sem data.	Recorte de revista.	Texto que relata os aspectos científicos da vitória régia, ilustrações em preto e branco
19 -	Lenda da vitória régia	Não identificado / Sem data.	Recorte de revista.	História em quadrinho em preto e branco
20 -	A lenda do chá	Coleção Sesinho Sessão A aulas do Tonico (1947-1950)	Recorte de revista ilustrada.	Narrativa ilustrada que versa sobre o chá sua origem e produção.
21 -	No reino animal -A cochinilla	Revista Só para pequeninos (s.d)	Recorte de revista	O texto versa sobre os insetos, especialmente a Cochinilla.
22 -	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação
23 -	Alimentação	Não identificado / Sem data.	Manuscrito	O texto versa sobre a alimentação saudável. Não contém indicações de atividades;
Tabela confeccionada a partir de informações presentes em nos arquivos: (APMJ Prefeitura Municipal) Parque Infantil Pref. Manoel A. Marcondes Planejamento de Atividades (década 1960)				

ANEXO 3

Tabela 4: Quadro Resumo das preleções presentes nas pastas mensais				
Nº	Nome	Origem	Suporte	Resumo
1-	Fevereiro, dia 17 - Aniversário do Parque Infantil	Professora do Parque Infantil	Manuscrito em folha de almaço.	O texto da preleção versa acerca do aniversário do Parque Infantil.
2-	Março - O Navio do deserto	Revista Sesinho	Manuscrito em folha de almaço.	O texto da preleção versa acerca das características do dromedário e do camelo.
3-	Abril, dia 14 - O dia do Panamericanismo.	Boletim interno da divisão de Educação, Assistência e Recreio da Prefeitura de São Paulo	Manuscrito em folha de almaço	Descreve como deveriam ocorrer as festividades do Parque Infantil.
4-	Abril, dia 14 - As Américas.	Não há informações acerca desta preleção.[28]		
5-	Abril, dia 14 - Organização dos Estados Americanos	Não há informações.	Manuscrito em folha de almaço	A redação versa sobre a história da O.E.A. e sua importância para o Brasil.
6-	Abril, dia 14 - O que é a O.E.A?	Não há informações.	Manuscrito em folha de almaço	A redação versa sobre o significado da sigla O.E.A e os países que a compõem.
7-	Abril, dia 21 - Tiradentes.	Folhinha de São Paulo	Manuscrito em folha de almaço	O texto versa sobre os feitos heróicos de TIradentes, apresentando-o como mártir da Independência.

[28] Todas as preleções constantes na tabela foram conferidos e analisados. A inscrição *"Não há informações acerca desta preleção"* indica que nas pastas mensais há um índice temático que revela a existência da preleção, no entanto, este material não está presente na pasta. Consideramos que este é um movimento natural de supressão que pode ter ocorrido devido à questões de preservação do acervo.

8-	Abril, dia 22 - 21 de abril.	Não há informações acerca desta preleção.		
9-	Abril, dia 21 - Joaquim José da Silva Xavier	Não há informações acerca desta preleção.		
10 -	Abril, dia 22 - O descobrimento do Brasil	Boletim interno da divisão de Educação, Assistência e Recreio da Prefeitura de São Paulo.	Manuscrito em folha de almaço	O texto narra os fatos históricos acerca do descobrimento do Brasil.
11 -	Abril, dia 22 - Pedro Álvares Cabral	Revista Sesinho.	Manuscrito em folha de almaço	O texto versa sobre os feitos de Pedro Álvares Cabral, apresentando-o como responsável pelo descobrimento de uma "nova terra".
12 -	Maio, dia 1º - Dia do trabalho	Não há informação.	Manuscrito em folha de almaço.	Versa acerca das benesses do trabalho, que afasta o "pensamento do mal".
13 -	Maio, dia 1º - O trabalhador	Não há informações acerca desta preleção.		
14 -	2º domingo de maio - Dia das mães.	Professor Oswaldo de Almeida Leite	Manuscrito em folha de almaço	O texto descreve
15 -	Nossa Mãe	Professora Maria Da Glória Pontes de Toledo	Manuscrito em folha de almaço	A preleção homenageia as mães se valendo de termos católicos.
16 -	Mãe!	Professora Maria Cândida Jacomelli	Manuscrito em folha de almaço	O texto homenageia todas as mães, em especial a senhora Mercedes, um servidora do do Parque Infantil.
17 -	As grandes mães	Revista Sesinho	Impresso.	A reportagem trata das mães consideradas exemplares pelos editores da revista.

18	A abolição da escravatura	Não há informações acerca desta preleção.		
19	A escravatura (13 de maio de 1888)	Não há informações acerca desta preleção.		
20	Os escravos	Não há informações acerca desta preleção.		
21	Biografia da princesa Isabel	Não há informações acerca desta preleção.		
22	Dia do Soldado Constitucionalista	Sem informações	Manuscrito em folha de almaço	O texto narra os fatos históricos de 23 de maio e da luta do povo “contra a ditadura”.
23	M.M.D.C.- O início de uma epopeia.	Professora Maria Cândida Jacomelli	Manuscrito em folha de almaço	O texto narra os fatos históricos de 23 de maio e a luta constitucionalista pautada na força moral.
24	Invenções e Descobertas	Não há informações acerca desta preleção.		
25	Dia da árvore	Professora Maria da Glória Pontes de Toledo	Manuscrito em folha de almaço	O texto descreve a importância das árvores para os seres humanos
26	Para o dia das árvores	Oswaldo Almeida Leite	Manuscrito em folha de almaço	O texto descreve a importância da árvore e da criação de um dia par a sua homenagem,
27	Semana educativa contra o incêndio - Os dez mandamentos da prevenção contra incêndio.	Prefeitura do Município de Jundiaí.	Impresso	O texto elenca 10 importantes ações para prevenir e combater o incêndios.
28	Biografia do Padre Anchieta. (Figura de relevo na colonização de São Paulo)	Sem informações	Manuscrito em folha de almaço	Biografia com fatos históricos de Padre Anchieta.
29	São Paulo reverencia a memória de Anchieta	Sem informações	Manuscrito em folha de almaço	Biografia com fatos históricos de Padre Anchieta.
30	Sugestão para as festas do mês de Junho: Santo Antônio, São João e São Pedro.	Boletim interno da divisão de Educação,	Manuscrito em folha de almaço	Orientações para a preparação e realização de uma

		Assistência e Recreio da Prefeitura de São Paulo.		festa Junina.
31	Lenda da fogueira e fogos de São João	Sem informações	Manuscrito em folha de almaço	Narrativa, acerca da vinda de Cristo predita por João Batista.
32	Noite de São João	Boletim interno da divisão de Educação, Assistência e Recreio da Prefeitura de São Paulo.Sem informações	Impresso	Descrição da tradição paulista na realização de uma festa em honra à São João.
33	O dia do Pescador	Não há informações acerca desta preleção.		
34	O dia 9 de julho	Sem informações	Manuscrito em folha de almaço	Relato dos motivos históricos que levaram à da Revolução Constitucionalista.
35	9 de julho	Sem informações	Manuscrito em folha de almaço	O texto descreve a luta dos paulista para o fim de uma ditadura e criação de uma constituição.
36	A independência do Brasil	Não há informações acerca desta preleção.		
37	Independência ou Morte	Não há informações acerca desta preleção.		
38	D. Pedro I e a Independência	Não há informações acerca desta preleção.		
39	Vultos da Independência	Não há informações acerca desta preleção.		
40	Deus, Salve a Pátria	Aldo Cipolato	Manuscrito em folha de almaço	A redação versa acerca sobre a importância da Pátria e de preservar tudo o que foi construído.
41	As aves	Não há informações acerca desta preleção.		
42	O dia das aves	Não há informações acerca desta preleção.		

43	Os pombos	Sem informações	Manuscrito em folha de almaço	O texto versa sobre a utilidade do pombo para a humanidade.
44	A criança	Não há informações acerca desta preleção.		
45	O dia da Criança	Não há informações acerca desta preleção.		
46	A semana da criança	Serviço de Parques Infantis	Manuscrito em folha de almaço	O texto versa acerca da importância do Parque Infantil na realização e promoção de uma educação integral para as crianças parqueanas.
47	A descoberta da América	Serviço de Parques Infantis	Manuscrito em folha de almaço	O texto versa acerca dos fatos históricos que envolveram a descoberta da américa e o papel de Cristovão Colombo neste ato.
48	Biografia de Cristóvão Colombo	Não há informações acerca desta preleção.		
49	12 de outubro	Não há informações acerca desta preleção.		
50	Santos Dumont	Sem informações	Manuscrito em folha de almaço	A preleção é uma pequena biografia que coloca Santos Dumont como pioneiro e criador do primeiro modelo de avião.
51	Biografia de Santos Dumont	Regina Pimentel	Manuscrito em folha de almaço	A preleção versa acerca da vida de Santos Dumont, sem revelar os motivos de sua morte.
52	Aeromodelismo	Serviço de Parques Infantis	Impresso	O texto versa acerca da importância do aeromodelismo nos Parques Infantis, e na infância.
53	15 de novembro	Revista Sesinho	Impresso	A redação da preleção versa acerca da

				destituição da monarquia em favor de uma república.
54	2 marechais	Revista Sesinho	Impresso	Esta preleção narra acerca da importância dos 2 marechais que governaram o Brasil durante a República das espadas.
55	A bandeira do Brasil	Revista Sesinho	Impresso	A redação descreve a bandeira do Brasil e a sua importância.
56	Símbolos nacionais	Serviço de Parques Infantis	Impresso	Reprodução do decreto lei 4545 de julho de 1942 que Dispõe sobre a forma e apresentação dos símbolos nacionais
57	Bandeiras e Brasões atuais do Brasil	Não há informações acerca desta preleção.		

Tabela 4 confeccionada a partir de informações presentes em nos arquivos: (APMJ Prefeitura Municipal) Parque Infantil Pref. Manoel A. Marcondes Planejamento de Atividades (década 1960)

ANEXO 4

TABELA 5 : Coreografias próprias e do DEF-SP				
Nº	Título	Origem	Suporte	Resumo
1	Boi bumba	Não há informações.		
2	Evolução com bandeiras	Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo	Manuscrito em folha de almaço	A atividade descreve movimentos com bandeiras de países da américa latina.
3	Bailado boliviano	Cópia datilografada do "Livro de danças tradicionais das Américas". A cópia é de responsabilidade do Departamento de Educação Física e Esporte do Estado de São Paulo.	Impresso	Descreve os aspectos culturais e históricos do bailecito. Descreve também os passos e características para reproduzir o "bailecito".
4	Dançarei	Cópia datilografada da coreografia "Dançarei". A cópia é de responsabilidade do Departamento de Educação Física e Esporte do Estado de São Paulo.	Impresso	Descreve uma dança típica da cidade de Belo Horizonte. é uma dança própria para crianças, *"(...)por isso não é uniforme e permite improvisações"*.
5	Large circle	Cópia datilografada realizada a partir das instruções de Mr. Harald Bacon. A cópia é de responsabilidade do Departamento de Educação Física e Esporte do	Impresso	Descreve a dança inventada e descrita pelo estadunidense Mr. Harald Bacon, em visita ao departamento de Educação Física do Estado de São Paulo.

		Estado de São Paulo.		
6	Argentina	Cópia datilografada do “Livro de danças tradicionais das Américas”. A cópia é de responsabilidade do Departamento de Educação Física e Esporte do Estado de São Paulo.	Impresso	Descreve os aspectos culturais e históricos das danças da argentina.
7	Dança do café	Não há informações.[29]		
8	Grande quadrilha	Não há informações.		
9	Quadrilha infantil	Não há informações.		
Tabela elaborada a partir das fontes presentes no acervo do Centro de memória de jundiaí(APMJ Prefeitura Municipal) Parque Infantil Pref. Manoel A. Marcondes Planejamento de Atividades (década 1960).				

[29] O termo “Não há informações” foi adotado para demonstrar que a coreografia existe e foi registrada em um índice, no entanto, não há fonte para análise.

ANEXO 5

TABELA 6: Danças Pedagógicas (Rodas) do mês de Março.				
Nº	Título	Tipo de atividade	Suporte	Centro de Interesse
1	Cachorrinhos	Danças Pedagógicas (Rodas)	Manuscrito em folha de almaço.	Semana dedicada aos animais.
2	O meu boi morreu	Danças Pedagógicas (Rodas)	Manuscrito em folha de almaço.	Semana dedicada aos animais.
3	Boi Barroso	Danças Pedagógicas (Rodas)	Manuscrito em folha de almaço.	Semana dedicada aos animais.
4	Atirei o pau no gato	Danças Pedagógicas (Rodas)	Manuscrito em folha de almaço.	Semana dedicada aos animais.
5	A gatinha	Danças Pedagógicas (Rodas)	Manuscrito em folha de almaço.	Semana dedicada aos animais.
6	A história do macaco	Danças Pedagógicas (Rodas)	Manuscrito em folha de almaço.	Semana dedicada aos animais.
7	Meu gatinho	Danças Pedagógicas (Rodas)	Manuscrito em folha de almaço.	Semana dedicada aos animais.
8	Carneirinho, carneirão	Danças Pedagógicas (Rodas)	Manuscrito em folha de almaço.	Semana dedicada aos animais.
9	Os bichinhos	Danças Pedagógicas (Rodas)	Manuscrito em folha de almaço.	Semana dedicada aos animais.
10	Os gatinhos	Danças Pedagógicas (Rodas)	Manuscrito em folha de almaço.	Semana dedicada aos animais.

Tabela confeccionada a partir de informações presentes em nos arquivos: (APMJ Prefeitura Municipal) Parque Infantil Pref. Manoel A. Marcondes Planejamento de Atividades (década 1960)

ANEXO 6

Tabela 7- Jogos citados na atas pedagógicas e referentes à primeira turma do “Parque Infantil Prefeito Aníbal Marcondes”.						
	Jogos Motores		Jogos psíquicos/sociais		Jogos sensoriais	
	Título	Eixo temático	Título	Eixo temático	Título	Eixo temático
1	Levar o porco a feira	Semana dedicada aos animais.	Pau de sebo	Festa junina	Caçando a raposa	
2	Ratinho no túnel	Semana dedicada aos animais.	Quebrar potes ou furar a sacola	Festa junina	Cachorro e o Osso	
3	Corrida de Cangurus	Semana dedicada aos animais.	Colocar rabo no porco	Festa junina	Cabra-cega (variante)	
4	Raposa Manca	Semana dedicada aos animais.	Revista a tropa	7 de setembro	Cabra-cega	
5	O cavalo em vassoura	Semana dedicada aos animais.	Batalha campal	7 de setembro	Provar para saber	
6	Corrida a cavalo	Semana dedicada aos animais.	Quem é a flor?	Dia da árvore	Embrulhinhos	
7	Cachorro e coelhinho	Semana dedicada aos animais.	Pássaros e flores	Dia da árvore	Reconhecer perfumes	
8	Corra “seu” urso	Semana dedicada aos animais.	Iniciação aritmética	Dia da proteção aos animais.	Pássaro voa (variante)	

9	Esquilo sai da toca	Semana dedicada aos animais.	Aí vem o ganso	Dia da proteção aos animais.	Passarinhos no bosque.	
10	Foge raposa	Semana dedicada aos animais.	Bem-te-vi	Dia da proteção aos animais.	As côres	
11	Gato e rato	Semana dedicada aos animais.	Pássaro voa	Dia da proteção aos animais.		
12	O gato esta dormindo	Semana dedicada aos animais.	Adivinhações	Dia das crianças		
13	A lebre no jardim	Semana dedicada aos animais.	Dez crianças	Dia das crianças		
14	A raposa e o coelhinho	Semana dedicada aos animais.	Nomes emprestados	Dia das crianças		
15	O jabuti	Semana dedicada aos animais.	Fitas	Não eixo temático evidenciado		
16	O leão e a jaula	Semana dedicada aos animais.	Berrem	Não eixo temático evidenciado		
17	O cachorro e o gato	Semana dedicada aos animais.	Os aviões	Não eixo temático evidenciado		
18	Cada macaco em seu galho	Semana dedicada aos animais.	O esconde-lenço	Não eixo temático evidenciado		

19	Lá vem o rato	Semana dedicada aos animais.	Quem se moveu	Não eixo temático evidenciado	
20	O lôbo e os pintinhos	Semana dedicada aos animais.	Choque-elétrico	Não eixo temático evidenciado	
21	Os gatos assustados	Semana dedicada aos animais.	Vizinhas amigas	Não eixo temático evidenciado	
22	Os coelhinhos	Semana dedicada aos animais.	Simão disse	Não eixo temático evidenciado	
23	Caçadores e os ursos	Semana dedicada aos animais.	Jericó e Jerusalém	Não eixo temático evidenciado	
24	Mamãe e o sapinho	Dia das mães	Operários Silenciosos	Não eixo temático evidenciado	
25	Bandeirinha	Pan americano	Refeiões às cegas	Não eixo temático evidenciado	
26	Corrida das bandeiras	Pan americano	Passando o gato preto	Não eixo temático evidenciado	
27	Bandeira individual	Pan americano	Passeio de tartaruga	Não eixo temático evidenciado	
28	A batalha	7 de setembro	Olhar a chave	Não eixo temático evidenciado	

29	Caçadores de avestruz	Dia da proteção aos animais.	Longe de vista	Não eixo temático evidenciado	
30	Os pássaros voam para fora do celeiro	Dia da proteção aos animais.	Côres e formas	Não eixo temático evidenciado	
31	Pombinha	Dia da proteção aos animais.	Pássaro voa	Não eixo temático evidenciado	
32	O pombo voa	Dia da proteção aos animais.	O burrinho	Não eixo temático evidenciado	
33	Pinto aleijado	Dia da proteção aos animais.	Quais eram	Não eixo temático evidenciado	
34	Briga de galo	Dia da proteção aos animais.	Canções inacabadas	Não eixo temático evidenciado	
35	A galinha do vizinho	Dia da proteção aos animais.	Dez crianças	Não eixo temático evidenciado	
36	O matemático	Dia do professor	Casinha de boneca	Não eixo temático evidenciado	
37	Voadores	Semana da ASA			
38	Viagem a lua	Semana da ASA			
39	Passarinho no bosque	Semana das aves			

40	Bandeirinha	15 de novembro		
41	Corridas das bandeirinhas	15 de novembro		
42	Revezamento das bandeiras	15 de novembro		
43	Bandeiras em lutas	15 de novembro		
Tabela confeccionada a partir das informações presentes no Livro de ata de Reuniões pedagógicas (1971-1977) e Pastas de atividades mensais. (Década de 60 e 70)				

ANEXO 7

Tabela 8 - Jogos Sociais referentes à primeira turma do “Parque Infantil Prefeito Aníbal Marcondes”				
Nº	NOME	Idade	Objetivo	Material
1	Fitas	4 a 9 anos	Atenção	Fitas
2	Berrem	4 a 9 anos	Atenção	----------
3	Os aviões	3 a 12 anos	Imitação	----------
4	O esconde -lenço	5 a 12 anos	Atenção e observar	Lenço
5	Quem se moveu	4 a 12 anos	----------	----------
6	Choque-elétrico	5 a 9 anos	Atenção	----------
7	Vizinhas amigas	5 a 9 anos	memória	----------
8	Simão disse	4 a 12 anos	atenção	----------
9	Jericó e Jerusalém	5 a 7 anos	atenção	----------
10	Operários Silenciosos	5 a 12 anos	Observação/Atenção	----------
11	Refeições às cegas	5 a 12 anos	Sentido de direção	Bananas
12	Passando o gato preto	4 a 10 anos	Agilidade/ atenção	Gato preto e papel
13	Passeio de tartaruga	5 a 7 anos	Atenção	----------
14	Olhar a chave	4 a 7 anos	Atenção	Cadeiras e chaves
15	Longe de vista	3 a 12 anos	Observação/ Memória	Vários Objetos

16	Côres e formas	5 a 12 anos	Atenção/Obseva ção	----------
17	Pássaro voa	4 a 7 anos	Atenção	----------
18	O burrinho	4 a 6 anos	Observação/ autocontrole	Cauda de papel ou pano
19	Quais eram	4 a 6 anos	Observação/ memória	----------
20	Canções inacabadas	6 anos	Vocabulário	----------
21	Dez crianças	6 anos	Sistematização dos conhecimentos relativos a quantidade de 1 a 10.	----------
22	Casinha de boneca	3 a 7 anos	(...) desenvolvimento de bons costumes e (...) boa conversação.	----------
Informações extraídas a partir do caderno Jogos sociais(APMJ Prefeitura Municipal – Jogos Sociais. S/D).				